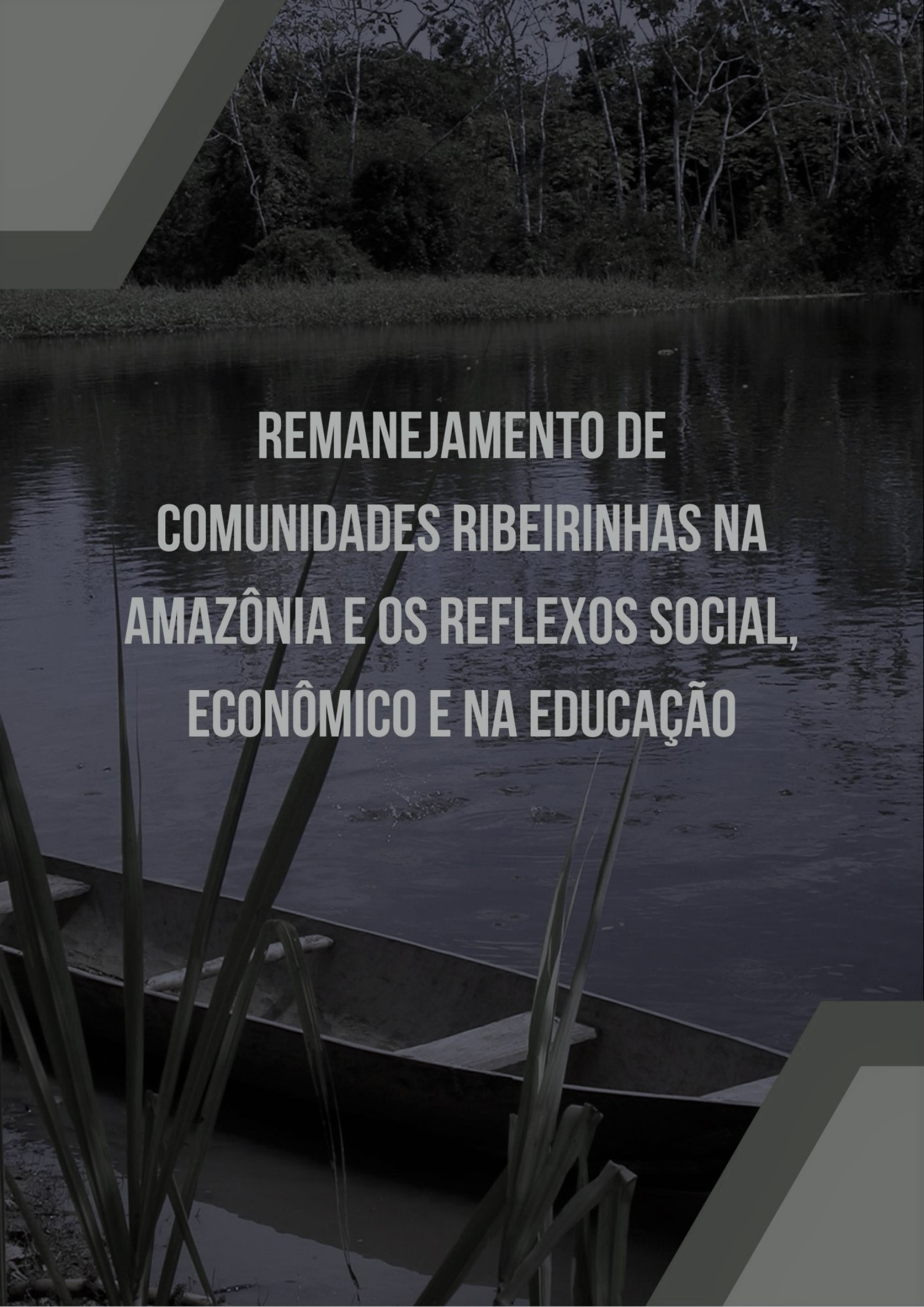


**REMANEJAMENTO DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA E OS REFLEXOS SOCIAL,
ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO**

EDNEY COSTA SOUZA



**Rfb
Editora**



**REMANEJAMENTO DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA E OS REFLEXOS SOCIAL,
ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO**

Edney Costa Souza

**REMANEJAMENTO DE COMUNIDADES
RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA E OS
REFLEXOS SOCIAL, ECONÔMICO E NA
EDUCAÇÃO**

1ª Edição

Belém-PA



2020

<https://doi.org/10.46898/rfb.9786558890447>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

R384

Remanejamento de comunidades ribeirinhas na amazônia e os reflexos social, econômico e na educação [recurso digital] / Edney Costa Souza. -- 1. ed. -- Belém: RFB Editora, 2020.

7.323 kB; PDF: il.

Inclui Bibliografia.

Modo de acesso: world wide web.

ISBN: 978-65-5889-044-7

DOI: 10.46898/rfb.9786558890447

1. Comunidade Ribeirinha. 2. Pesquisa. 3. Estudo.

I. Título.

CDD 370.115



Copyright © 2020 Edição brasileira.
by RFB Editora.

Copyright © 2020 Texto.
by Autor.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es).

Obra sob o selo *Creative Commons*-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Conselho Editorial:

Prof. Dr. Ednilson Sergio Ramalho de Souza - UFOPA (Editor-Chefe).

Prof.^a Dr.^a. Roberta Modesto Braga - UFPA.

Prof. Me. Laecio Nobre de Macedo - UFMA.

Prof. Dr. Rodolfo Maduro Almeida - UFOPA.

Prof.^a Dr.^a. Ana Angelica Mathias Macedo - IFMA.

Prof. Me. Francisco Robson Alves da Silva - IFPA.

Prof.^a Dr.^a. Elizabeth Gomes Souza - UFPA.

Prof.^a Me. Neuma Teixeira dos Santos - UFRA.

Prof.^a Me. Antônia Edna Silva dos Santos - UEPA.

Prof. Dr. Carlos Erick Brito de Sousa - UFMA.

Prof. Dr. Orlando José de Almeida Filho - UFSJ.

Prof.^a Dr.^a. Isabella Macário Ferro Cavalcanti - UFPE.

Diagramação:

Danilo Wothon Pereira da Silva.

Arte da capa:

Pryscila Rosy Borges de Souza.

Imagens da capa:

www.canva.com

Revisão de texto:

O autor.




Home Page: www.rfbeditora.com.

E-mail: adm@rfbeditora.com.

Telefone: (91)3085-8403 / (91)98885-7730.

CNPJ: 39.242.488/0001-07.

Barão de Igarapé Miri, sn, 66075-971, Belém-PA.



Dedico este trabalho *In memoriam* aos meus pais Maria Delnice Costa Souza e Luiz Lobato de Souza que me ensinaram a amar as pessoas e a natureza. À minha família, que me apoiou e sempre esteve ao meu lado em todos os momentos. Pessoas que são a minha base e a minha inspiração.

AGRADECIMENTOS

A Deus em primeiro lugar, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigado pela permissão de errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e tolerância, por Seu infinito amor, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e, principalmente, por ter me dado uma família tão especial, enfim, obrigado por tudo. Ainda não descobri o que eu fiz para merecer tanto.

Aos meus orientadores, Prof. Moacir José dos Santos e Profa. Mônica Franchi Carniello, pela confiança depositada, orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigado por acreditar na proposta de estudo. Tenho certeza de que não chegaria a este ponto sem esse apoio.

Aos Professores do Programa de Pós-graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté, pela dedicação, competência, apoio e todo o conhecimento compartilhado.

Aos amigos Denílson Nunes Moreira e Roxane Dias da Silva, pelos trabalhos e disciplinas realizados em conjunto e, principalmente, pela preocupação e apoio constantes. Pelo enfrentamento dos desafios, também, em conjunto. Obrigado pelo convívio, amizade e apoio demonstrados.

Ao meu amigo Railton Marques Guimarães pelo apoio, parceira, contribuição e boa conversa durante todo o período de estudo.


Aos meus colegas conselheiros da Fundação Viva de Previdência, em especial a conselheira Miriam Lemos de Farias por sua fundamental contribuição na revisão gramatical e ortográfica do trabalho.

Aos moradores da Vila Nova de Teotônio pelo acolhimento e pela disponibilidade para contribuir com o estudo proposto.

À Direção e colegas das Centro Universitário Aparício Carvalho de Moraes – FIMCA, pelo incentivo e apoio no desenvolvimento das atividades do curso.

Aos meus colegas professores que compõem nossa equipe de colegiado dos cursos de Administração, Gestão Comercial e Gestão Hospitalar das Centro Universitário Aparício Carvalho de Moraes – FIMCA que, em alguns momentos, tiveram que trabalhar em dobro para que eu pudesse chegar até aqui.

À minha família, irmãos (ãs), tios(as), primos(as), cunhados(as), em especial à minha esposa e filhos, por apoiarem e compreenderem o meu isolamento em inúmeros finais de semana.




À minha mãe Maria Delnice Costa Souza e ao meu pai Luiz Lobato de Souza, deixo um agradecimento especial por todas as lições de amor, companheirismo, amizade, caridade, dedicação, compreensão e perdão que vocês me ensinaram em cada dia. Sinto-me orgulhoso e privilegiado por ter tido pais tão especiais.

À minha amada esposa Renata Bergonzini Souza, por todo amor, carinho, compreensão e apoio em tantos momentos difíceis desta caminhada. Obrigado por permanecer ao meu lado, mesmo sem os carinhos rotineiros, sem a atenção devida e com tantos momentos de lazer perdidos. Obrigado pelo presente de cada dia, pelo seu sorriso e por saber me fazer feliz.

Aos meus filhos Giovanna Bergonzini Souza e Luís Henrique Bergonzini Souza, por todo amor incondicional que vocês sempre me deram. Por fazerem parte da minha vida. Vocês são para mim o reflexo mais perfeito da existência de Deus.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização deste estudo, o meu sincero agradecimento.



“A coisa mais indispensável a um homem é reconhecer o uso que
deve fazer do seu próprio conhecimento”

Platão

ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|------------------------------------------------------------|
| CMB | Comissão Mundial de Barragens |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| UHE | Usina Hidrelétrica |
| ONG | Organização Não Governamental |
| CCSA | Consórcio Santo Antônio |
| CNS | Conselho Nacional de Saúde |
| CAERD | Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia |
| EMEIEF | Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------|------------|
| PREFÁCIO..... | 13 |
| Prof. Edney Costa Souza | |
| 1 INTRODUÇÃO | 15 |
| 1.1 Problema | 18 |
| 1.2 Objetivos | 20 |
| 1.2.1 Objetivo geral..... | 20 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 20 |
| 1.3 Delimitação do Estudo..... | 20 |
| 1.4 Relevância do Estudo..... | 21 |
| 1.5 Organização do Trabalho | 22 |
| 2 REVISÃO DA LITERATURA | 25 |
| 2.1 Desenvolvimento e suas Implicações | 26 |
| 2.2 Análise do conceito de Território | 33 |
| 2.3 O Capital Social..... | 36 |
| 2.4 A Educação no campo..... | 39 |
| 2.5 Educação no campo na Amazônia e em Rondônia | 40 |
| 2.6 O Setor Elétrico Brasileiro e o Movimento Territorial na Amazônia | 42 |
| 3 MÉTODO | 49 |
| 3.1 Tipo de Pesquisa | 50 |
| 3.2 População e Amostra | 51 |
| 3.3 Área de Realização do Estudo | 52 |
| 3.4 Instrumento | 55 |
| 3.5 Procedimento para Coleta de Dados | 56 |
| 3.6 Procedimento para Análise de Dados | 57 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 59 |
| 4.1 Formação da Comunidade da Vila de Teotônio | 60 |
| 4.2 A Nova Vila de Teotônio | 63 |
| 4.1 Grupos e Redes | 88 |
| 4.4 Confiança e Solidariedade..... | 89 |
| 4.5 Ação coletiva e cooperação | 91 |
| 4.6 Informação e Comunicação..... | 92 |
| 4.7 Coesão e Inclusão Social | 93 |
| 4.8 Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política | 95 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 99 |
| REFERÊNCIAS..... | 103 |
| SOBRE O AUTOR | 109 |
| ÍNDICE REMISSIVO..... | 110 |



PREFÁCIO

Estudar a influência do deslocamento territorial das famílias ribeirinhas em seus aspectos sociais e econômicos da comunidade da Vila Nova de Teotônio, foi instigante, considerando que a implantação da Hidrelétrica Santo Antônio, assim como a construção de grandes empreendimentos possibilitam estudar seus impactos por diversas perspectivas.

Sabemos que uma das preocupações permanentes que motivam a pesquisa científica é de caráter prático, sobretudo no que diz respeito a conhecer os fatos, os acontecimentos e fenômenos, para tentar estabelecer uma previsão do rumo dos eventos que cercam o homem, na perspectiva de modificá-los. Com essa modificação, o homem pode melhorar sua posição em face ao mundo e criar condições melhores para a vida humana.

Pesquisar os efeitos decorrentes da mudança territorial da comunidade objeto do presente estudo é um importante campo de pesquisa, considerando-se que as famílias deslocadas tiveram seus meios de subsistência e dinâmica socioeconômica alterados, proporcionando a possibilidade de análise de passivos sociais e econômicos. A comunidade agregava características de populações tradicionais da Amazônia, como pescar e plantar na várzea para o seu sustento.

Em razão do remanejamento, verificou-se ser oportuno apresentar reflexão sobre a incorporações de práticas voltadas para a interação de atores sociais e a promoção do desenvolvimento no novo território.

A escolha por pesquisar o remanejamento da comunidade da Vila Nova de Teotônio, deu-se inicialmente por trabalhar a mais de dez e dois anos como profissional da educação no Estado de Rondônia, atuando inicialmente como docente e posteriormente ampliando as atividades como gestor de cursos.

Esta vivência possibilitou o desenvolvimento de trabalhos técnicos, educativos e principalmente sociais nas diversas comunidades que foram remanejadas de seus antigos territórios para reassentamentos que acomodaram famílias que foram impactadas pela construção das Usinas Hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau em Porto Velho, despertando um interesse significativo por compreender a situação social, econômica e educacional na comunidade.

Com isso, nos entregamos a essa tarefa com maior prazer. Prazer maior do que simplesmente, escrever ou produzir textos científicos, sem minimizar estas outras atividades, mas poder contribuir com a sociedade e comunidade acadêmica.

Acredita-se que sucesso está relacionado ao empenho e às experiências desenvolvidas ao longo da vida, o que nos municia e aguça o desejo de conhecer as mudanças que o novo ambiente trouxe para a comunidade. Pretendeu-se assim, melhor compreender os comportamentos, as experiências, sentimento dos diversos atores envolvidos com esta abordagem e de que forma a mudança afetou os participantes do estudo.

O estudo permitiu fornecer, inclusive, bases para o entendimento de como as ações relacionadas às comunidades estão sendo desenvolvidas na região; e ainda, se estas contribuem para a produção de formação e informação, no sentido de que, se houverem falhas no processo, possam ser revistos, caso necessário, em novos reassentamentos na Amazônia.

Com isso, percebe-se a importância de estudos que abordem os impactos nas comunidades ribeirinhas atingidas pelos reservatórios das usinas geradoras de energia, nos levando a uma compreensão sobre esta temática, que têm se tornado, cada vez mais, motivo de preocupação para a sociedade, posto que é um assunto da responsabilidade de todos.

Portanto, pretendeu-se com o presente estudo contribuir para o desenvolvimento da comunidade, objeto da presente pesquisa, assim como comunidades de outros lugares que tenham passado pelas mesmas experiências, e até mesmo por construções vindouras.

Edney Costa Souza

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Os grandes projetos de desenvolvimento no mundo, como estradas, portos, aeroportos, rodovias e hidrelétricas são os responsáveis por provocar movimentos territoriais compulsórios e mudanças nos aspectos sociais, culturais, econômicos e educacionais de milhares de famílias, sob a justificativa de progresso social e econômico. As famílias atingidas por essas obras, em consequência de política elaborada sem considerar os impactos sobre a subsistência das comunidades ribeirinhas, têm buscado diversas formas de reparação dos danos causados. Vainer (1996) destaca que os deslocamentos compulsórios provocam conflitos com impacto significativo sobre as populações atingidas.

O relatório da Comissão Mundial de Barragens – CMB (2000), quando trata dos impactos sociais das barragens, destaca que um número entre 40 e 80 milhões de pessoas foram fisicamente deslocadas em razão das construções de barragens em todo o mundo. Destaca, ainda, que milhões de pessoas que vivem à jusante de barragens - particularmente aquelas que dependem das funções naturais das planícies aluviais e da pesca - também sofreram graves prejuízos em seus meios de subsistência e a produtividade futura dos recursos foi colocada em risco. Os efeitos negativos não são adequadamente avaliados ou sequer considerados no momento de elaboração de políticas cujo objetivo justifica-se no progresso social e econômico. A gama desses impactos é considerável sobre a vida, subsistência e sobre a saúde das comunidades afetadas que dependem do ambiente ribeirinho.

Assim, aponta-se empiricamente que famílias atingidas não têm seus direitos reconhecidos e que os programas de reassentamento e de indenizações são inadequados e/ou insuficientes, pois com pouca frequência conseguem recuperar sua condição econômica e social, vez que seus meios de subsistência são gravemente afetados.

Neste mesmo sentido, observa-se que, de acordo com o relatório da Comissão Mundial de Barragens – CMB (2000), os construtores desses empreendimentos preocupam-se principalmente com as condições físicas, deixando de lado ou mesmo não dando importância, aos aspectos sociais e econômicos.

De acordo com o Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (2009), grande parte do potencial hidrelétrico do centro-sul do país já foi aproveitada. Enquanto isso, a Bacia do Amazonas abriga a maior parte do potencial a ser aproveitado, estando ele praticamente inexplorado. Conforme o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC, 2018), os planos do governo vigente à época consistam em garantir o crescimento da oferta de energia elétrica renovável no futuro, de acordo com a evolução da demanda. Constavam em 2018 na carteira do PAC atual, estudos

de viabilidade e impacto ambiental para implantação de mais 30 usinas hidrelétricas nos próximos anos.

Os dados do 5º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (2018) revelam uma nova geografia da geração e distribuição de energia que, por sua vez, re-desenha as relações do Brasil com a Amazônia. A ampliação da conexão da região ao Sistema Interligado Nacional, por meio de novas linhas de transmissão apresenta potencial capaz de consolidá-la como grande exportadora de eletricidade para os centros urbanos brasileiros, através dos setores industrial e minerário.

Segundo Souza (2010), não existem dados sistematizados sobre o número de pessoas afetadas por projetos hidrelétricos no Brasil, mas segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), elas seriam 1 milhão e o agravante é que cerca de 70% nunca teriam recebido ajuda ou proteção para enfrentar problemáticas do deslocamento interno. O alagamento de áreas, o deslocamento e reassentamento de moradores, por si só, já são motivos de uma série de problemas, entre estes, destacam-se os de ordem social, econômica e ambiental. Mas, essas não são as únicas consequências da construção de uma barragem.

As consequências estendem-se para o assoreamento do rio represado e para a diminuição ou extinção de peixes que compõem a dieta das comunidades ribeirinhas. A natureza e o alcance dessas consequências podem variar bastante, dependendo do local e das dimensões do empreendimento. Além de ecossistemas aquáticos e terrestres, também podem ser impactados o clima, o ciclo hidrológico, a economia, a forma de ocupação da terra, a distribuição e o crescimento da população, o padrão de disseminação de doenças. Isso ocorre não apenas em uma região, mas também em outros territórios.

De acordo com Ribeiro (2013), os projetos hidrelétricos construídos na Amazônia têm causado impactos no modo de vida das populações ribeirinhas, além de agressão ao meio ambiente. Segundo ele, o modelo energético nacional desconsidera particularidades regionais, pois tem como finalidade atender a interesses econômicos ligados à extração e à exploração dos recursos naturais disponíveis.

Barauna (2014) destaca que a implantação do “Complexo Madeira” representa mais um marco na história dos agentes sociais, designados como: “ribeirinhos”, “indígenas”, “extrativistas”, pescadores, “quilombolas”, “garimpeiros” e “castanheiros”, que viviam na região do rio Madeira antes da implantação do “Complexo Madeira” e que, por seu desdobramento, já não têm mais livre acesso aos recursos naturais e tão pouco vivem nas localidades que ali existiam. Chama atenção ainda para o fato de que, as famílias afetadas agora são aquelas que, mais uma vez, voltam a sofrer as

consequências, a exemplo da necessidade de mudança territorial, como ocorreu com a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré em meados do século XIX, e com a UHE de Samuel na segunda metade do século XX.

Aponta-se que a implantação do projeto hidrelétrico no rio Madeira em Porto Velho, resultou no deslocamento compulsório e na desagregação de unidades organizativas para dar passagem a medidas que defendem a “integração” da região à economia do país.

De acordo com Santos (2016), o desenvolvimento dos movimentos sociais é um mecanismo de transformação estrutural que proporciona qualidade de vida, mediante a articulação sistêmica e consciente dos trabalhadores rurais, o que proporcionaria a resolução de seus conflitos e disseminaria a transformação da sociedade. Ainda de acordo com o autor, as novas formas de produção e comercialização são colocadas como um novo paradoxo para a agricultura, tanto para os assentados da reforma agrária quanto para os demais pequenos produtores.

As comunidades ribeirinhas tradicionais, bem como a comunidade objeto desta pesquisa, normalmente possuem vínculo com seu território desde o seu nascimento e a apropriação de suas terras tende a causar grandes efeitos em suas vidas, uma vez que é dela que retiram os produtos necessários à sobrevivência, existindo, naturalmente, resistência para abandonar seu território.

Os levantamentos feitos pelos construtores das hidrelétricas, quando realizados, geralmente não levam em consideração o aspecto cultural, sobressaltando-se somente o econômico, como se observa no programa de remanejamento do Consórcio construtor do reassentamento Vila Nova de Teotônio. Contudo, não percebem que a economia é abrangente e, para torná-la sustentável, é necessário que as partes que a compõem sejam sustentáveis. Analisando o aspecto da desterritorialização, Dalabrida (2000), aponta que sempre que for estruturado um plano de desenvolvimento, sem levar em conta a realidade sócio-econômica-cultural e ambiental nacional e regional, este provoca formas mais ou menos radicais de desterritorialização e exclusão. Em suma, aponta-se que os atores fundamentais para desenvolver uma economia sustentável em qualquer lugar são: o ambiente, a sociedade, a cultura, a educação e a economia.

1.1 PROBLEMA

O conceito de desenvolvimento econômico vem sendo registrado ao longo da história do capitalismo. Contudo, nenhuma definição universal foi concretizada e sobressaltam-se alguns destaques da relação direta entre economia e desenvolvimento.

Até o século passado a ênfase de desenvolvimento era quase equivalente com o conceito de progresso e o foco se dava ao progresso econômico. No começo do novo milênio, ele foi ampliado e hoje o destaque se dá em desenvolvimento econômico, social, político, cultural. Neste aspecto, o crescimento e desenvolvimento de regiões, em consequência de diversos fatores sociais, econômicos e ambientais, tornaram-se prioridades para a política econômica do Brasil (ASSIS; ZHOURI, 2011; BARAUNA, 2014; STOLERMAN, 2014)

Diante do conceito de desenvolvimento há uma preocupação acerca de qualquer população (tanto rurais quanto urbanas), em quem se pode confiar no meio dessa complexidade que se apresenta hoje como desenvolvimentista. Nesse sentido, sabe-se empiricamente, que em qualquer família ou em qualquer lugar a criança em geral forma sua confiança junto da mãe, junto da família, depois na escola e vai se desenvolvendo nesse núcleo sadio dentro da personalidade confiando para enfrentar o mundo e conviver com as dificuldades maiores que irá enfrentar, seja ela na universidade, no trabalho, na competição.

Essa situação, em geral, perpassa quando se faz pesquisa nesta área, as pessoas tendem a formar o seu núcleo de confiança, justamente em torno da família, da escola, da igreja, da cooperativa ou das associações comunitárias em que elas vivem. Neste ponto, destaca-se que elas não confiam tanto, por exemplo, em instituições oficiais, seja em nível municipal, estadual ou federal. Evidenciando assim todo o conceito da classe política, ou seja, a pouca confiança que o cidadão tem nas lideranças políticas, tanto no congresso quanto na câmara, o que torna algo de extrema preocupação, pois espera-se que o cidadão sintam-se bem situado, como por exemplo, cidadão de um país.

Acresce ainda nisso, que a confiança muitas vezes é afetada pela criminalidade, pelas tragédias, pelo trânsito muito intenso e indisciplinado em que o cidadão vive, ou seja, um ambiente que muitas vezes suscita cuidados e desconfiança. Com isso, o cidadão cria mecanismos internos e o próprio governo cria mecanismos externos de confiança para que o cidadão viva uma vida comum e de realização salutar dentro do seu contexto.

Ao estudar desenvolvimento econômico regional, Silva et al. (2012) apontam que a compreensão dos fatores de desenvolvimento está na ênfase que se dá às dinâmicas locais, sob a perspectiva histórica e estratégica. Sendo assim, o desenvolvimento está relacionado diretamente à economia e aos fatores que influenciam ou provocam alterações dentro das regiões.

Avançando nesta linha de estudo, Putnam (1993) aponta a existência de relações sociais recíprocas entre grupos da sociedade civil. Para o autor, esses fatores não ape-

nas asseguram o caráter democrático da sociedade civil, mas motivam o desempenho dos governos locais e de suas instituições.

Acompanhando a busca pelo desenvolvimento econômico, o governo teve como estratégia a implantação duas Usinas Hidrelétricas em Rondônia. Esse estudo trata da análise dos possíveis efeitos causados com o deslocamento territorial da comunidade ribeirinha de Vila Nova de Teotônio em Porto Velho/RO, especificamente nos aspectos social e econômico em razão da implantação da Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira.

Assim, o problema de pesquisa central pode ser expresso na seguinte pergunta: qual é o impacto do deslocamento territorial, em seus aspectos sociais, econômicos e educacionais, nas famílias ribeirinhas da Vila Nova de Teotônio em razão da implantação da Hidrelétrica de Santo Antônio?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

A finalidade deste estudo é analisar os impactos do deslocamento territorial das famílias ribeirinhas nos aspectos sociais, econômicos e educacional em razão da implantação Hidrelétrica de Santo Antônio na comunidade ribeirinha de Vila Nova de Teotônio em Porto Velho/RO.

1.2.2 Objetivos específicos

Analisar a condição de vida dos moradores da Vila Nova de Teotônio diante do deslocamento compulsório de seu território e os passivos sociais, econômicos educacionais decorrentes, buscando:

- a. Avaliar os aspectos econômicos resultantes da mudança;
- b. Verificar o processo de adaptação das famílias à organização social, territorial e cultural no reassentamento; e,
- c. Identificar o índice de Capital Social da nova comunidade formada;
- d. Os reflexos na educação na comunidade.

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Este estudo foi conduzido na Vila Nova de Teotônio no Estado de Rondônia, localizada na zona rural, a 40 quilômetros da capital Porto Velho, e analisou a condição de vida dos moradores da Vila Nova de Teotônio diante do deslocamento compulsório de seu território e os passivos sociais, econômicos e na educação decorrentes da mudança para o reassentamento.

Escolheu-se essa comunidade por ser uma das mais antigas situadas no entorno da então Cachoeira de Teotônio, inundada pela criação do reservatório da Usina, que viviam de modo tradicional há aproximadamente 50 anos. A comunidade teve que ser remanejada para outra localidade em virtude da construção da hidrelétrica de Santo Antônio no ano 2008.

A nova vila foi construída para atender os moradores da antiga vila da Cachoeira de Teotônio, comunidade formada principalmente por pescadores, comerciantes e prestadores de serviços vinculados à pesca. O reassentamento possui 72 lotes de 2.000 m², sendo que apenas 46 foram ocupados.

O presente estudo analisa um período compreendido entre o início das atividades de construção da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio em 2007, seguindo até o ano de 2017, quando as obras foram concluídas e inauguradas, dando início a produção de energia elétrica no empreendimento.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Estudar a influência do deslocamento territorial das famílias ribeirinhas nos aspectos sociais, econômicos e na educação da comunidade em razão da implantação da Hidrelétrica Santo Antônio é instigante. Ora, uma das preocupações permanentes que motivam a pesquisa científica é de caráter prático: conhecer os fatos, os acontecimentos e fenômenos, para tentar estabelecer uma previsão do rumo dos acontecimentos que cercam o homem, na perspectiva de modificá-los. Com essa modificação, o homem pode melhorar sua posição em face ao mundo e criar condições melhores para a vida humana.

Pesquisar os efeitos decorrentes da mudança territorial da comunidade objeto do presente trabalho é um importante campo de estudo, considerando-se que as famílias deslocadas tiveram seus meios de subsistência e dinâmica econômica alterados, proporcionando a possibilidade de análise de passivos sociais e econômicos. A comunidade agregava características de populações tradicionais da Amazônia, como pescar e plantar na várzea para o seu sustento.

Em razão ao supracitado deslocamento, torna-se oportuno apresentar reflexão sobre a incorporações de práticas voltadas para a interação de atores sociais e a promoção do desenvolvimento regional. Assim, apresenta-se como base dessa reflexão o Capital Social, uma vez que aponta-se empiricamente que o Capital Social é uma variável que impacta no desenvolvimento de uma região, então é basilar perceber como o Capital Social da Vila Nova de Teotônio se constituiu pós ao processo de instalação da Usina Hidrelétrica.

Para Bandeira (1999) há grande importância da participação da sociedade civil e da articulação de atores sociais para as ações relacionadas com a promoção do desenvolvimento. Diante do exposto, inicia-se a discussão de que a cultura e o Capital Social podem promover ações para o desenvolvimento regional e local.

Aponta-se que o Capital Social é constituído por um conjunto de variáveis de natureza cultural que motiva a capacidade dos atores sociais para a colaboração e para empreender ações coletivas. Neste aspecto, o Capital Social torna-se um importante fator explicativo das diferenças regionais quanto ao nível de desenvolvimento (BANDEIRA, 1999).

Com isso, percebe-se a importância de estudos que abordem o Capital Social da Vila Nova de Teotônio diante do deslocamento compulsório de seu território e os passivos sociais e econômicos decorrentes. Acredita-se que essa temática vem se tornando cada vez mais uma preocupação para a sociedade.

Portanto, pretende-se com o presente estudo, contribuir para o desenvolvimento da comunidade daquela região, em especial no que se refere à condição de vida dos seus moradores.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Neste estudo, em uma primeira seção discute-se a origem da noção de desenvolvimento, o progresso, até o denominado desenvolvimento sustentável. É importante entender como esses conceitos foram apropriados pelo modelo econômico vigente e quais os impactos que projetos desenvolvimentistas como as hidrelétricas, provocam hoje no ambiente e, conseqüentemente, nas comunidades ribeirinhas atingidas por barragem. Nesta mesma seção, também discute-se a implementação de grandes hidrelétricas, principalmente na Amazônia, as contradições e os avanços acerca dos projetos de remanejamento compulsório.

Na segunda seção procura-se desvendar os possíveis efeitos decorrentes da mudança territorial nos aspectos sociais, econômicos e na educação da comunidade a ser estudada, gerados a partir da construção da Hidrelétrica de Santo Antônio na cidade de Porto Velho.

A terceira seção apresenta a metodologia aplicada na pesquisa e a descrição da comunidade de Vila Nova de Teotônio em aspectos históricos, socioeconômicos e territoriais.

A quarta seção apresenta os resultados obtidos e as discussões da pesquisa junto aos remanejados em suas novas localidades de moradia.

A seção intitulada considerações finais é a última etapa textual do trabalho e busca resgatar, de forma bem sucinta, os principais achados do trabalho, explicitados em seções anteriores de forma a considerar a significativa realização do estudo, assim como, apresentar resposta ao problema da pesquisa, enfatizando novas possibilidades de estudos a partir do tema investigado.





CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA

Compreender e discutir a implementação de grandes projetos hidrelétricos, principalmente na Amazônia, identificar as contradições e os avanços acerca dos projetos de remanejamento compulsório de populações ribeirinhas, fazem aflorar aos olhos do pesquisador a existência de um conflito de interesses. De um lado, o interesse dos grandes empreendimentos e a crescente necessidade de produção de energia, e de outro, os prejuízos que são causados às populações atingidas que buscam ser atendidas em suas demandas econômicas e sociais.

Sabe-se que um dos principais eixos de desenvolvimento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo Governo Federal, foi a infraestrutura energética com geração e transmissão de energia hidrelétrica, petróleo, gás natural e combustível renovável. Devido a isso, a região amazônica tornou-se destaque para o desenvolvimento da matriz energética brasileira por disponibilizar abundantes recursos hídricos.

2.1 DESENVOLVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES

Sachs (2014), ao abordar os temas desenvolvimento, inovação e sustentabilidade, marca um conjunto de contribuições ao debate nacional. Para o autor, preservação não está ligada ao fato em que a natureza domina e o homem fica sujeito a ela. Mas, ao contrário, se trata do desenvolvimento *lato sensu*, na qual a parte social é muito importante, mas incluindo os recursos naturais levando em consideração seus limites.

Consequente, a luz do pensamento de Sachs, a ideia simplista de que o crescimento econômico por si só bastaria para assegurar o desenvolvimento foi rapidamente abandonada em proveito de uma caracterização mais complexa do conceito. O autor apresenta as dimensões que incorporam o conceito de desenvolvimento sustentável, a saber: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política nacional e internacional. (SACHS, 2002). Neste aspecto, é necessário o crescimento uniforme dessas dimensões, ou seja, que todas cresçam na mesma proporção propiciando sustentabilidade.

Neste sentido, entende-se que desenvolvimento sustentável não é uma oposição estática entre crescer ou preservar. Mas, encontrar o ponto ideal, pois cultura implica na transformação da natureza. Contudo, deve ocorrer uma transformação inteligente. Então, chegamos a questão central abordada por Sachs (2014) “inovação, novas tecnologias, criatividade”. Para o autor a conciliação do processo de desenvolvimento com a busca pela inclusão de justiça social e ainda a sustentabilidade ambiental, tem-se a integração ideal para o desenvolvimento.

Diante ao exposto, aponta-se que não se pode pensar o desenvolvimento sem o meio ambiente, como não se pode pensar apenas em meio ambiente se não pensar a necessidade de fazer com esse desenvolvimento esteve articulado com a questão ambiental.

A construção de grandes empreendimentos na Amazônia ocorre no sentido em que o desenvolvimento regional é necessário e que as áreas e os recursos disponíveis são de livre exploração. Entretanto, sabe-se empiricamente que os construtores desses empreendimentos, ao assumi-los, passam a controlar território, recebendo, em todas as ocasiões, o apoio do Estado, passando, conseqüentemente, a movimentar grandes volumes de recursos e de mão de obra local.

Os dados do 5º balanço do Programa de Aceleração do Crescimento (2018), revelam uma nova geografia da geração e distribuição de energia, que, por sua vez, redesenha as relações do Brasil com a Amazônia. A ampliação da conexão da região ao Sistema Interligado Nacional por meio de novas linhas de transmissão apresenta potencial de consolidá-la como grande exportadora de eletricidade para os centros urbanos brasileiros, os setores industrial e minerário.

O planejamento para impulsionar o desenvolvimento social e econômico do país produz muitas oportunidades para que outros setores possam ser ampliados. Nesse sentido, a construção de hidrelétricas, constitui-se, de maneira geral, em fator fundamental para a atividade social, sobretudo, para a atividade econômica.

Todavia, esses grandes empreendimentos geram impactos relevantes no meio ambiente, dando-se como exemplo o desmatamento de florestas e a alteração das condições ambientais relacionadas, por sua vez, com o movimento territorial de populações ribeirinhas, deslocadas em razão das obras ou em conseqüências delas sobre seu território. Esse cenário provoca a necessidade de reflexões sobre uma nova forma de gestão dos planos de desenvolvimento que permita um novo olhar no planejamento de grandes obras responsáveis por impactos ambientais e sociais.

Couto (1992) argumenta que a atividade de instalação de Usinas Hidrelétricas no Brasil faz emergir discordâncias que envolvem diversas questões, com desdobramentos nas áreas social e meio ambiente. Esses empreendimentos podem ainda gerar modificações sociais e ambientais, implicando dessa forma nos diversos aspectos da vida das populações. A produção de energia hidrelétrica, todavia, porta a mácula de “renovável” por produzir impactos menores que as demais, a exemplo das usinas termelétricas. Nesta perspectiva, destaca-se que diversos projetos de implantação destes empreendimentos no Brasil, especialmente na Amazônia Brasileira, foram construídos nas três últimas décadas.

A construção de empreendimentos hidrelétricos proporciona a possibilidade de inúmeros estudos, uma vez que a atividade desencadeia processos de transformação nas áreas de construção e adjacentes, com consequências sobre a dinâmica socioeconômica, gerando conflito entre grupos sociais com interesses distintos, traduzindo-se, geralmente, em problemas na região, além de interferir no cotidiano das populações, por sofrerem alterações em seus modos de sobrevivência, principalmente no que se refere à qualidade de vida.

Vainer (1992) destaca que o desenvolvimento capitalista, pela natureza de suas relações constitutivas, é concentrador e excludente. Ao mesmo tempo em que está permanentemente incorporando novos setores e esferas da vida econômica, o capital, em sua incessante acumulação, concentra os meios de produção e de controle da vida social. Esta tendência do capital projeta-se igualmente no espaço ao mesmo tempo em que expande suas fronteiras e incorpora novos territórios.

De acordo com Serra (2005), os novos padrões do eixo de infraestrutura energética ligados aos empreendimentos de geração do PAC têm se apresentado de forma danosa às populações que residem em regiões que são alagadas para dar espaço a construção de reservatórios de grandes projetos hidrelétricos, sobretudo, os atuais projetos implantados na região amazônica do Brasil, a exemplo das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira em Rondônia.

[...] região amazônica que recebeu a influência cultural dos antigos seringueiros e dos indígenas, dispõe no período de estiagem, do solo de várzea rico em nutrientes acumulados e depositados às margens do rio Madeira, se caracterizando como extremamente favorável para o desenvolvimento da agricultura, propiciando o plantio de culturas de pequenos ciclos, podendo ter como resultado uma considerável produção. No período das águas, dispõe dos solos em terra firme, não tão rico quanto o solo de várzea, mas podem garantir uma boa produção. A utilização dessas terras seria mais bem aproveitada se o trabalho do ribeirão contasse com alguns processos mecanizados ou recursos tecnológicos (SERRA, p.162, 2005).

A região amazônica tem se mostrado como destaque no fornecimento de insumos minerais para o país, sobretudo, na década de 1970. Destaca-se o importante papel da região, quando foi alvo da ampliação de grandes projetos de mineração. Entretanto, suas consequências influenciam e causam impactos de forma negativa na atividade econômica e social das comunidades que vivem no entorno dos rios amazônicos (ASSIS; ZHOURI, 2011).

Diante de um novo ciclo de incremento econômico e social no Brasil, o Governo Federal lançou, em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para suprir três eixos de desenvolvimento no país: Infraestrutura Logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, entre outros); infraestrutura energética (geração e transmissão de energia hidrelétrica, petróleo, gás natural e combustível renovável); e infraestrutura

social e urbana (habitação, saneamento, recursos hídricos e metrô). Nos últimos anos, o PAC representou um projeto prioritário para o Governo Federal. No entanto, segundo Aguiar (2011, p.19):

Os primeiros anos de implementação do PAC motivaram acordos polêmicos e pressões internas ao governo para emissão de licenças ambientais e autorizações que viabilizassem o andamento das obras do programa, flexibilizando normas e instrumentos ambientais.

Sobre os impactos e mudanças ocorridas a partir da construção desses empreendimentos, Barauna (2014) comenta que as transformações ocorridas com as populações residentes na região do rio Madeira se apresentaram por meio de mecanismos econômicos e sociais e que o Estado delegou as decisões às instituições e aos empreendedores, os quais tomaram para si o poder de decisão para deliberar sobre as famílias atingidas.

A situação das comunidades afetadas por esses grandes empreendimentos é muito complexa, uma vez que esses construtores são grupos extremamente fortes economicamente. Com isso, conseguem interferir e tomar as decisões sobre os destinos dessas famílias, gerando, assim, para elas, grandes transtornos, dores e sofrimentos, pois que, forçadamente, precisam deixar seus territórios e seu modo de vida tradicional. Ou seja, têm-se, de um lado famílias com a vontade de manter suas condições econômicas e sociais, e, de outro lado, empreendedores alavancando o desenvolvimento regional a qualquer custo.

Souza (2007) quando trata de desenvolvimento, observa que o tema surgiu somente no século XX motivado por aumentar o poder econômico do Estado e que, raramente, existe preocupação com a melhoria das condições de vida do povo. Destaca que essa questão possui raízes teóricas e empíricas, com origem nos casos de crises econômicas do sistema capitalista.

Reforçando essa concepção de Souza (2007), outros autores como ASSIS; ZHOURI (2011); BARAUNA (2014) e STOLERMAN (2014) destacam que, nos últimos anos, crescimento e desenvolvimento de regiões, em consequência de diversos fatores sociais, econômicos e ambientais, tornaram-se prioridades à política econômica do país, principalmente no setor elétrico, onde o Brasil necessita ampliar sua oferta para que minimize o risco de apagão.

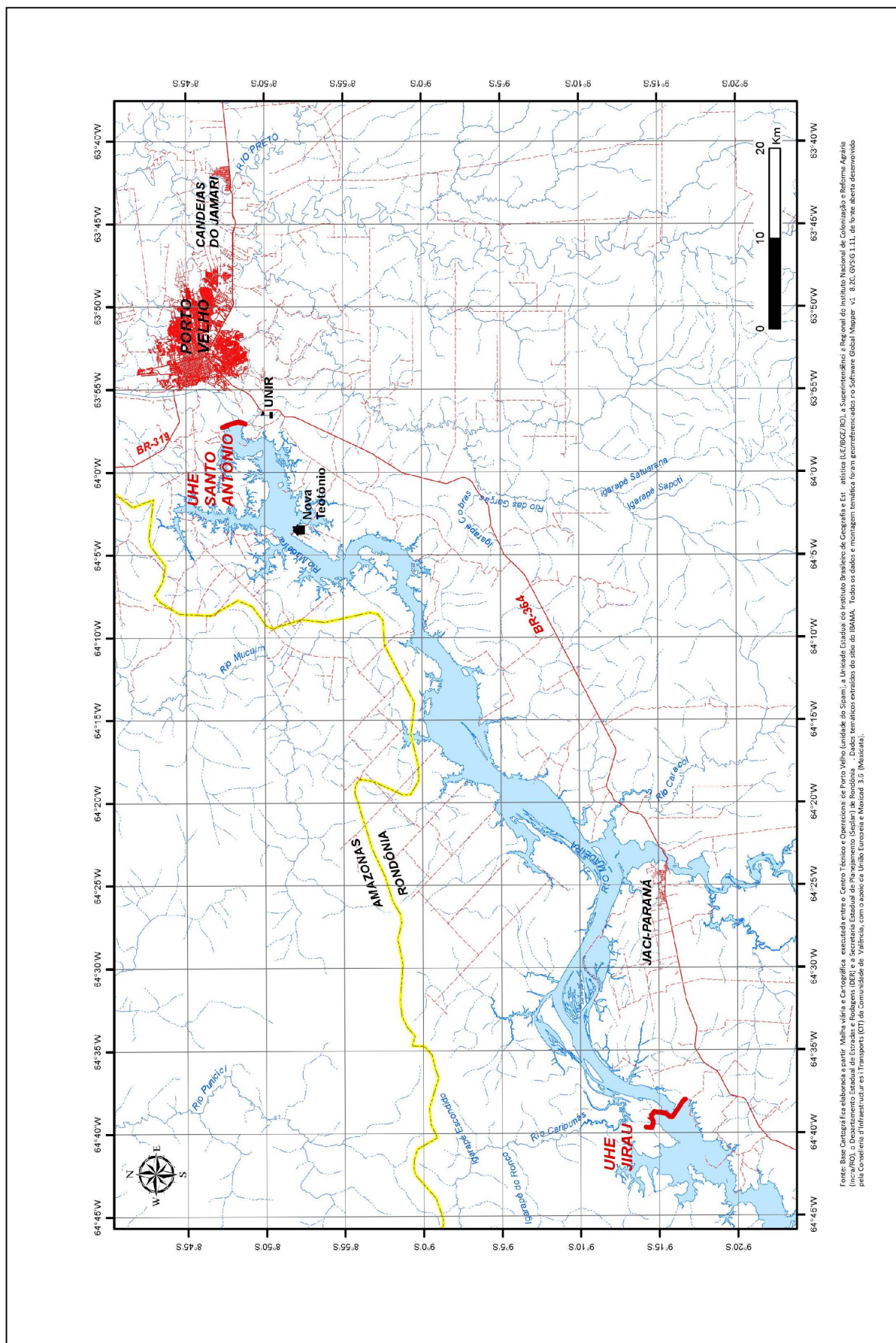
A região amazônica Brasileira, neste aspecto, é visualizada pelos governantes como a melhor alternativa para a edificação de Usinas Hidrelétricas por possuir uma excelente bacia hidrográfica, tornando-se dessa forma, numa perspectiva de planejamento governamental, como uma opção extremamente viável no sentido de contribuir

com o sistema de energia nacional, a exemplo da construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, Figura 1, no rio Madeira na cidade de Porto Velho/RO.

De acordo com o Relatório de Hidrelétricas na Amazônia, elaborado pelo Greenpeace Brasil (2019), a experiência dos projetos hidrelétricos existentes na Amazônia tem mostrado que as barragens podem destruir habitats importantes, tais como a floresta aluvial, que dependem de inundações sazonais, e ter impactos devastadores sobre populações de peixes e répteis aquáticos, como tartarugas e jacarés, e sobre o ciclo de vida de mamíferos, como ariranhas e botos. Esses efeitos podem se estender por centenas de quilômetros a jusante e a montante da barragem e levar espécies à extinção.

Ainda de acordo com o citado Relatório, a Amazônia brasileira, que detém grande parte da maior floresta tropical do mundo, está ameaçada pela exploração descontrolada de seus recursos naturais. O Relatório aponta também que mais de 750.000 km² de florestas já foram desmatados por atividades econômicas em escala industrial como a produção agropecuária, exploração ilegal de madeira e grandes projetos de infraestrutura, especialmente usinas hidrelétricas, colocando em risco a biodiversidade incomparável da região, forçando o deslocamento de comunidades tradicionais e povos indígenas de suas terras e agravando as mudanças do clima global.

Figura 1 – Mapa de Localização das Hidrelétricas



Stolerman (2014) destaca que o investimento em projetos hidrelétricos na região pode gerar crescimento econômico, mas implica em consequências relevantes para o território, meio ambiente e população. Sobre essas consequências, revela que:

A Justiça Federal considerou as UHEs Santo Antônio e Jirau responsáveis pelo agravamento da situação de alagamento e transbordamento, pois conforme os textos da referida Ação Civil Pública, os impactos ambientais não decorreram apenas da subida de nível do rio Madeira no ano de 2014, mas estão relacionados à área de Influência dos reservatórios das usinas de Santo Antônio e Jirau, que superou as previsões dos estudos prévios elaborados pelos consórcios construtores, assim como foi subdimensionado o impacto sobre a infraestrutura e a sociedade presentes na região (STOLERMAN, p.20, 2014),

As transformações ocorridas no território das comunidades ribeirinhas e a consequente mudança compulsória despertam o interesse por conhecer a atual realidade imposta pelo desenvolvimento, levando essas comunidades a experimentarem um novo espaço em outra localidade e, com essa nova vivência, perceberem-se sujeitos de uma nova geografia.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que esse novo cenário que se apresenta tem dupla percepção, de um lado os remanejados, que carregam seus sentimentos de pertencimento e identidade com o território que viviam, e de outro, os construtores que voltam seus olhares principalmente para as condições físicas, não dando a devida importância aos aspectos econômicos e sociais da comunidade.

Para Silva et al (2012), o desenvolvimento econômico de regiões possui ligação direta com a economia, interferindo ou trazendo mudanças ao longo do tempo. Nesta perspectiva, aponta-se que desenvolvimento econômico regional tem origem nas atividades locais, sendo esses definidos a partir da evolução histórica e de fatores associados.

Neste contexto, Putnam (1993), identifica que há existência de relações sociais de reciprocidade entre os grupos da sociedade cível. De acordo com o citado autor, esses fatores determinam o desempenho dos governos locais e de suas instituições e ainda garantem o caráter democrático da sociedade civil. Dessa forma, Putman (1995) apresenta o conceito de Capital Social como estrutura de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco.

Diante ao exposto, Soares et al (2010) apontam que os agentes de desenvolvimento não se tratam, apenas, de indivíduos isolados, mas de uma comunidade de cidadãos, atuando dentro de uma comunidade. Baseando-se nesta dimensão social é que está pesquisa pretende analisar o desenvolvimento aliado ao Capital Social. Para Soares et al (2010) esta é, de fato, uma nova dimensão que se acresce ao individual,

como um traço comum de identidade, pelo qual os membros se reconhecem a si e entre si, é visto como um patrimônio comum, Capital Social, que a todos enriquece.

Conforme se entende, tanto um grupo como o outro serão mais densos e ponderáveis quanto mais fortes a coesão e a organização interna da comunidade. É diante desta nova concepção que se levanta a questão da importância da organização social, das redes sociais e do Capital Social no desenvolvimento das populações. No combate à pobreza, para mudar as circunstâncias e o ambiente que a geram, cada comunidade utilizará os recursos comunitários de que dispõe.

Ainda neste sentido, observando conceitualmente as teorias do crescimento que faz uso da ação do Capital Social torna-se possível através de suas variáveis, compreender a influência e organização da comunidade para o crescimento e melhoria da região.

2.2 ANÁLISE DO CONCEITO DE TERRITÓRIO

Apona-se que território é uma área onde alguém ou algum grupo exerce poder. Ao abordar a temática território é possível perceber uma relação muito intrínseca entre espaço e poder, ou seja, na medida que se observa o exercício de poder sobre determinado lugar, percebe-se que aquele espaço transformou-se em território. Então, assinala-se que, na medida em que se notou exercício de poder sobre certo espaço, aconteceu sua territorialização. Segundo Santos (2007), território não é o chão, mas a identidade, ou seja, é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. O autor aponta que o território em si não é uma categoria de análise, mas o território usado que deve ser analisado.

Para Haesbaert (2007), apesar de ser um conceito central para o Geografia, território e territorialidade, por dizerem respeito à espacialidade humana, têm uma certa tradição também em outras áreas, cada uma com enfoque centrado em uma determinada perspectiva. Para maior entendimento conceitual sobre territorialização, o Quadro 1 apresenta perspectivas conceituais.

Quadro 1 - Levantamento sobre conceito de territorialização

| Perspectivas | Descrição |
|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Geografia | 1.1 Tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deveria incluir a interação sociedade-natureza). |
| 2. Ciência Política | 2.1 Enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado). |
| 3. Economia | 3.1 Que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”). |
| 4. Antropologia | 4.1 Destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo) |
| 5. Sociologia | 5.1 Enfoca, a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo. |
| 6. Psicologia | 6.1 Incorpora-o no debate sobre a construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo. |

Fonte: Adaptado de Haesbaert (2007)

No final da década de 1990, o autor Haesbaert agrupa as várias noções de território em três vertentes básicas, conforme Quadro 2.

Quadro 2 - Vertentes básicas de territorialização

| Perspectivas | Descrição |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Política (Referida a relação espaço-poder em geral); ou, Jurídica-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas) | 1.1. A mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, relacionado ao poder político do Estado. |
| 2. Cultural (muitas vezes culturalista) ou simbólica-cultural | 2.1 Prioriza a dimensão simbólica mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. |
| 3. Econômica (muitas vezes economicista) | 3.1 Menos difundidas enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto de divisão “territorial” do trabalho, por exemplo. |
| 4. Naturalista (Mais antiga e pouco veiculada hoje nas Ciências Sociais) | 4.1 Utiliza-se de uma noção de território com base nas relações entre a sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico. |

Fonte: Adaptado de Haesbaert (1995 e 1997) e Haesbaert e Limonad (1999)

Por fim, territorializar significa criar mediações espaciais que proporcionem efetivo “poder” sobre a reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduos), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e de “apropriação” ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2007).

Se, por ventura, o exercício de poder for limado por qualquer motivo, tem-se então a ocorrência da desterritorialização. Para Haesbaert (2007), quando se fala de desterritorialização, o que muitos autores denominam em visões muitas vezes dicotômicas, na verdade refere-se a criação de novos tipos de territórios, os quais podem ser denominados de territórios rede ou redes que reúnem muitos territórios. De forma mais complexa, a intensificação do fenômeno chamado de multiterritorialidade, ou seja, a vivência de múltiplos territórios ao mesmo tempo, concomitantemente e consecutivamente. No entanto, o autor esclarece que não se pode esquecer que, se isso acontece, os processos de precarização e/ou exclusão territorial de fechamento são intensificados.

O mais adequado, portanto, seria utilizar o termo desterritorialização, nunca desassociado de territorialização relacionado ao conteúdo social, ou seja, os processos de precarização e “exclusão territorial”.

Para Albagli (2004) em Lages; Braga; Morelli (2004), território não se reduz então à sua dimensão material ou concreta. Ele é, também, “um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se projetam. Para a autora, a gênese, a dinâmica e a diferenciação dos territórios vinculam-se a várias dimensões, Quadro 3.

Quadro 3 – Dimensões de Território

| Dimensão | Descrição |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Dimensão física | 1.1. Suas características geológicas e recursos naturais (clima, solo, relevo, vegetação), bem como aquelas resultantes dos usos e práticas dos atores sociais. |
| 2. Dimensão econômica | 2.1 formas de organização espacial dos processos sociais de produção (o que, como e quem nele produz), de consumo e de comercialização. |
| 3. Dimensão simbólica | 3.1 conjuntos específicos de relações culturais e afetivas entre um grupo e lugares particulares, uma apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo, um elemento constitutivo de sua identidade. |
| 4. Dimensão sociopolítica | 4.1 meio para interações sociais e relações de dominação e poder (quem e como o domina ou influencia). |

Fonte: Adaptado de Albagli (2004) em Lages; Braga; Morelli (2004).

Diante ao exposto, tem-se que as combinações de condições e forças externas e internas moldam um território, compreendendo-se como parte de uma totalidade espacial. Quanto ao conceito de territorialidade, Albagli (2004), expõe que ele refere-se às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004). Em suma, territorialidade é a organização do espaço em diversos territórios, considerado exclusivo por seus ocupantes.

Contudo, a partir de 1980, inicia-se a utilização do termo globalização que tem como conceito a inexistência de limites internos. Neste aspecto, aponta-se que a globalização corresponde a uma nova relação entre o local e a distância por meio de redes que interagem no planeta. Para Albagli (2004), globalização significa ainda que não há mais espaço preservado, isolado. Fluxos e redes de bens, recursos e pessoas perpassam e integram seletivamente os territórios. O acesso e o controle dessas redes e fluxos são estratégicos na vantagem competitiva e no exercício do poder em todas as escalas geográficas (LAGES; BRAGA; MORELLI, 2004).

2.3 O CAPITAL SOCIAL

A ideia de desenvolvimento econômico regional deriva da ênfase que se tem dado às dinâmicas locais, cuja análise ocorre sob a perspectiva histórica e estratégica para a compreensão dos fatores a ela relacionados, sendo que o desenvolvimento está ligado intimamente com a economia e com fatores que a influenciam ou provocam alterações dentro das regiões e que acontecem ao longo do tempo (SILVA; OLIVEIRA; ARAUJO, 2012).

A existência de outros fatores determinantes para o desenvolvimento, além dos considerados nos modelos tradicionais, como afirma Helpman (2004), pode haver áreas com semelhantes níveis iniciais, nas quais algumas se desenvolvem mais rapidamente que outras, conseguindo alcançar padrões distintos de crescimento, infraestrutura e comportamentos sociais. Por isso, a sinergia entre o Estado e a sociedade, bem como a integração cultural das comunidades são outros fatores apontados como importantes para que sejam possíveis tanto o crescimento como o desenvolvimento (SOARES; ABREU; NOVAES, 2010).

O Capital Social e o desenvolvimento local são abordados como fatores essenciais e complementares necessários para mudar as realidades de estagnação econômica, transformando e dinamizando potencialidades produtivas antes subutilizadas ou suprimidas por interesses econômicos ou mercantis. O Capital Social apresenta-se para políticas de geração do desenvolvimento, especificamente desenvolvimento lo-

cal, no papel de valorizar as relações existentes entre os atores locais ou membros da comunidade, principalmente em fatores como o da confiança, da ajuda mútua, da participação, da cooperação, estendendo-se desde indivíduos entre si até as instituições públicas e privadas (SILVA; CÂNDIDO, 2009).

Ao analisar o desempenho econômico, o Capital Social pode ser considerado como um promotor da redução da pobreza, promovendo, também, o desenvolvimento e o bem-estar social. Assim, o Capital Social é observado como elemento influenciador nas políticas de desenvolvimento local, e destas como estratégias para promoção de desenvolvimento econômico (MARTELETO; SILVA, 2004; SILVA; CÂNDIDO, 2009).

O estudo sobre a investigação do Capital Social vem ganhando atenção crescente de órgãos de pesquisa e de desenvolvimento pela importância de relacionar o desempenho institucional com o contexto histórico-cultural decorrente das características autorreforçantes. Elas acabam fornecendo, de um modo geral, a base explicativa do grau de desenvolvimento alcançado pelas diferentes regiões objetos de estudo. O Capital Social é, pois, considerado um dos principais fatores estratégicos de estímulo ao desenvolvimento regional, fatores esses que estão presentes na realidade das regiões e contribuem significativamente para o seu desenvolvimento.

A análise destes índices tem a finalidade de conhecer melhor o contexto regional e seus atores sociais contidos nessa região. Dessa forma, o Capital Social e o desenvolvimento local estão ligados aos fatores necessários para promoção de relacionamentos comunitários baseados na cooperação mútua, parceria e confiança entre as diversas pessoas ou atores locais assim, como entre as diversas instituições públicas e privadas (SILVA; CÂNDIDO, 2009).

Os aspectos do Capital Social podem explicar o porquê de regiões possuírem os mesmos desenhos institucionais, ou seja, as mesmas matrizes institucionais e terem desempenho muito diferente. Assim, é por meio da obra de Putnam e de seu método de diagnóstico que esta perspectiva de abordagem ganha importância mundial (CAVALCANTE; SILVA, 2008).

O Capital Social é considerado um estoque de relações e valores, ele seria coletivo porque é compartilhado pelo conjunto da sociedade; seu aumento dependeria do aprofundamento destas relações, de sua multiplicação, intensidade, reatualização e criação de redes de relações. Podendo ser entendido, enquanto propriedade de uma sociedade, propriedade de uma comunidade ou um recurso operacionalizado por indivíduos a fim de maximizar suas capacidades e atingir seus objetivos (MILANI, 2003).

Neste contexto, Putnam (2007, p.180) traz a definição de Capital Social como sendo um bem público e não privado:

Uma característica específica do capital social – confiança, normas e cadeias de relações sociais – é o fato que ele normalmente constitui um bem público, ao contrário do capital convencional, que normalmente é um bem privado. Por ser um atributo da estrutura social em que se insere o indivíduo, o capital social não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Assim, como todos os bens públicos, o capital social costuma ser insuficientemente valorizado e suprido pelos agentes privados. Isso significa que o capital social, à diferença de outras formas de capital, geralmente tem que ser gerado como subproduto de outras atividades sociais.

Ainda que possua características de bem público, observa-se nele um aspecto único, qual seja a sua produção é, necessariamente, coletiva. O Capital Social gera externalidades, mas sua análise deve transcender esse ponto, isto é, o Capital Social entendido como um conjunto de redes e normas, permitindo a redução dos riscos decorrentes das relações entre desconhecidos e, conseqüentemente, dos custos de transação (MARTELETO; SILVA, 2004).

O Capital Social tem o papel de facilitador na atividade produtiva, assim como o capital humano ou físico, entretanto, diferente de outras formas de capital, ele é resultado da relação existente entre os atores que integram a rede relacional (TORREÃO, 2015).

Um importante resultado do uso desse conceito é o fato de permitir às agências multilaterais compreenderem como o não econômico, o não-mercado, faz trabalhar melhor o econômico, possibilitando assim a produção de um novo consenso “mais seletivo a respeito de onde e como direcionar o rol dos fatores não-econômicos no desempenho econômico” (BOEIRA; BORBA, 2006).

O conhecimento acerca do assunto permite constatar que os indivíduos não agem independentemente, que seus objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é estritamente individualista. Neste sentido, as estruturas sociais devem ser vistas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor, assim, o Capital Social desponta como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva (ABRAMOVAY, 2000).

Ao tratar dos conceitos de Capital Social, temos Siena e Costa (2007. p. 3) que dizem que Capital Social “se refere às formas de governo, expressão cultural e comportamento social que torna uma sociedade mais do que uma soma de coleção de indivíduos”, devendo, assim, ser analisado o todo como um só quando for objeto de estudos. Segundo os autores, notam-se as evidências de que o Capital Social não está

ligado somente à organização e sim ao todo ao qual a mesma pertence, por isso, a necessidade de analisá-lo como um todo.

De acordo com a perspectiva de Putnam, essa temática é entendida como um conjunto de características da organização social – confiança, normas e sistemas – que tornam possíveis ações coordenadas. Ao utilizar este conceito, desenvolve instrumentos empíricos para examinar a tese de que o Capital Social promove cooperação social e de que esta se reflete no desempenho das instituições (BOEIRA; BORBA, 2006).

2.4 A EDUCAÇÃO NO CAMPO

As transformações decorrentes das mudanças tecnológicas e as alterações socioeconômicas pelo mundo nos últimos séculos proporcionaram uma melhor compreensão e discussão sobre o papel da educação em todos os níveis dentro das sociedades modernas nas cidades no espaço urbano e no campo em âmbito rural. Estas alterações incluem desde a expansão de unidades escolares rurais a capacitação de docentes (MOLINA; FREITAS, 2015).

Em um processo histórico a educação no segmento rural ou no campo ao longo dos tempos sempre enfrentou críticas de ser um modelo deficitário e atrasado frente aos métodos desenvolvidos no espaço urbano nas cidades (BARROS; LIHTNOV, 2016).

Mas a educação no campo poderá ser conduzida por meio de estratégias de princípios em um projeto pedagógico que possa conduzir os educandos a absorção de conhecimentos para a sua formação (MOLINA, 2015).

Conforme Molina e Hage (2016) o processo educativo no campo poderá ser construindo com a aglutinação de forças como políticas públicas efetivas que contemplem adequado calendário escolar, logística em transportes das comunidades e apoio pedagógico com a disponibilidade de professores capacitados e o uso de adequadas tecnologias nas unidades escolares no campo.

A educação no campo tem tido relação estreita com os movimentos sociais que ao proclamarem os direitos de posse da terra e a possibilidade de ocupação de espaços para viverem em produzir, passam a reproduzir também as suas necessidades em questões como saúde, trabalho e educação (NASCIMENTO; GALVÃO JUNIOR; OLIVEIRA, 2019).

Com o avanço da sociedade do conhecimento no século XXI a necessidade da expansão do conhecimento por todos os espaços da sociedade tem se mostrado efetivo em parte na educação no campo que embora com lacunas em sua estrutura pela ausên-

cia de investimentos em políticas públicas educacionais tem prosseguido a diante em várias partes do Brasil (RODRIGUES; COUTO, 2015).

Uma das conquistas para a educação no campo foi preconizado pela luta social organizada por setores da sociedade organizada como igreja católica, sindicatos e movimentos sociais que conseguiram assegurar que uma legislação amparasse os trabalhadores rurais com o artigo 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no ano de 1996 (BARROS; LIHTNOV, 2016).

A respeito do tema educação no campo, Santos (2018) concorda que

No meio educacional brasileiro, nas últimas duas décadas, são frequentes os questionamentos acerca da Educação do Campo e da Educação Rural, bem como as diferenças e semelhanças entre elas. Esses questionamentos emergem quando o Estado é chamado a assumir, de fato, a educação dos filhos dos trabalhadores do campo, através de uma proposta educativa que garanta o direito constitucional de educação para todos os cidadãos e cidadãs brasileiros (as) [...] (SANTOS, 2018, p.3).

As garantias elencadas na Lei LDB (1996) reforçam o papel do campo com um espaço de reprodução social de trabalho, habitação, socialização e de pertencimento que como outros extratos da sociedade também precisam ser olhados com atenção em suas demandas (MACHADO, 2017).

Para Molina (2015) os desafios para a implementação de ações educativas no campo passam por outras questões não resolvidas como a fundiária com uma Reforma Agrária justa que contemple os que realmente precisam da terra para sobreviver e não apenas a grupos minoritários capitalistas que em detrimento do lucro e do acúmulo de capital fragilizam os que realmente fazem jus ao que lhe é devido.

2.5 EDUCAÇÃO NO CAMPO NA AMAZÔNIA E EM RONDÔNIA

A educação no campo na Amazônia se caracteriza por um processo ainda muito frágil diante das particularidades desta região muito ampla do território brasileiro, sendo um dos seus objetivos a formação de sujeitos alinhados a exploração dos recursos naturais abundantes em várias regiões que por não exigir graus de conhecimento acabam por absorver mão de obra a baixo custo e em grandes quantidades (PINHEIRO, 2007).

A Amazônia tem sido foco de muitas discussões sobre os mais variados temas e entre eles destacam-se

O Movimento da Educação do Campo, em contraste, assume a defesa de um Projeto Popular para o Brasil que visa fortalecer a economia nacional, o desenvolvimento autônomo, soberano e que enfrente as desigualdades de renda e o desmonte dos direitos humanos e sociais. Nesse Projeto, a luta pela Educação é entendida como estratégica nos embates e nas disputas pela defesa da democracia e construção de

uma sociedade igualitária com respeito às diferenças, sem exploração do trabalho e da natureza (HAGE; CORRÊA, 2019, p.11).

Em um contexto histórico como destaca LOUREIRO (2007), o modelo de ocupação da Amazônia se pautou não em intensificar o processo educativo aos povos que habitam a região, mas de apenas abstrair os conhecimentos sobre a rica diversidade da natureza local.

Mas a incorporação de sua cultura nos currículos escolares se processa por aspectos que envolvem desde políticas públicas para a educação como também, a aproximação do professor com o aluno e sua realidade por meio de situações problematizadoras. Quando os saberes selecionados por especialista de currículo que representam os interesses da cultura dominante, são questionados na escola se evidencia que, o ato de ensinar está relacionado ao outro, como um ser ignorante. Um sujeito que não sabe, precisa saber conhecer, para deixar de ser. (PINHEIRO, 2007, p1)

Conforme relatam Hage e Corrêa (2019) a propagação da educação no campo na Amazônia dependerá de articulações e sensibilização coletiva do poder público e dos demais sujeitos na busca por ações efetivas que possam abranger a realidade local e compreender as particularidades dos diversos territórios no contexto amazônico.

O Estado de Rondônia teve o seu apogeu de desenvolvimento e crescimento a partir dos anos de 1980 com a expressiva chegada de migrantes procedentes das regiões Sul e Sudeste em busca de melhores oportunidades de trabalho com a ocupação das terras disponíveis. Neste período também se inicia a primeira atividade de educação no campo com o surgimento da Escola Família Agrícola (EFA) Padre Ezequiel Ramin na cidade de Cacoal no interior do Estado (MACHADO, 2017).

Atualmente o processo de educação no campo em Rondônia possui seis EFAs fruto de conquistas de movimentos sociais como igreja católica, sindicatos rurais e de pequenos produtores rurais que atuam na educação no campo, ver Quadro 1 abaixo.

Quadro 1 - Quantitativo de EFAs por município e nível de ensino ofertado em Rondônia

| Localidade | Nome da EFA | Modalidade de ensino |
|-----------------|-----------------------------|--------------------------------------------|
| Cacoal | Escola Padre Ezequiel Ramin | Médio integrado ao Técnico Agrícola |
| Ji-Paraná | Escola Itapirema | Médio integrado ao Técnico em Agropecuária |
| Vale do Paraíso | Escola Vale do Paraíso | Ensino Fundamental (Ciclo 2) |
| Novo Horizonte | Escola Chico Mendes | Médio integrado ao Técnico em Agropecuária |
| São Francisco | Escola Vale do Guaporé | Médio integrado ao Técnico em Agropecuária |
| Jaru | Escola Dom Antônio Passamai | Médio integrado ao Técnico em Agropecuária |

Fonte: Adaptado de Machado (2017).

2.6 O SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO E O MOVIMENTO TERRITORIAL NA AMAZÔNIA

Rovere (1990), quando trata das fontes de energia disponíveis na natureza, destaca que seu estudo ocorreu visando suprir a necessidade da humanidade. Ele afirma que:

De um modo geral, vários recursos, de origens distintas, podem ser mobilizados para fornecer cada forma de energia necessária ao funcionamento da sociedade. Assim, a eletricidade, por exemplo, pode ser obtida a partir de diversas fontes: quedas d'água (energia hidroelétrica), centrais termoelétricas que podem queimar diversos combustíveis como fonte de energia (óleo diesel, gás natural, lenha, carvão vegetal, bagaço de cana de açúcar, etc.), centrais nucleares entre outras (ROVERE, p.13, 1990).

A partir do início do século XXI, o homem compreendeu que seria possível fazer uso de recursos da natureza e com isso poder assegurar o abastecimento de energia. Nesse período, houve uma atenção muito grande para a geração de energia, porém, pouco ou quase nada, foram observadas as questões ambientais e sociais. A preocupação era momentânea e prendia-se ao fato de assegurar o desenvolvimento da nação.

É consenso que o desenvolvimento energético trouxe “a reboque” um custo ambiental que de pequeno não tem nada. Após, séculos e mais séculos de emissão de gases tóxicos à atmosfera (causadores do efeito estufa, principalmente), degradação de grandes extensões de terras e poluição de importantes mananciais de água; vê-se atualmente, um ainda tímido movimento de grupos de indivíduos preocupados com a questão ambiental. Na realidade, isto tem relação com a própria sobrevivência do gênero humano, tendo em vista a ameaça de esgotamento de recursos naturais importantes que podem colocar a vida humana em questão. (LAVEZZO, p. 6, 2016)

Estudos apontam um forte crescimento da demanda por energia no Brasil, tendo em vista o crescimento da implantação de Indústrias e os planos de desenvolvimento que o governo possui com a intenção de melhorar a economia brasileira (LAVEZZO, 2016).

A implementação de novos modelos energéticos tem evoluído ao longo da história, segundo Farias e Selitto (2011), a composição da nova matriz energética no futuro dependerá de muitos fatores, que são de difícil previsão. Indiscutivelmente, haverá grande diversificação das fontes de geração de energia elétrica, para que não exista dependência exclusiva de uma única fonte e para o aumento da confiabilidade dos sistemas.

Por este motivo, Lavezzo (2016) afirma que há muito investimento em pesquisa em busca de energias renováveis que possam ser consideradas limpas, ou seja, que seus impactos ambientais e sociais sejam mínimos. Sabe-se que não há formas de utilizar recursos naturais para a geração de energia sem que haja impactos no meio em que ela está inserida, mas do desenvolvimento dessas pesquisas podem surgir meios que contribuam para que esses impactos sejam minimizados.

Mundialmente e no Brasil, os construtores de empreendimentos hidrelétricos fazem uso dos mais variados recursos naturais, entre estes o território onde habitam populações ribeirinhas que têm sua dinâmica de vida alterada. Na Amazônia não é diferente, no entanto, os efeitos se tornam ainda maiores em razão da grande diversidade de plantas e animais existentes. Ou seja, essas obras causam grandes desequilíbrios na natureza e dificuldade de adaptação de animais e plantas na região.

De acordo com a Aneel (2017), o Brasil possui 779 Usinas Hidrelétricas em atividade. Neste total estão inclusas as pequenas centrais hidrelétricas e as pequenas geradoras hidrelétricas.

Como se observa no quadro 4, a Usina Hidrelétrica de Jirau possui potência instalada de 3.750 megawatts, capaz de atender a cerca de 44 milhões de pessoas, contando com 50 (cinquenta) unidades geradoras em operação comercial.

O projeto da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio possui potência instalada para geração de 3.568 megawatts, energia suficiente para atender ao consumo de mais de 40 milhões de pessoas, e, também, um total de 50 (cinquenta) unidades geradoras em operação comercial.

Entretanto, de acordo com os construtores, para uma garantia física das usinas, em épocas com baixa vazão, a geração de energia poderá ser reduzida para algo em torno 60% de sua capacidade.

Dessas 779 usinas, 38 estão localizadas na região Norte, na Amazônia brasileira que dispõe de recursos hídricos abundantes, com grandes cachoeiras e rios com fortes correntezas. Estas usinas estão especificadas no Quadro 4 a seguir.

Quadro 4 – Usinas Hidrelétricas em atividade na Região da Amazônia Brasileira

| Usina | Data Operação | Classificação | Potência Outorgada (kW) | Estado |
|----------------------------------|---------------|---------------|-------------------------|--------|
| Balbina | 20/02/1989 | UHE | 250.000 | AM |
| Coaracy Nunes | 30/12/1975 | UHE | 78.000 | AP |
| Ferreira Gomes | 04/11/2014 | UHE | 252.000 | AP |
| Cachoeira Caldeirão | 05/05/2016 | UHE | 219.000 | AP |
| Tucuruí | 30/12/1984 | UHE | 8.535.000 | PA |
| Curuá-Uma | 01/01/1977 | UHE | 30.300 | PA |
| Salto Três de Maio | 13/01/2010 | PCH | 20.000 | PA |
| Salto Buriti | 18/12/2008 | PCH | 10.000 | PA |
| Salto Curuá | 15/10/2008 | PCH | 30.000 | PA |
| Armando Ribeiro | - | PCH | 4.700 | RN |
| Machadinho I | - | PCH | 10.500 | RO |
| Santa Cruz de Monte Negro | 19/06/2014 | PCH | 17.010 | RO |
| Jamari | 09/01/2015 | PCH | 20.000 | RO |
| Canaã | 10/03/2015 | PCH | 17.000 | RO |
| Urubu | - | PCH | 21.000 | RO |
| Santo Antônio | 30/03/2012 | UHE | 3.568.000 | RO |
| Jirau | 06/09/2013 | UHE | 3.750.000 | RO |
| Cachoeira Cachimbo Alto | 01/09/2017 | PCH | 9.801 | RO |
| Cachoeira do Cambara | 14/07/2014 | CGH | 2.160 | RO |
| Agro Trafo | 01/01/1992 | PCH | 14.040 | TO |
| Luís Eduardo Magalhães (Lajeado) | 01/12/2001 | UHE | 902.500 | TO |
| Sobrado | 01/01/1994 | PCH | 4.820 | TO |
| Dianópolis | 01/01/1994 | PCH | 5.500 | TO |
| Diacal II | 01/04/1999 | PCH | 5.040 | TO |
| Corujão | 01/01/1948 | CGH | 680 | TO |
| Peixe Angical | 27/06/2006 | UHE | 498.750 | TO |
| Areia | 25/02/2011 | PCH | 11.400 | TO |
| Água Limpa | 21/12/2010 | PCH | 14.000 | TO |
| São Salvador | 06/08/2009 | UHE | 243.200 | TO |
| Lagoa Grande | 25/09/2008 | PCH | 25.600 | TO |
| Riacho Preto | 04/09/2008 | PCH | 9.300 | TO |
| Porto Franco | 14/11/2009 | PCH | 30.000 | TO |

| | | | | |
|--------------|------------|-----|--------|----|
| Boa Sorte | 12/11/2008 | PCH | 16.000 | TO |
| Doido | 10/10/2015 | PCH | 6.000 | TO |
| Manuel Alves | - | PCH | 8.000 | TO |
| Sirivera | 19/01/2016 | CGH | 1.800 | TO |
| Sucuri | - | CGH | 2.750 | TO |
| Palmeiras | - | CGH | 2.750 | TO |

Fonte: ANEEL (2017) apud SOUZA et al (2017)

A Santo Antônio Energia, concessionária responsável pela implantação e operação da Hidrelétrica Santo Antônio, localizada no rio Madeira, em Porto Velho (RO), confirma a ampliação da usina, que passará a produzir mais 206,2 MW médios, com o alteamento de 80 cm em seu reservatório e a instalação de mais seis turbinas.

De acordo com o Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira (2009), há estimativas de que só a pescaria artesanal na região amazônica empregaria 70 mil pessoas, manteria outras 250 mil e geraria entre US\$ 100 milhões e US\$ 200 milhões por ano.

Especificamente a respeito do Rio Madeira, Moret (2005) relata que a quantidade de material particulado que o rio carrega é significativa. Entretanto, com o barramento ocorre o acúmulo de material particulado no reservatório da hidrelétrica, ocasionando uma perda de fertilidade do solo tanto a montante como a jusante da UHE de Santo Antônio. Prejudicando assim a agricultura nas áreas de várzea praticada pelos ribeirinhos que vivem às margens do rio Madeira.

De acordo com informações disponíveis no sítio do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), acessado em 25 de outubro de 2017, diversas irregularidades foram identificadas durante o processo de construção da UHE Santo Antônio, como se observa no Quadro 5.

Quadro 5 - Irregularidades ocasionadas pelas obras da UHE Santo Antônio

| Irregularidades | Descrição |
|-------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1. Desmoronamento do Barranco | 1.1 BAIRO e SÃO CARLOS (BM): Com abertura das comportas mais de 140 famílias saíram de suas casas, ficando sem moradia. Passaram a morar de maneira improvisada em hotéis na cidade de Porto Velho. A queda do barranco tem mais de 2 km de extensão e está causando medo a população local. Por força e magnitude do impacto gerado, e forçado pela ação do Ministério Público Federal e Estadual de RO, além da Defesa Civil de Porto Velho, o consórcio foi responsabilizado pelos desmoronamentos do barranco. Em São Carlos, um distrito mais abaixo, onde moram 1000 famílias, o barranco também está cedendo. |
| 2. Novas Áreas Alagadas | 2.1 Em Jaci Paraná um distrito localizado a 100 km de Porto Velho, mais famílias foram atingidas, após o enchimento do lago, aproximadamente 30 famílias foram atingidas. O aumento do lençol freático já traz consequências, como a insalubridade das águas dos “poços amazônicos” em que as famílias utilizavam para consumo. |
| 3. Madeira | 3.1 À margem do rio que foram cortadas, empilhadas, mas não foram retiradas do local. |
| 4. Casos Negados: Joana Darc | 4.1 Um assentamento da Reforma agrária que teve uma parte da sua área considerada atingida pela a empresa e outra grande parte desconsiderada. A empresa nega o direitos de muitas famílias que ficaram isoladas depois do enchimento do LAGO. |
| 5. Reassentamentos | 5.1 Não houve processo de consulta às famílias a respeito de como deveria ser construída sua nova morada. A empresa de forma truculenta impôs um modelo de reassentamento que agora se vê extremamente problemático. Foram implementadas ao todo sete áreas (Santa Rita, Novo Engenho Velho, São Domingos, Riacho Azul, Vila de Teotônio, Morrinhos e Parque dos Buritis). Todos os reassentamentos criados sem seguir um padrão. |
| 6. Dos Impactos Ambientais | 6.1 três unidades de conservação (UC's) da biodiversidade tiveram suas áreas reduzidas devido à formação do reservatório. Exemplo: nos estados de Rondônia e Amazonas, foram excluídos 8.470 hectares do Parque Nacional Mapinguari para abrir caminho para os reservatórios das usinas de Santo Antônio e Jirau no rio Madeira. |

Fonte: Elaborado a partir de Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), sobre a complexo Madeira

Tanto o consórcio construtor dos empreendimentos quanto os membros do governo defendem a ideia de que se reduz os impactos através desses grandes empreendimentos, uma vez que estes propiciam o alcance do “progresso” na região.

Os discursos tanto dos empreendedores quanto dos governantes ainda pregam a redenção propiciada por esses grandes empreendimentos, que por meio deles se alcançaria o “progresso”. Qualquer pessoa que se mostre contrária é cunhada de ser reacionária. Apesar de a empresa defender a construção da obra como algo que gera emprego, “progresso”, e é inevitável para o desenvolvimento da região, na verdade, o que ela quer é ter lucro e ganhar mais, pois é assim que o sistema funciona. Os atingidos já estão convencidos de que não terão forças para enfrentar o monstro que quer tirar deles toda a vida. Parar a obra é muito difícil, mas, com algumas articulações, é preciso lutar para ter os direitos reconhecidos. (ROCHA, 2001).





CAPÍTULO 3

MÉTODO

Os procedimentos teóricos e metodológicos, em um primeiro momento, aportam-se em diversas literaturas, sobretudo as referentes aos impactos socioambientais de hidrelétricas na Amazônia, de modo a embasar a fundamentação teórica e a justificar os limites da pesquisa. Os dados secundários recolhidos durante a pesquisa bibliográfica ofereceram subsídios para compreensão da problemática do impacto da construção de hidrelétricas sobre populações tradicionais e a insustentabilidade dos empreendimentos sobre reassentamentos de comunidades.

Neste estudo, foram realizados levantamentos em periódicos, livros, artigos científicos, dissertações de mestrado, teses de doutorado, monografias de graduação, artigos de jornais (impresso e online), documentos de Organizações Não Governamentais (ONGs) e documentos governamentais.

O segundo passo foi a análise documental do Programa de Remanejamento da Usina. Todo o processo de reassentamento adotado pelo consórcio Santo Antônio (CCSA), a partir da desapropriação até a relocação dos ribeirinhos.

Em um terceiro momento, para compreender as transformações ocorridas com a comunidade de Vila Nova de Teotônio, em visita programada, foi feita a aplicação de questionário com as famílias.

Nesta pesquisa foram adotados todos os procedimentos éticos preconizados nas Resoluções CNS nº 466/12, CNS nº 510/2016 e demais documentos que regulamentam as pesquisas científicas envolvendo seres humanos.

3.1 TIPO DE PESQUISA

Esta pesquisa é descritiva e busca apresentar características da população ou fenômeno estudado e tem um delineamento do tipo exploratório, com incumbência de aumentar o conhecimento e a definição de prioridades para futuras pesquisas.

Classifica-se como quantitativa, pois foi verificado que este enfoque será a melhor metodologia para a pesquisa. O método quantitativo faz-se necessário no estudo para promover a quantificação das informações coletadas durante a pesquisa de campo e também na associação das variáveis antes e após a transferência para o reassentamento

Segundo Richardson (1999), a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação. Ela quantifica os dados e generaliza os resultados da amostra para os interessados.

Com relação aos procedimentos técnicos, foram utilizados: análise documental e estudo de campo.

A análise documental pode ser considerada uma técnica decisiva para a pesquisa em ciências sociais e humanas. A Análise Documental é indispensável porque a maior parte das fontes (escritas ou não) é quase sempre a base do trabalho de investigação; são aqueles realizados a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos.

A pesquisa documental foi realizada em fontes como tabelas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza – (pintura, escultura, desenho, etc), notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000).

A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema (Ludke e André, 1986).

Com relação à pesquisa de campo, foram realizadas dez visitas programadas com o intuito de estabelecer contato com os remanejados e para aplicação dos questionários.

Segundo Ferraço (2008) a pesquisa de campo ocorre no dia a dia para poder se aproximar da realidade, em algo que pode parecer invisível no primeiro momento, mas com presença do pesquisador no campo de pesquisa, poderá abranger diversos aspectos dos moradores, para os quais serão levantadas indagações, gerando informações que possam ajudar antes, durante e depois da pesquisa. Com os dados obtidos, como biografia, entrevistas, fotografias, conversas e depoimentos que após discussão e comprovação, terão como finalidade contribuir com os dados da pesquisa.

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população, segundo Silva (2016), era constituída inicialmente por 66 (sessenta e seis) famílias que foram realocadas. A comunidade possuía aproximadamente 269 pessoas.

Sobre a constituição das famílias, destaca-se que entre estas, apenas 46 aceitaram ser remanejadas para o reassentamento, como destaca Ribeiro (2013), as demais optaram por receber indenização de suas terras. Diante disso, a pesquisa foi realizada somente com as famílias reassentadas para garantir a viabilidade do desenvolvimento do trabalho.

Os dados utilizados para o cálculo da amostra (n) são: universo (N) de 46 famílias, com margem de erro é de 5% e intervalo de confiança de 95%. A amostra (n) foi calculada pela equação a seguir:

$$n = \frac{N \cdot Z^2 \cdot p \cdot (1 - p)}{Z^2 \cdot p \cdot (1 - p) + e^2 \cdot (N - 1)}$$

Onde:

n - amostra calculada

N - população

Z - variável normal padronizada associada ao nível de confiança

p - verdadeira probabilidade do evento

e - erro amostral

A amostra determinada para a pesquisa foi de 42 entrevistas, o que corresponde a 91% do universo.

3.3 ÁREA DE REALIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi conduzido na Vila Nova de Teotônio, Figura 3, localizada na zona rural no município de Porto Velho/RO, Figura 2, a aproximadamente 40 quilômetros da capital. Essa comunidade residia em seu antigo território conhecido como Vila de Teotônio a aproximadamente 50 anos, sendo remanejada para a nova vila em razão da implantação da Usina hidrelétrica de Santo Antônio, que iniciou as obras em 2008. Seus habitantes viviam de modo tradicional na antiga vila e tinham no rio a sua fonte de sustento, de transporte e de diversão.

Figura 2 – Mapa de localização do Estado de Rondônia

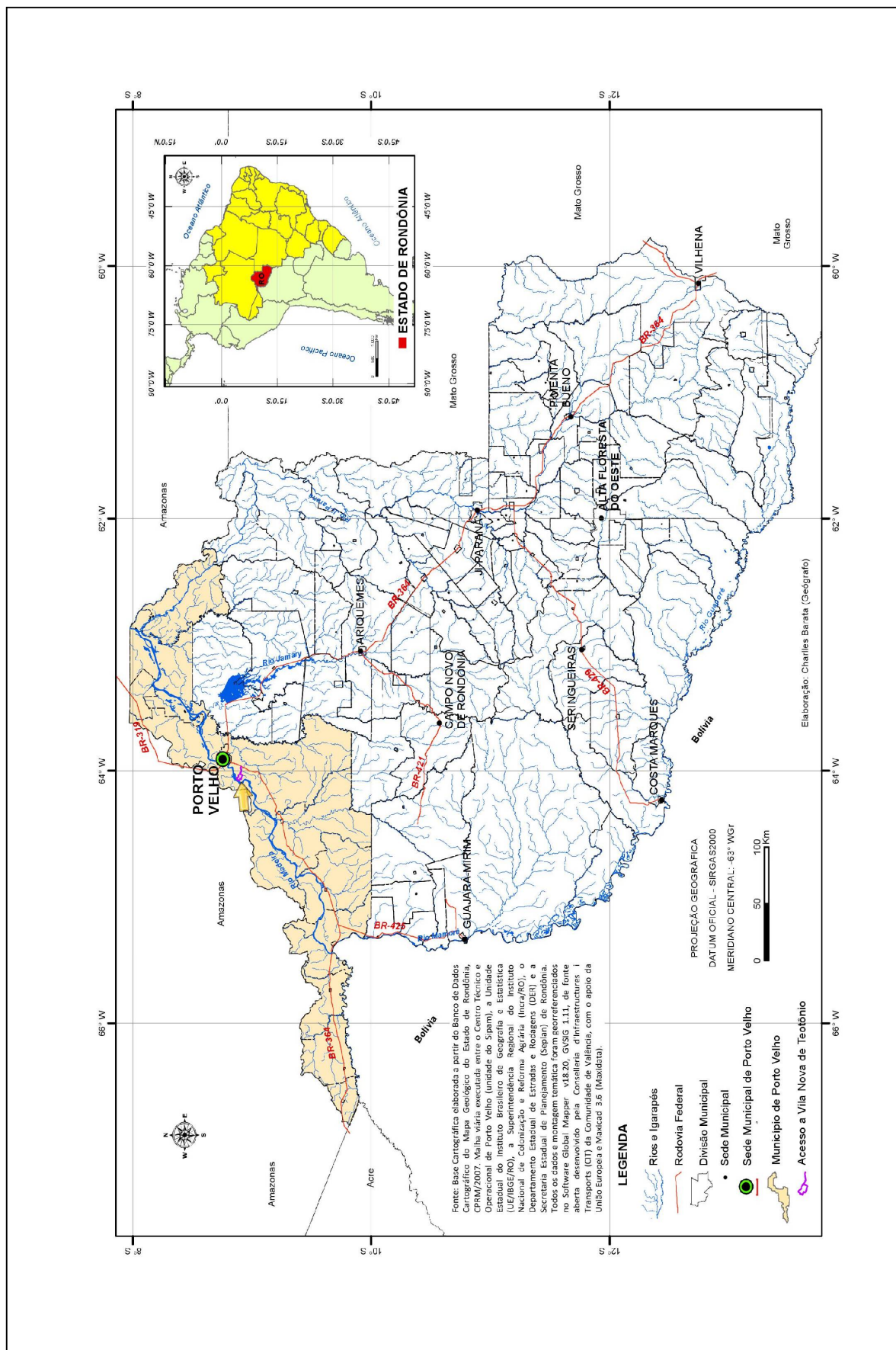
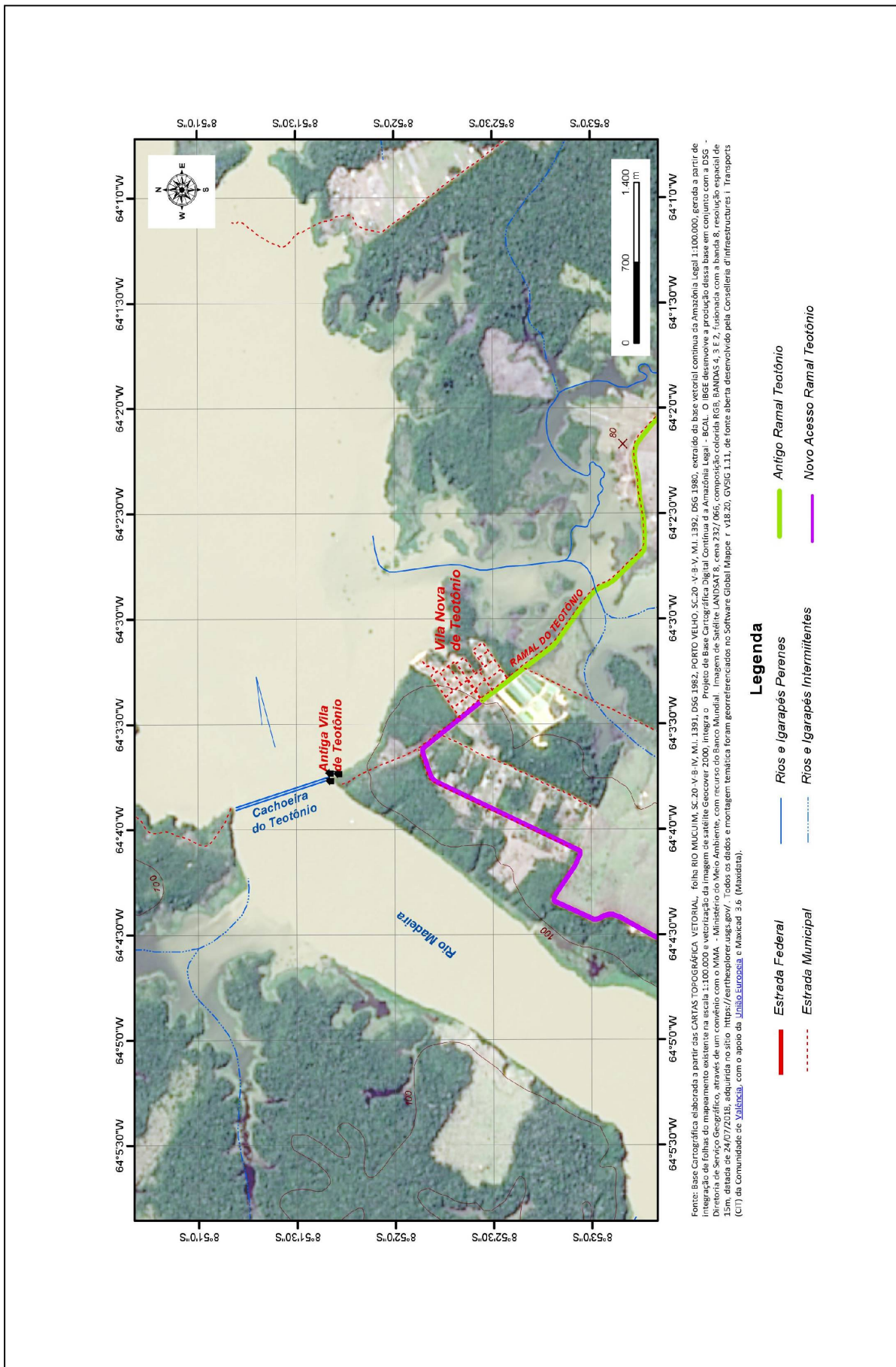


Figura 3 - Mapa de localização da nova Vila de Teotônio



A nova Vila de Teotônio, segundo Ribeiro (2013) foi construída para atender os moradores da antiga Vila da Cachoeira de Teotônio, comunidade formada principalmente por pescadores, comerciantes e prestadores de serviços vinculados à pesca. O reassentamento possui 72 lotes de 2.000 m², sendo que apenas 46 foram ocupados.

3.4 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados, foi feito uso de questionários com perguntas semiabertas. De acordo com Severino (2007), o questionário é um conjunto de questões, sistematicamente articuladas, que se destinam a levantar informações escritas por parte dos sujeitos pesquisados, com vistas a conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudo. As questões devem ser pertinentes ao objeto e claramente formuladas, de modo a serem bem compreendidas pelos sujeitos. “As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas” (SEVERINO, 2007, p. 125).

Segundo Mattar (1994), nas questões abertas, os respondentes ficam livres para responder com suas próprias palavras, sem se limitarem à escolha entre um rol de alternativas, tendo com vantagens: estimular a cooperação; permitir avaliar melhor as atitudes para análise de questões estruturadas, muito úteis como primeira questão de um determinado tema, cobrem pontos das questões fechadas, têm menor poder de influência nos respondentes do que as perguntas com alternativas previamente estabelecidas, exigem menor tempo de elaboração; proporcionam comentários, explicações e esclarecimentos significativos para se interpretar e analisar as perguntas com respostas fechadas, e evita-se o perigo existente no caso das questões fechadas, do pesquisador deixar de relacionar alguma alternativa significativa no rol de opções.

O instrumento de pesquisa foi adaptado de Ribeiro (2013) e questionário Integrado para medir o Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial (2000), elaborado de forma a abranger os aspectos sociais, econômicos, territoriais e culturais da comunidade de Vila Nova de Teotônio, antes do deslocamento, e após o deslocamento para o reassentamento, e ainda, identificar o índice de Capital Social dessa comunidade. Em seguida, foi realizada a análise dos dados coletados na busca de se obter informações que direcionam o índice de Capital Social daquela região.

A finalidade da pesquisa e a importância da participação voluntária foram explicadas, sendo, também, assegurado o sigilo da participação quando da apresentação dos resultados em publicação científica, pois os resultados obtidos na pesquisa serão sempre apresentados como retrato de um grupo e não de uma pessoa.

Entende-se que, para a pesquisa, o questionário foi aplicado buscando investigar os perfis socioeconômico e territorial da comunidade, contemplando sexo, estado civil, escolaridade, renda, número de filhos, tempo de moradia na comunidade e no reassentamento, se possuem complementação de renda, se no reassentamento ou em áreas remanescentes há escola e posto de saúde, condições das estradas de acesso, se têm assistência técnica, como avaliam o atendimento técnico recebido, como avaliam o trabalho de remanejamento implementado pelo consórcio Santo Antônio Energia, se gostariam de voltar a viver na comunidade, caso isso fosse possível, se a condição de vida melhorou ou piorou após o remanejamento, avaliação sobre as casas recebidas e modificações realizadas pelos mesmos.

As questões tiveram como foco os aspectos econômicos e culturais, com perguntas elaboradas no sentido de que os remanejados possam expor: se houve uma piora da renda e o porquê; quais as lembranças antigas da comunidade; as atividades de lazer na comunidade e no reassentamento e as possíveis falhas do consórcio construtor junto às famílias.

As informações coletadas nos questionários direcionados aos reassentados foram analisadas através do programa SPSS, versão 20, sendo realizado o teste de confiabilidade conhecido como Alfa de Cronbach, conforme demonstrado no Quadro 6, extraído do programa.

Quadro 6 - Estatísticas de Confiabilidade

| Alfa de Cronbach | Alfa de Cronbach baseado em itens padronizados | N de itens |
|------------------|------------------------------------------------|------------|
| ,829 | ,839 | 42 |

Fonte: Dados da pesquisa (SPSS 20)

Desse modo, é demonstrado o teste do Alfa de Cronbach, cujo resultado é considerado satisfatório, ou seja, quanto mais próximo de 1 maior sua confiabilidade, sendo o mínimo “aceitável” 0,7. Dessa forma, o questionário aplicado enquadra-se, atendendo aos requisitos necessários ao teste de confiabilidade, o que garante que o instrumento foi bem construído, sendo este adaptado de Ribeiro (2013) e do Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial (2000).

3.5 PROCEDIMENTO PARA COLETA DE DADOS

O procedimento escolhido para coleta de dados, constitui-se em uma valiosa técnica, ajudando a compor um quadro de informações a respeito da comunidade de Vila Nova de Teotônio.

O método quantitativo faz-se necessário para promover a quantificação das informações e também na associação das variáveis antes e após a transferência para o reassentamento.

Nesta pesquisa, os dados são do tipo primário, coletados da seguinte forma:

1. realização de pesquisa, com 46 (quarenta e seis) famílias da comunidade objeto do estudo; e
2. realização de anotações sistemáticas (memorando) de comportamentos, observados durante a aplicação de todas as pesquisas.

A escolha deste modo de coleta de dados justifica-se pela possibilidade de melhor confiabilidade das informações. Desta forma, as técnicas a serem utilizadas priorizaram, sobretudo, a viabilidade de suas aplicações, bem como a profundidade das informações a serem coletadas, observando etnograficamente os participantes.

A coleta de dados foi feita por meio de questionário adaptado de Ribeiro (2013), que realizou pesquisa similar na comunidade São Domingos, comunidade esta, também reassentada em razão da inundação do reservatório da Hidrelétrica de Santo Antônio em Porto Velho-RO, e questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) do Banco Mundial (2000).

Para a aplicação do questionário, foram feitas visitas programadas a todas as 46 (quarenta e seis) famílias realocadas para o reassentamento Vila Nova de Teotônio.

3.6 PROCEDIMENTO PARA ANÁLISE DE DADOS

Conforme observa Creswell (2007, p. 194), a análise e interpretação dos dados “é um processo constante, envolvendo a reflexão continuada sobre os dados, fazer perguntas analíticas e redigir memorandos durante todo o estudo. Isso não é nitidamente separado de outras atividades no processo, como coleta de dados ou formulações de questões de pesquisa”, o que estará ocorrendo durante todo o processo de realização das pesquisas.

Por isso, utilizou-se o método de análise de conteúdo, que faz uso da estratégia do emparelhamento para mediar as variáveis sociais dos indicadores, antes e após o reassentamento ou a vida nas áreas remanescentes. De acordo com Severino (2007, p.227), a primeira estratégia, que os anglo-saxões chamam de *pattern-matching*, consiste em emparelhar ou, mais precisamente, associar os dados recolhidos a um modelo teórico, com a finalidade de compará-los. Essa estratégia supõe a presença de uma teoria sobre a qual o pesquisador apoia-se para imaginar um modelo do fenômeno ou da situação em estudo. Cumpre-se, em seguida, verificar se há verdadeiramente correspondências entre essa construção teórica e a situação observável, comparar com o

modelo lógico ao que aparece nos conteúdos, objetos de sua análise. A qualidade da organização lógica do quadro operacional torna-se não só o instrumento de classificação, mas também o de toda a análise-interpretação dos conteúdos.

Nesta pesquisa, utilizou-se como ferramenta o ATLAS TI, software para a análise de dados textuais, gráficos, áudio e vídeo. O Atlas TI possui ferramentas sofisticadas que ajudam a organizar, remontar e gerir o material de forma criativa e sistemática, além de proporcionar a criação de códigos de relação entre respostas dos pesquisados.

Este procedimento foi necessário, pois o software Atlas TI trabalha com este protocolo para gerar o código de análise. Com a criação do código e a inserção das palavras relacionadas ao código, o Atlas TI fez a auto-codificação, isto é, todas as palavras pertencentes ao código, foram selecionadas automaticamente no texto. Logo, o software codificou automaticamente, pela palavra isolada, de forma a permitir efetivamente a análise do contexto.

Como meio de análise das informações coletadas, estas foram inicialmente tabuladas para posteriormente serem manipuladas em programas como o Microsoft Excel®, para tratamento estatístico simples e SPSS para realização da análise de confiabilidade das informações coletadas.

A análise dos dados obtidos durante o estudo foi feita através de leitura crítica das informações obtidas. Por meio desta análise foram identificados os pontos que mereciam uma maior atenção e que impactaram a comunidade objeto do presente estudo.

As informações foram analisadas por meio de gráficos de pizzas, quadros percentuais e quadros esquemas de forma a compreender a relação entre os segmentos e as variáveis levantadas.

CAPÍTULO 4

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudar os efeitos decorrentes da mudança territorial dessa comunidade nos seus aspectos sociais e econômicos é desafiador, pois as famílias deslocadas tiveram seus meios de subsistências e dinâmica econômica alterados, proporcionando a possibilidade de análise de passivos sociais e econômicos.

A comunidade da antiga Vila da Cachoeira de Teotônio, atualmente reassentada na nova vila é formada principalmente por pescadores, comerciantes e prestadores de serviços vinculados à pesca. O reassentamento possui 72 lotes de 2.000 m².

De acordo com Silva (2016), a comunidade possuía aproximadamente 269 pessoas, sendo que parte dos moradores recebeu indenização de suas moradias e não foi reassentada.

4.1 FORMAÇÃO DA COMUNIDADE DA VILA DE TEOTÔNIO

Os remanejados da antiga Vila de Teotônio compõe uma série de comunidades que se formaram às margens dos rios amazônicos, formadas por pessoas de diversas origens, raças e etnias, que tinham em comum a necessidade de uma nova organização social e de atividades.

A vida extrativista das comunidades ribeirinhas do rio Madeira possui formação étnica composta por grupos indígenas e por imigrantes nordestinos, tanto do primeiro quanto do segundo ciclo da borracha. O conceito de extrativismo, agricultura de subsistência do indígena e do migrante nordestino fundiu-se, caracterizando um modo de produzir e de vida do ribeirinho, deixando o seringueiro sua atividade extrativa e passando, dessa forma, a morar na beira dos rios e seus afluentes, criando comunidades ribeirinhas. (SILVA, 2000).

Essas novas comunidades formadas permanecem crendo em seus mitos e valores, entretanto, passam a olhar de forma diferenciada para o rio já que este torna-se seu novo meio de subsistência e transporte. O rio, passa a ter outro significado para essas comunidades que antes possuíam suas crenças voltadas para a floresta, (SILVA, 2000).

O local onde residia a comunidade de Teotônio em tempos passados já foi conhecido por diversos nomes. Em 1723, foi denominado São João. Essa denominação foi feita por Francisco de Melo Palheta, sargento-mor, em substituição ao nome Iaguerite, nome pelo qual a comunidade era conhecida pelos índios da região; essa mudança ocorreu em razão da sua passagem pelo local em 23 de junho daquele ano. Em 1749, José Gonçalves da Fonseca, secretário do governo do Estado do Maranhão e Grão Pará, consignou que a cachoeira seria chamada Cachoeira de Gamon, entretanto existem registros de que também era denominada por Natal. Outra denominação foi atribuída por Teotônio da Silva Gusmão, como Nossa Senhora da Boa Viagem do Salto Grande.

O engenheiro Francisco José de Lacerda e Almeida também deu nome à cachoeira, nomeando-a de Santo Antônio e, posteriormente, vindo a ser conhecida como Teotônio ou Vila de Teotônio (SILVA,1991).

O povoamento da vila de Teotônio ocorreu, principalmente, em razão da região onde existia a Vila fazer parte da rota de navegação do Vale do Guaporé e Amazonas. Essa rota também era utilizada para abastecimento da exploração de ouro na região, que era feita via Cuiabá, vindo e indo de São Paulo, Rio de Janeiro ou Bahia. A falta de controle do comércio, a dificuldade e a precariedade de abastecimento, bem como a facilidade de contrabando na região, forçaram a ligação comercial e fizeram com que, em 1752 fosse permitido o franqueamento da rota de navegação pelos rios Guaporé, Madeira e Amazonas, ligando Vila Bela a Belém do Pará, sendo estabelecida a proibição de comunicação entre as capitanias, a não ser por essa nova rota. Esse novo caminho efetivou a criação de novos arraiais na região e destacamento de militares e fortificações para proteção das fronteiras das novas rotas (BADOCHA ET AL.,1991).

Nessa perspectiva, em 1957, foi fundado o arraial de Nossa Senhora do Salto Grande, o qual ficou conhecido pelo nome de seu fundador Teotônio da Silva Gusmão, que posteriormente fundou o arraial e trouxe consigo sua família, além de numerosa comitiva, e mais dois sacerdotes carmelitas. Entretanto, quando o Governador da Província do Mato Grosso, em 1957, criou a Vila de Salto Grande, o local já estava sendo abandonado. Segundo documento enviado pelo governador à corte, os motivos residiam no fato de Teotônio ser muito nervoso e pouco conciliador, o que provocou a evasão de seus auxiliares, a irritação dos índios e o conseqüente medo dos ataques deste povoado (SILVA, 1991).

Badocha et al. (1991), destacam que esta não foi a primeira vez em que se buscou o povoamento da região de Teotônio. Tenente Coronel José Pereira da Silva, em 1819, foi destacado para ocupar a região, entretanto, este foi assassinado por escravos que viviam na região. Posteriormente, no ano de 1821, foi designado para o local um novo oficial que resistiu até o ano de 1825 e retornou ao Pará, não sendo registradas oficialmente novas tentativas de se povoar o local. Após essas tentativas, a região passou por um longo período de inércia ao longo do século XIX, vindo a fazer parte do circuito da borracha até a metade do século XX, quando na região do Teotônio ocorreu o estabelecimento de alguns moradores.

Badocha et al, (1991) observam ainda que a área onde era localizada a Vila de Teotônio, que fazia parte do município de Santo Antônio do Madeira naquela época, curiosamente pertenceu ao Estado do Mato Grosso até 1943, quando foi criado o Ter-

ritório Federal do Guaporé. O município de Santo Antônio do Madeira foi extinto em 1944, tendo sua área, deste então, incorporada ao município de Porto Velho.

A população da antiga Vila de Teotônio, Figuras 4 e 5, habitou o território até o ano de 2011 e era constituída inicialmente por 66 (sessenta e seis) famílias que foram realocadas. A comunidade possuía aproximadamente 269 pessoas (SILVA, 2016).

Figura 4 - Vila do Teotônio às margens da Cachoeira do Teotônio.



Fonte: <http://vilanovadeteotonio.no.comunidades.net/index.php>

Figura 5 – Vista parcial da Antiga Cachoeira do Teotônio



Fonte: arquivo pessoal, Família Damasceno, 1999

4.2 A NOVA VILA DE TEOTÔNIO

Sobre o reassentamento que deu origem a nova comunidade, foi possível verificar que sua estrutura contempla 72 (setenta e duas) casas construídas em terrenos de 2 mil m², uma escola pública, uma padaria, um mercado, um posto de saúde, uma igreja evangélica, uma igreja católica, uma sede da colônia de pescadores, uma associação de produtores e moradores da vila, um centro comunitário, praia artificial, um píer, um flutuante, um campo de futebol, uma quadra de vôlei de areia, uma praça, bares e restaurantes, como se observa na Figura 6 a seguir.

A nova Vila foi construída em local distante da antiga vila e conseqüentemente distante do rio, para que fosse possível os construtores do empreendimento, atender os moradores que residiam na antiga Vila de Teotônio e que precisaram ser remanejados de seu território de origem em razão do mesmo ter sido alagado pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, criado a partir do bloqueio das águas.

Figura 6 – Reassentamento Vila Nova do Teotônio

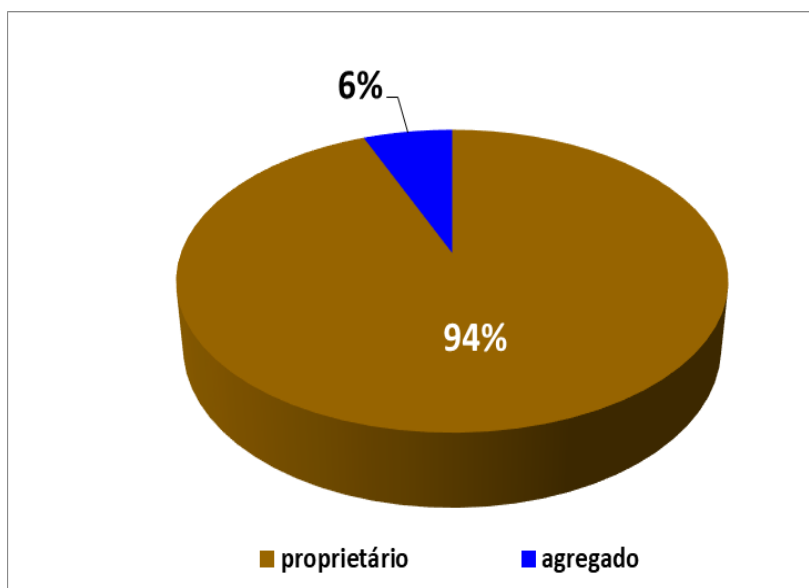
Fonte: O autor

Para identificar as novas características do grupo que se formou com o reassentamento, tendo como base os objetivos propostos neste estudo, foram coletados 42 (quarenta e dois) questionários válidos de entrevistas com as famílias reassentadas na Vila Nova de Teotônio. Os resultados da pesquisa serão demonstrados ao longo deste tópico.

Nesse contexto, a pesquisa aqui realizada sobre os impactos sociais e econômicos da comunidade, objeto do presente estudo, atrelada aos subsídios teóricos, fornece bases para um melhor entendimento da realidade atual, uma vez que se trata de matéria substancialmente complexa.

Visando levantar o perfil das famílias reassentadas nessa comunidade, o Gráfico 1 apresenta o tipo de proprietário, onde 94% dos pesquisados declaram ser proprietários do imóvel e apenas 6% declararam ser agregados.

Gráfico 1 – Tipo de Propriedade

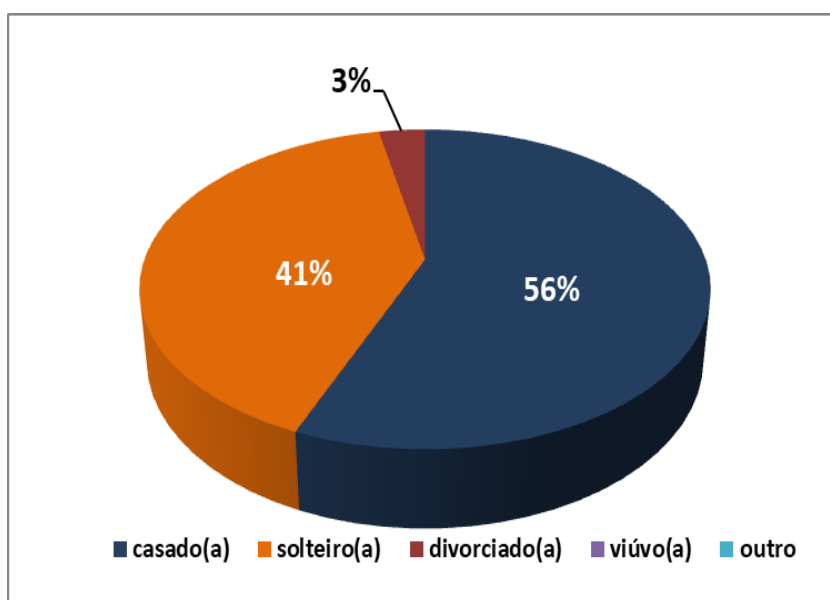


Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Foi possível identificar, ainda, que entre as famílias reassentadas na nova vila, cerca de 78% dos entrevistados são do gênero masculino, enquanto 22% são do gênero feminino, ou seja, verifica-se na comunidade uma prevalência de indivíduos do gênero masculino.

Quanto ao estado civil, a pesquisa demonstrou que 56% dos respondentes são casados, 41% são solteiros e 3% divorciados, como se observa no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Estado civil



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Essa situação apresenta uma forte relação entre o percentual de solteiros e o fato da maioria dos entrevistados (78%) ser do sexo masculino, deixando uma importante lacuna a ser estudada em uma nova pesquisa mais aprofundada acerca deste fato.

No Quadro 7, percebe-se que a maior parte dos respondentes não possui o ensino médio, 56% tem o ensino fundamental incompleto, 25% completou somente o fundamental completo e 6% fez curso de nível superior. Destaca-se que 6% dos entrevistados que possuem nível superior, são filhos de pescadores que casaram, constituíram novos núcleos familiares e conseguiram cursar universidade.

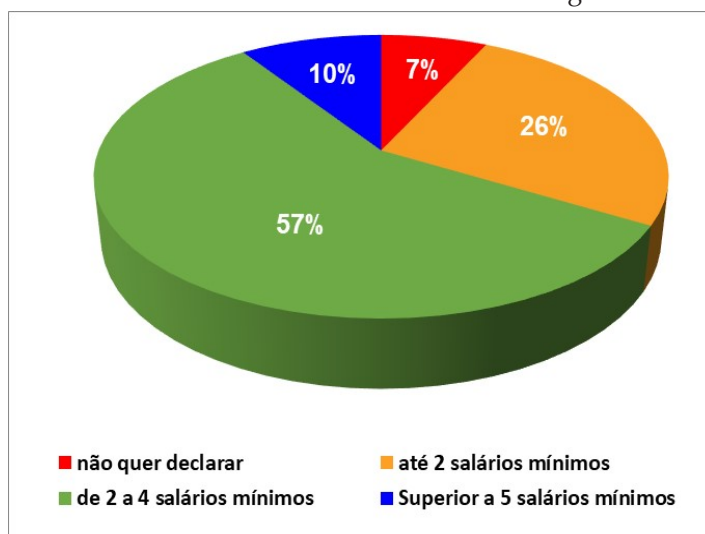
Quadro 7 - Escolaridade dos entrevistados

| Escolaridade | Valores Percentuais |
|-----------------------------------------|---------------------|
| Fundamental incompleto (até a 4ª série) | 56% |
| Fundamental completo (até o 9º ano) | 25% |
| Não frequentei a escola | 6% |
| Médio completo | 6% |
| Superior completo | 6% |
| Médio incompleto | 0% |
| Ensino superior incompleto | 0% |
| Pós-graduação | 0% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Buscando atender o objetivo específico de avaliar os aspectos econômicos decorrentes da mudança da antiga Vila de Teotônio para o reassentamento, os próximos gráficos apresentam informações relativas à vida desses moradores na antiga vila. A Figura 7, por exemplo, mostra que 57% dos entrevistados afirmaram conseguir de 2 a 4 salários mínimos como renda e 26% afirmaram conseguir até 2 salários mínimos.

Gráfico 3 - Renda dos moradores na antiga Vila



Fonte: Dados da pesquisa (2018)

Quadro 8 - Atividade dos moradores na antiga Vila

| Atividade desenvolvida pelos reassentados | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Atividade | Valores Percentuais |
| Pesca | 73% |
| Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal | 11% |
| Pecuária e criação de outros animais | 8% |
| Produção florestal - florestas plantadas | 3% |
| Aquicultura | 3% |
| Produção de lavouras temporárias | 2% |
| Produção florestal - florestas nativa | 0% |
| Horticultura e floricultura | |
| Comércio | |
| Outras atividades | 0% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Essa renda era advinda de atividades desenvolvidas na antiga vila, onde foram destacadas como principais atividades: a pesca (73%), a produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal (11%), a pecuária e criação de outros animais (8%), a produção florestal – florestas plantadas (3%), a aquicultura (3%) e a produção de lavouras temporárias (2%).

Quando perguntados sobre a sua renda atualmente, o cenário muda significativamente, pois somente 14% dos entrevistados afirmam conseguir ganhar de 2 a 4 salários mínimos, enquanto a maioria (76%) afirma conseguir até 2 salários mínimos, como pode-se observar no Gráfico 3.

Gráfico 4 - Renda dos moradores atualmente















Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Esse cenário invertido é confirmado quando os entrevistados foram perguntados se sua renda melhorou ou piorou com a mudança para o reassentamento, como se observa no Gráfico 4; 88% dos entrevistados afirmaram que piorou, enquanto 7% disseram que nada mudou e 5% responderam que conseguiram melhorar sua renda atualmente.

Quando perguntados sobre as atividades que desenvolvem atualmente no reassentamento, 50% dos entrevistados responderam a atividade de pesca, o comércio foi citado por 19% dos entrevistados, 10% produção de lavouras temporárias, 5% desenvolvem atividades relacionadas à educação, 2% artesanato, 2% trabalham nos tanques, 2% são funcionários públicos, 2% horticultura e floricultura e 2% agricultura, como é possível observar no quadro 9.

Quadro 9 – Atividade desenvolvida antes e após o reassentamento

| Atividade desenvolvida pelos reassentados | | | | |
|-------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------|------|
| Atividade | Antes | | Atualmente | |
| Pesca |  | 73% |  | 50% |
| Produção de sementes, mudas e outras formas de propagação vegetal |  | 11% |  | 10% |
| Pecuária e criação de outros animais |  | 8% | | 0% |
| Produção florestal - florestas plantadas |  | 3% | | 0% |
| Aquicultura |  | 3% |  | 4% |
| Produção de lavouras temporárias |  | 2% | | 0% |
| Produção florestal - florestas nativa | | 0% | | 0% |
| Horticultura e floricultura | | 0% |  | 4% |
| Comércio | | 0% |  | 19% |
| Outras atividades | | 0% |  | 13% |
| Total | | 100% | | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

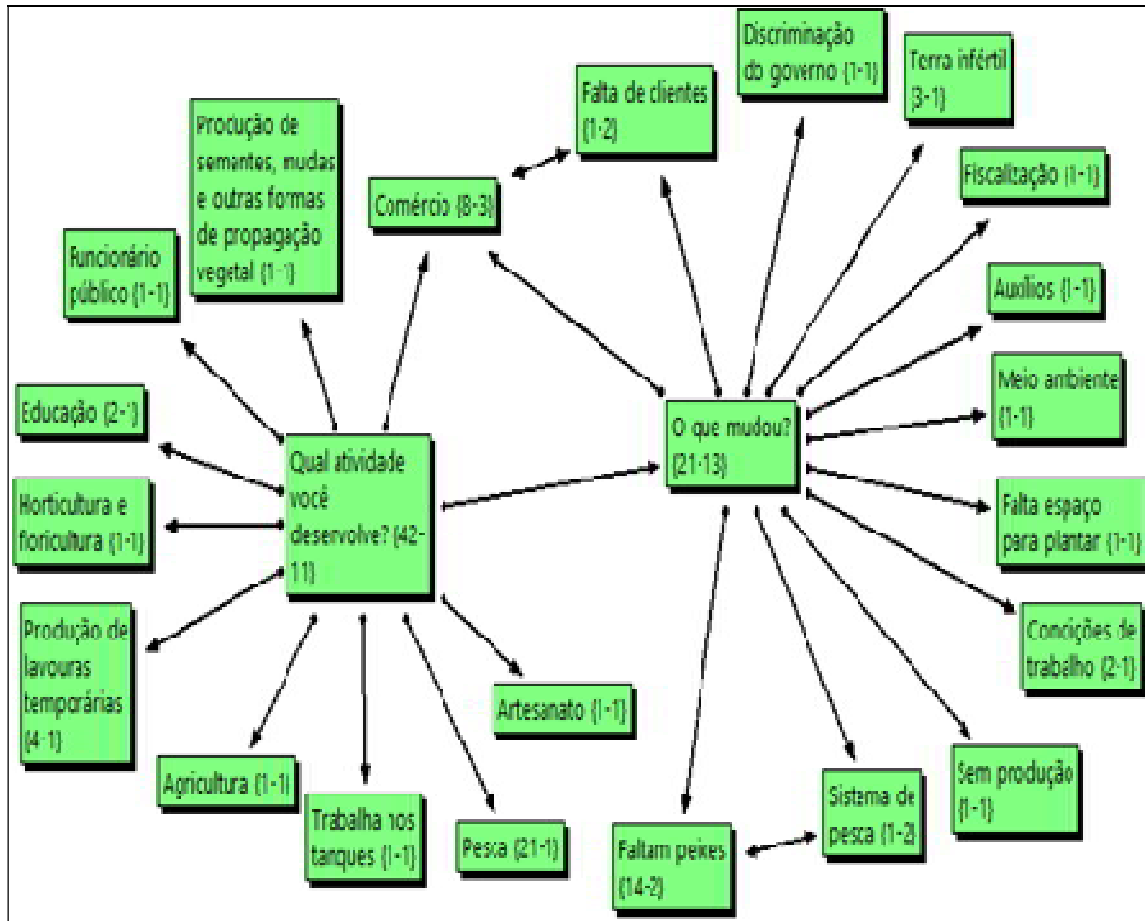
Quando questionados sobre o que mudou na nova Vila do Teotônio, as respostas se apresentam de forma bastante pulverizada, 2% relacionaram dificuldades do comércio com falta de clientes, 2% discriminação do governo, 2% fiscalização, 2% auxílios, 2% meio ambiente, 2% que agora falta espaço para plantar, 5% citaram mudanças nas condições de trabalho, 2% dizem que não há produção, 2% fazem relação das mudanças de pesca com a falta de peixes, citado por 33% dos entrevistados.

O Quadro 10 mostra uma importante relação das respostas dos entrevistados quanto às atividades que desenvolviam e o que mudou, tornando evidentes diversos fatores que influenciaram e influenciam na renda das famílias que foram remanejadas de seu território e reassentadas na nova Vila construída para acomodar os moradores da antiga Vila.

Observa-se que não basta apenas a mudança de lugar de uma comunidade, com as mesmas pessoas, em situações quase iguais. Outros fatores devem ser considerados,

conforme já expostos nas percepções de Capital Social. Assim, é possível verificar que o desenvolvimento econômico desta região está intimamente ligado nas dinâmicas locais que foram substancialmente alteradas, por isso, não houve o mesmo desempenho que na outra localidade, principalmente em razão da alteração da atividade desenvolvida na antiga vila e da reorganização social ocorrida com a comunidade no reassentamento.

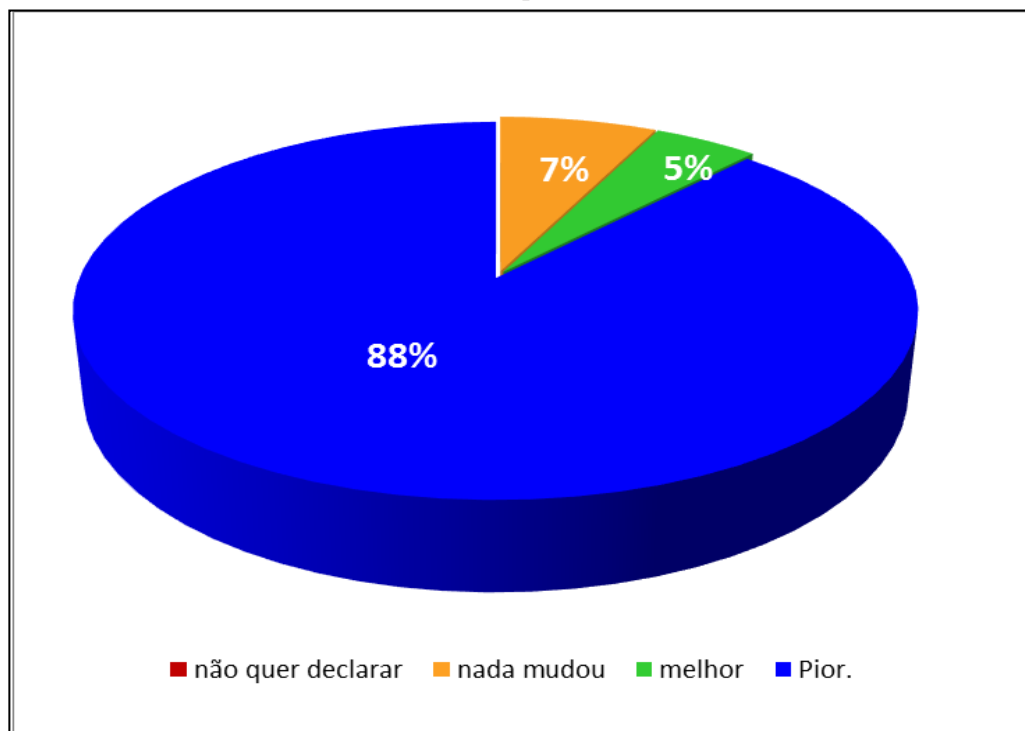
Quadro 10 – Relação das atividades com o que mudou



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A respeito desta questão, Helpman (2004) expõe que em áreas com semelhantes níveis iniciais, pode ser que algumas se desenvolvem mais rápido que outras, havendo padrões distintos de crescimento, infraestrutura e comportamentos sociais.

Gráfico 5 – Percepção sobre a renda



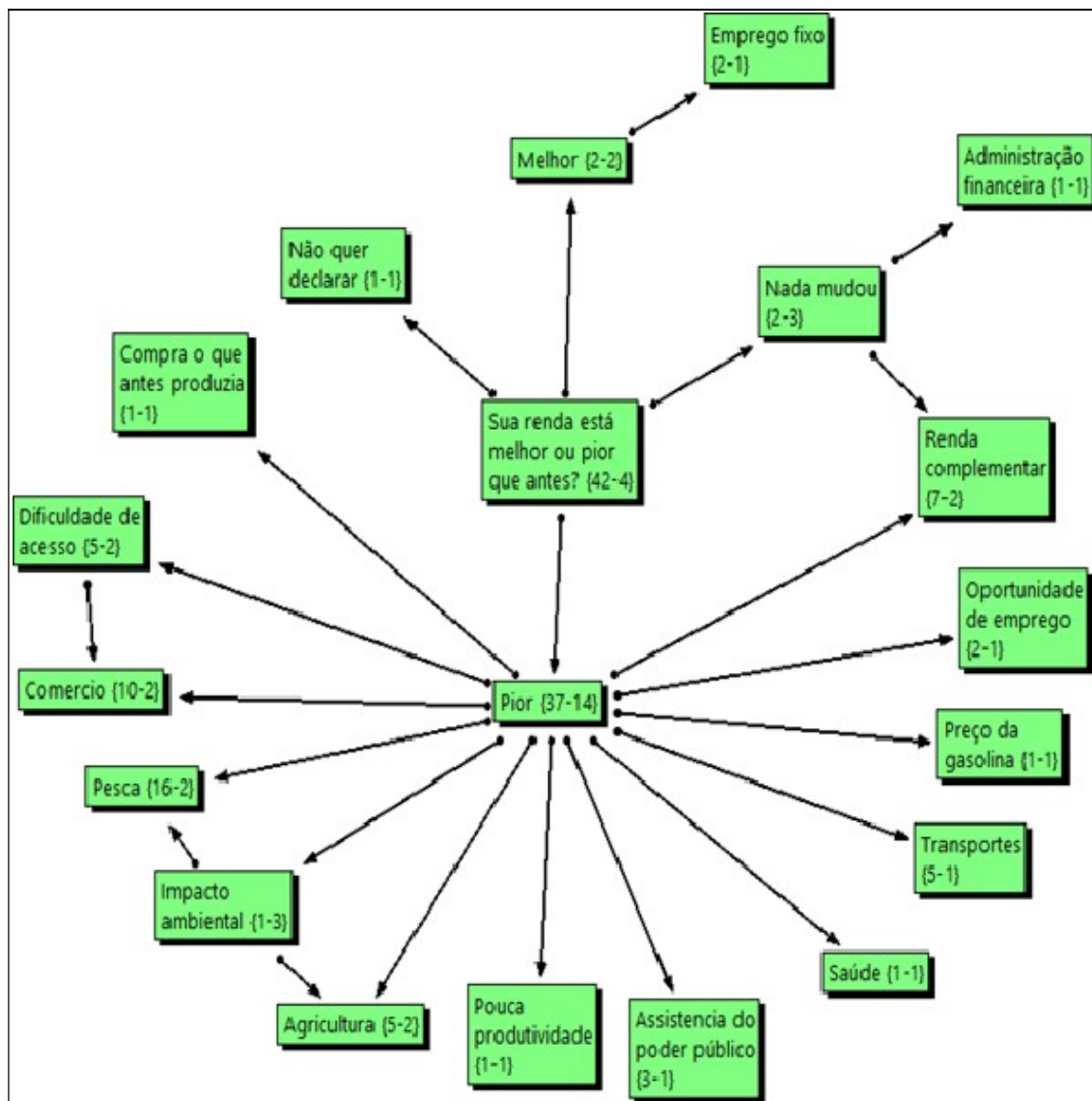
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quando perguntados sobre sua renda atualmente em relação à renda que possuíam antes, 88% dos entrevistados consideraram que houve uma piora em sua renda. Entre os fatores que contribuíram para este quadro, o principal, citado por 38% dos entrevistados, foi com relação à pesca, ressaltando a falta de peixes no local, em segundo lugar, está relacionado à inércia ao comércio local, citado por 23% dos entrevistados, 12% citam como causador desse déficit a dificuldade de acesso ao assentamento, afetando a demanda local. É possível verificar as relações entre as respostas dos candidatos através do Quadro 11 abaixo.

Observa-se que 16% dos entrevistados citaram que sua renda foi comprometida em consequência de fontes de rendas complementares como: pecuária, produção florestal - florestas plantadas, aquicultura e produção de lavouras temporárias que antes possuíam e que agora são incapazes de exercer.

Destacaram que as oportunidades para comercialização de produtos e prestação de serviços são muito inferiores à situação que existia na antiga vila e que em razão disso a complementação de renda das famílias reassentada na nova vila fica comprometida, colocando os remanejados em condições econômicas muito inferiores as condições que possuíam anteriormente.

Quadro 11 – Percepção sobre a renda

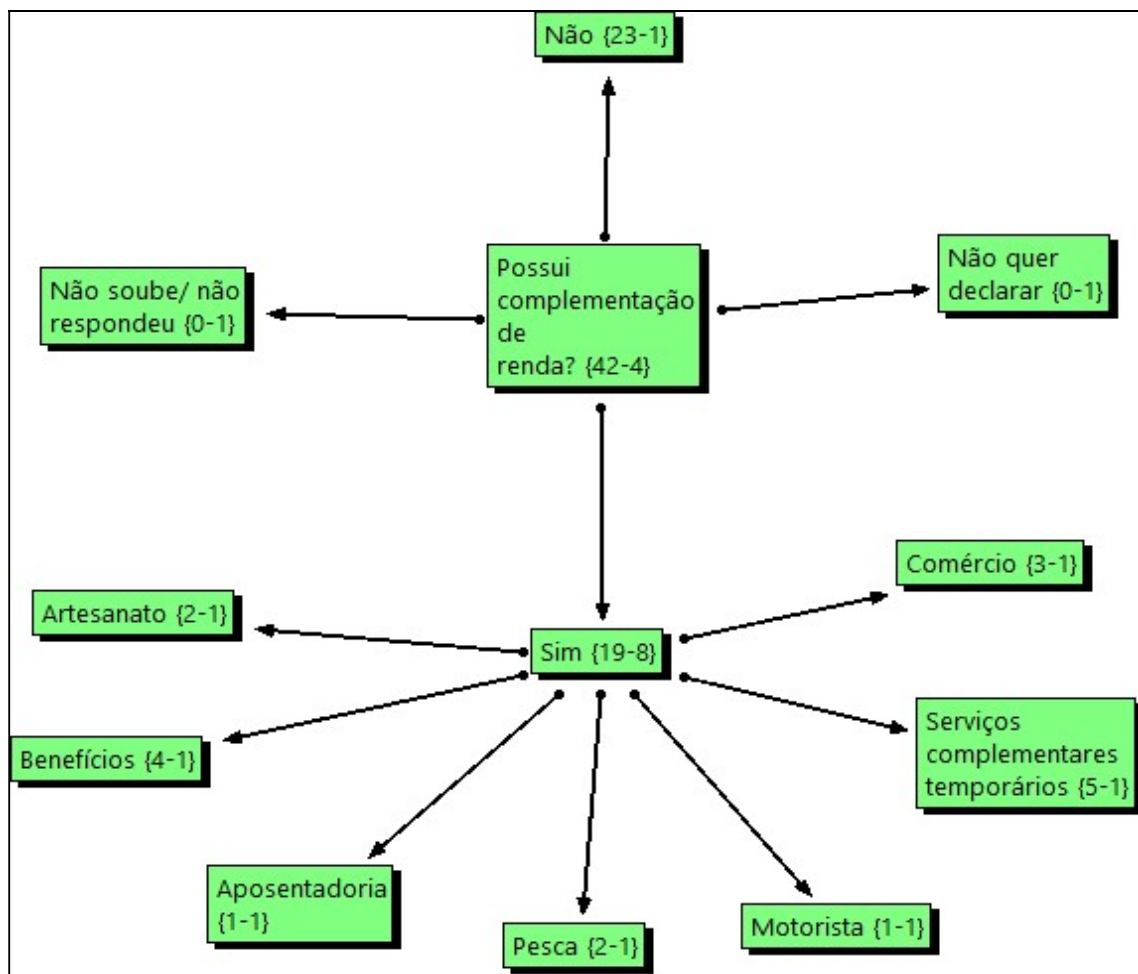


Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quando perguntados se atualmente possuem fonte de complementação de renda, 55% dos entrevistados disseram que não possuem e 45% disseram que possuem. Destes 45%, 5% citaram artesanato, 10% citaram benefícios extras que recebem, 3% aposentadoria, 5% a pesca, 3% motorista, 12% serviços temporários, 7% comércio. O Quadro 12 mostra a relação das respostas dos candidatos sobre possuir complementação de renda.

Neste ponto os moradores destacaram que a complementação de renda fica prejudicada em razão da pouca movimentação de turistas na nova Vila e consequente dificuldade de comercializar produtos artesanais que eram produzidos no reassentamento.

Quadro 12 – Complementação de renda



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Outro objetivo específico desta pesquisa consistiu-se em analisar os aspectos sociais na condição de vida das famílias reassentadas e, para isso, os entrevistados foram perguntados a respeito da sua condição de vida na antiga vila e hoje no reassentamento. Haja vista, o que expõem Soares, Abreu e Novaes (2010), a relação entre o Estado e a sociedade por meio da integração cultural das comunidades é importante para que sejam possíveis tanto o crescimento como o desenvolvimento; quando se reassenta em razão de uma ação Estatal é necessária a realização dessas pesquisas.

Quando perguntados a respeito do tempo de moradia na antiga Vila de Teotônio, 74% dos entrevistados afirmaram morar nesse local há mais de 10 anos, 21% entre 5 e 10 anos, 3% entre 2 e 5 anos e 3% entre 1 e 2 anos, como se observa no Quadro 13.

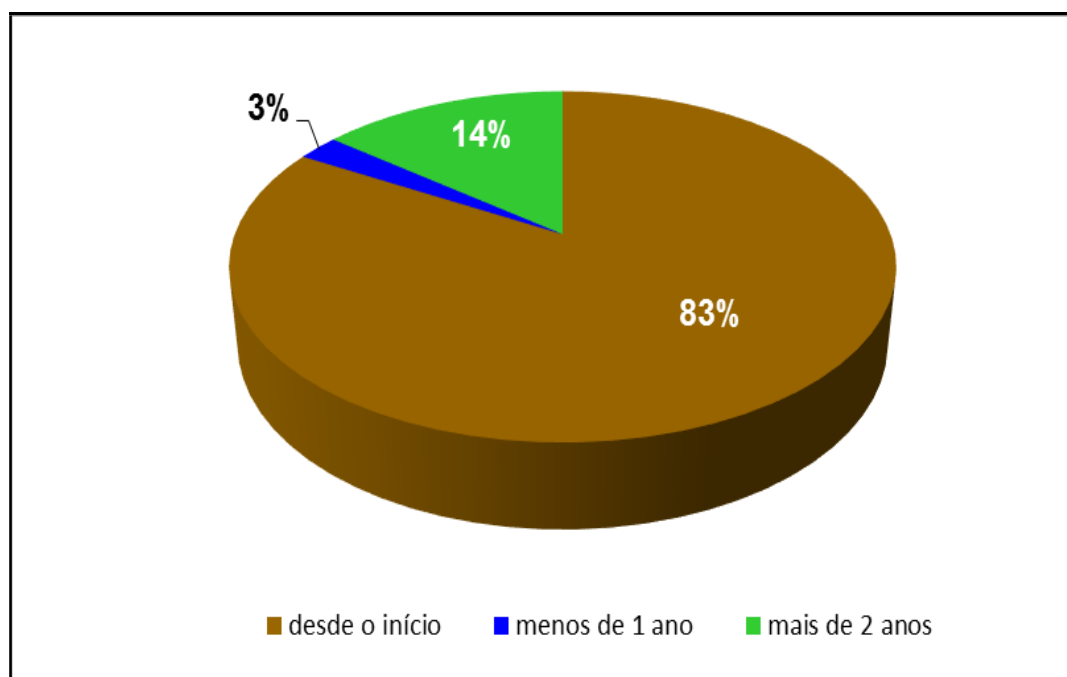
Quadro 13 – Tempo de moradia na antiga Vila Teotônio

| Tempo de moradia na Antiga Vila | Valores Percentuais |
|---------------------------------|---------------------|
| Mais de 10 anos | 74% |
| Entre 5 e 10 anos | 21% |
| Entre 1 e 2 anos | 3% |
| Entre 2 e 5 anos | 3% |
| Menos de 1 ano | 0% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Esses moradores tiveram então que ser reassentados devido à construção da Usina Hidrelétrica e à criação do reservatório que afetou a área onde se localizava a antiga vila. De acordo com a pesquisa, 83% dos entrevistados moram no reassentamento desde o início da comunidade, 14% há mais de 2 anos e 3% se mudaram há pouco menos de 1 ano. (Gráfico 6)

Gráfico 6 – Tempo de moradia no reassentamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

O reassentamento Vila Nova de Teotônio foi construído em área distante do rio onde viviam os integrantes da comunidade, o que se tornou um problema para as famílias que tinham culturalmente como hábito o convívio com a natureza e com o ambiente, agregando particularidades de homens urbanos, mas também de populações indígenas como, por exemplo, o hábito de dormir em redes, usar o rio como se fosse estrada de acesso a outras comunidades, cobrir as casas com palhas, lendas locais e uso do peixe como seu principal alimento, ou seja, possuíam uma característica particular e agora são submetidos a outros tipos de moradia, longe do rio e em terras pouco fér-

teis em razão do distanciamento de seu território de origem e consequente distância da água.

Essa situação causou aos reassentados uma desestruturação econômica e social, considerando que na antiga vila dispunham em seus quintais de meios que garantiam o próprio sustento; agora necessitam comprar boa parte de seus alimentos, já que perderam seus meios de subsistências. Dessa forma, os moradores atravessam um momento de grandes dificuldades financeiras.

A próxima questão tratou do acesso à saúde. O reassentamento possui um posto de saúde para atendimento a essa comunidade e a comunidades próximas à região, entretanto, o prédio como se observa na Figura 7 a seguir apresenta algumas irregularidades e problemas de construção em sua estrutura como piso e telhado.

Figura 7 – Posto de Saúde no reassentamento Vila Nova de Teotônio, 2018



Fonte: O autor

Neste ponto, os respondentes relataram que, embora exista posto de saúde, o atendimento ocorre de forma insatisfatória, e que o atendimento médico, em particular, não ocorre todos os dias. Quando necessitam de atendimento de urgência ou especializado precisam se deslocar até Porto Velho.

De acordo com o Quadro 14, 17% dos entrevistados consideram o atendimento satisfatório, 30% insatisfatório, 27% alegam falta de médicos, 24% dizem faltar medicamentos e 2% relataram outras situações.

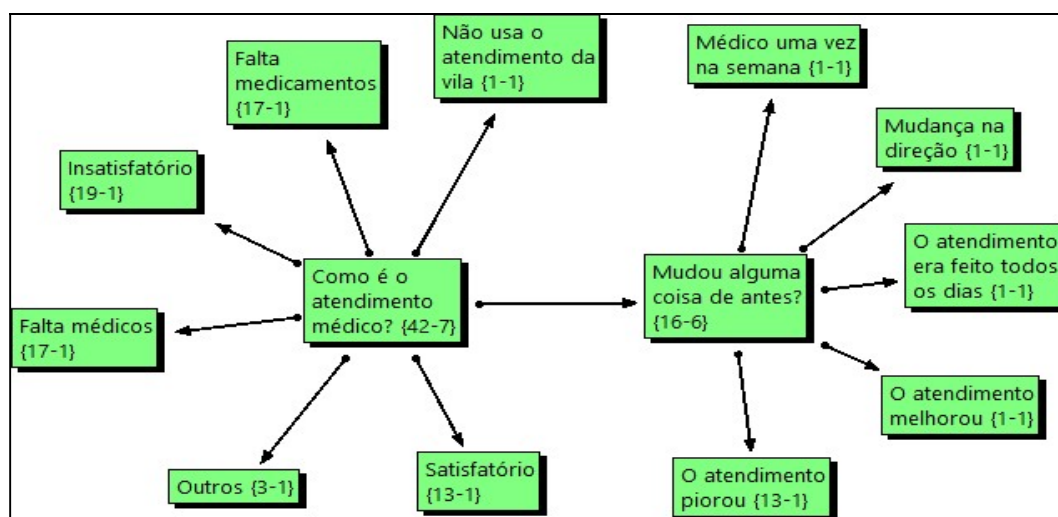
Quadro 14 – Atendimento médico no reassentamento

| Sobre o atendimento médico | Valores Percentuais |
|----------------------------|---------------------|
| Insatisfatório | 30% |
| Faltam medicamentos | 27% |
| Faltam médicos | 24% |
| Satisfatório | 17% |
| Outros | 2% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Ainda com relação ao atendimento médico no reassentamento, quando perguntado se nesse item houve alguma mudança, 2% citaram que há médico apenas uma vez na semana, 2% que houve mudança na direção, 2% responderam que o atendimento era feito todos os dias, 2% que o atendimento melhorou e 31% que o atendimento piorou. O Quadro 15 mostra a relação entre as respostas dos entrevistados.

Quadro 15 – Situação do atendimento médico no reassentamento



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Foi perguntado ainda se a estrada que dá acesso à comunidade é de fácil acesso. Os entrevistados foram unânimes em afirmar que a estrada se encontra em péssimas condições de utilização, piorando nos períodos chuvosos quando a erosão provoca o surgimento de uma grande quantidade de valas dificultando o tráfego pela estrada. Chamaram atenção para o fato de que esse é o único acesso ao reassentamento, tornando-se, assim, um dos importantes impactos para a comunidade.

Outro ponto que causa bastante insatisfação aos moradores da Vila Nova de Teotônio diz respeito ao fato de que com as péssimas condições da estrada o turismo torna-se muito escasso, afetando fortemente a economia local.

Para os entrevistados, os prejuízos ocorrem sobre todos os aspectos. Entendem os reassentados que, quando não há movimentação de turistas na comunidade o impacto torna-se grandioso, pois afeta a renda das famílias que têm como complementação de renda a comercialização de alguns serviços e produtos da região.

Sobre a estrada, relataram ainda que, antes da construção do reservatório, a antiga estrada de acesso à comunidade possuía uma distância de aproximadamente 12 quilômetros até a BR 364, que conecta os reassentados à capital Porto Velho. Os entrevistados destacaram que, em razão de alagamento de um pequeno trecho da estrada, foi construído um desvio que aumentou a distância para a BR em mais 14 quilômetros. A Figura 8 a seguir, demonstra esse novo acesso através do desvio.

A insatisfação dos reassentados torna-se evidente com relatos indignados de que, pelo fato de não haver transporte público e boa parte da comunidade não possuir transporte próprio, a situação se tornou de extrema dificuldade, destacando alguns moradores que, mesmo tendo havido ações da associação de moradores, nada foi feito pelos governos do estado e município. Alia-se a isso o fato de a estrada apresentar péssimas condições principalmente em períodos chuvosos.

Ainda como agravante a essa situação de ausência transporte público, alia-se o fato de os moradores que não possuem meios próprios de locomoção, ficarem à mercê da própria sorte.

Para os moradores, essa situação de acesso ao reassentamento traz grandes prejuízos, pois reduz de forma significativa a visita de turistas e, conseqüentemente, as condições da economia local. Neste ponto destaca-se que a literatura é carente de estudos que demonstrem a situação do turismo na região antes das construções do reservatório que inundou as terras da comunidade objeto do presente trabalho.

Para ilustrar a o turismo na região, antes e após o remanejamento das famílias, buscaram-se informações junto a Superintendência Estadual de Turismo do Estado de Rondônia - SETUR e Subsecretaria Municipal de Indústria, Comércio, Turismo e Trabalho - SEMDESTUR, entretanto, nenhuma informação foi localizada em visita presencial e aos sites (<http://www.rondonia.ro.gov.br/setur/institucionais> e <https://www.portovelho.ro.gov.br/artigo/18287/semdestur>).

Diante da falta de informações sobre o turismo na comunidade pelos órgãos oficiais, e também, de estudos científicos com essa abordagem, buscou-se informações com os próprios reassentados que possuem em seus arquivos familiares registros fotográficos do movimento turístico que ocorria na região, especialmente no período

do fenômeno conhecido como piracema, figuras 9 e 10. A piracema é um fenômeno natural em que os peixes sobem o rio, à procura de um local tranquilo para a desova.

Figura 9 – Turismo na antiga Cachoeira do Teotônio



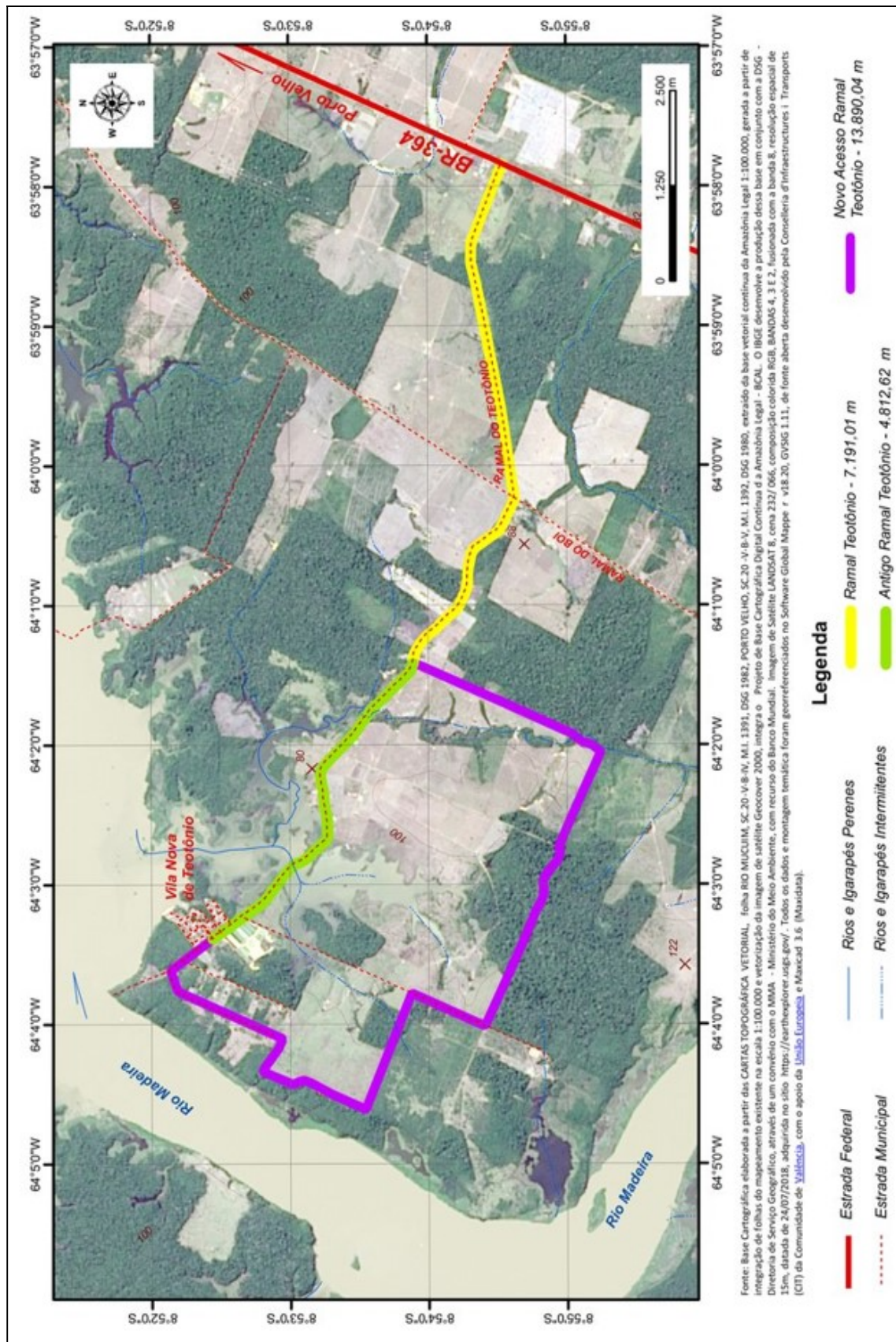
Fonte: arquivo pessoal, Família Damasceno, 2005

Figura 10 – Pesca de Turistas na Cachoeira do Teotônio



Fonte: arquivo pessoal, Família Damasceno, 1999

Figura 8 - Acesso à Nova Vila de Teotônio



O Capital Social foi outro aspecto considerado neste estudo e este deve ser observado como elemento influenciador para as políticas de desenvolvimento local, e destas como estratégias para promoção de desenvolvimento econômico (MARTELETO; SILVA, 2004; SILVA; CÂNDIDO, 2009). Conforme demonstrado nesta pesquisa, isso não ocorreu, pois, ao buscar o desenvolvimento regional com a implantação da Usina, houve um fator inverso, resultando assim, na pobreza dessa região. A figura 9 acima demonstra um dos principais influenciadores da falta de desenvolvimento na região, a dificuldade de acesso a comunidade.

De acordo com matéria publicada no site da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), o sistema de abastecimento de água e disponibilização de esgoto para a comunidade é de responsabilidade da Companhia, e que, por intermédio de convênio firmado com a Santo Antônio Energia, foi transferida a administração do sistema para a CAERD e a gestão destes serviços para o governo de Rondônia. O investimento na instalação desses sistemas foi realizado integralmente com recursos da Santo Antônio Energia, que também construiu na comunidade edificações para as equipes da CAERD, como casas familiares, escritório e almoxarifado (CAERD, 2018).

Neste ponto é importante ressaltar que esses investimentos no sistema de águas e esgotos feitos pela Santo Antônio Energia, constituiu-se em uma importante contribuição na qualidade de vida da comunidade, pois foi observado que as residências possuem fossas sépticas e fornecimento regular de água. Com isso, foi possível observar que esses investimentos contribuíram para que os reassentados tivessem suas condições sanitárias melhoradas.

Outro aspecto verificado na pesquisa diz respeito à disponibilização de escola pública na comunidade. Verificou-se que o reassentamento conta com uma EMEIEF - Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (Escola Pública Municipal), Figura 11, situada na rua 06, nº 36 da Vila Nova de Teotônio. A escola, segundo dados do Censo Escolar (2017), possui etapas de ensino, educação infantil (pré-escola), ensino fundamental (anos iniciais e anos finais); Infraestrutura com oferecimento de alimentação escolar para os alunos, água filtrada, água da rede pública, energia da rede pública, fossa, lixo destinado à coleta periódica; equipamentos como computadores administrativos, computadores para alunos, TV, DVD, copiadora, impressora, aparelho de som, projetor multimídia (Datashow) e câmera fotográfica/filmadora.

As dependências possuem 8 salas de aulas, 26 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado (AEE), cozinha, biblioteca, banheiro dentro do

prédio, banheiro adequado a alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, refeitório, despensa, almoxarifado e pátio coberto.

A escola foi construída com a perspectiva de atendimento aos filhos dos moradores da Vila Nova de Teotônio e também comunidades vizinhas do entorno da região, entretanto, o acesso por estrada tem sido um importante fator de evasão escolar.

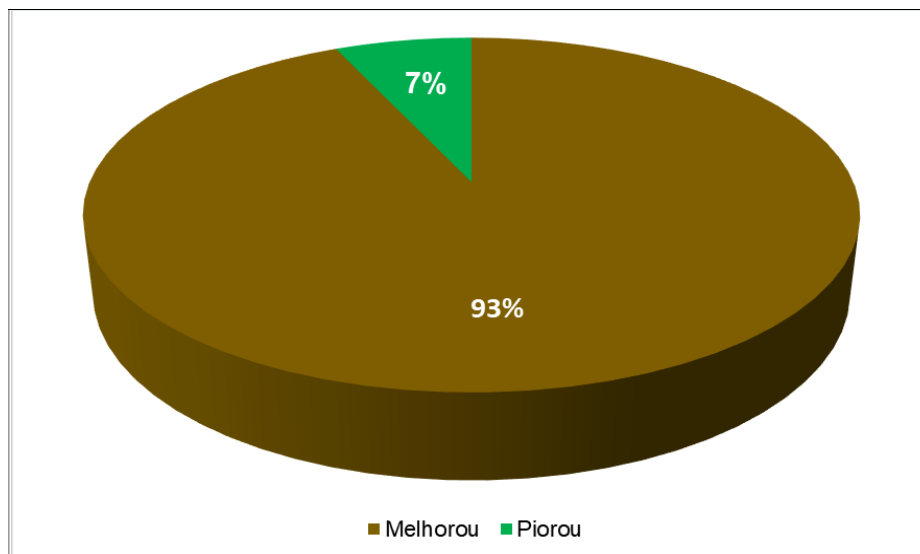
Figura 11 - Escola Pública Municipal no reassentamento Vila Nova de Teotônio, 2018



Fonte: O autor

Sobre a educação na comunidade foi perguntado aos participantes da pesquisa se o remanejamento da comunidade melhorou ou piorou o desenvolvimento das atividades educacionais. Para esta pergunta foram oferecidas as seguintes opções: melhorou, piorou e porquê. As repostas a esta pergunta estão apresentadas no gráfico 7, as quais apontam que para um percentual de 93% dos participantes, ocorreu uma piora no desenvolvimento das atividades por parte dos docentes, tendo os mesmos destacado que os principais fatores que motivaram essa piora diz respeito principalmente a questões relacionadas transporte, energia elétrica, condições de acesso de alunos e professores e a evasão escolar.

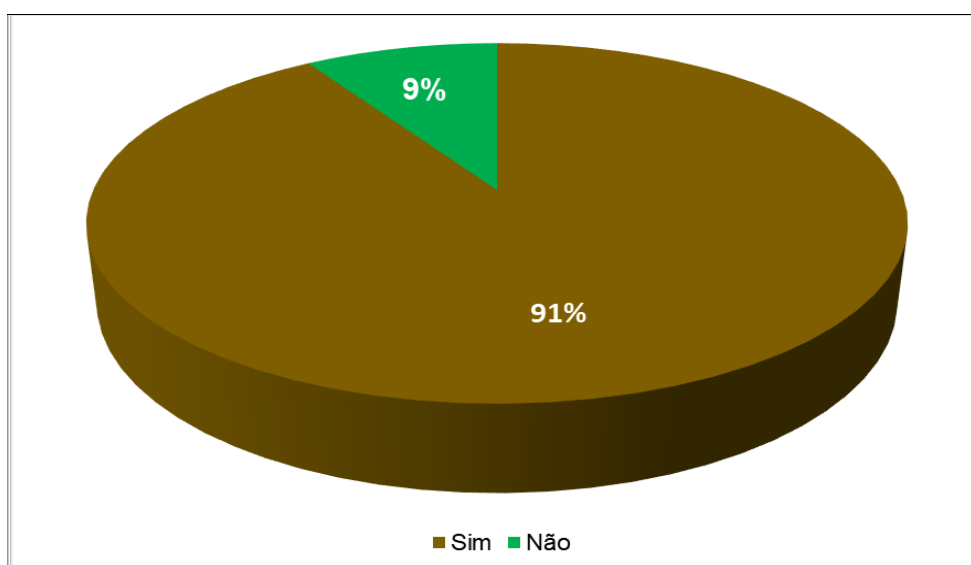
Gráfico 7 – Educação na comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Ainda sobre a educação na comunidade foi perguntado aos professores se o remanejamento trouxe algum problema/dificuldade para professores e alunos. Os dados revelam que 93% (noventa e três por cento) afirmaram que sim e apresentaram várias razões para a os problemas e dificuldades apresentados

Gráfico 8 – Educação na comunidade



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quanto ao lote de terra repassado às famílias reassentadas, foi perguntado sobre o tamanho e a qualidade da terra. Algumas opções de resposta foram oferecidas como: grande, pequeno, tamanho ideal, bom; sobre a qualidade da terra se era: ótima, ruim/péssima, regular ou se não sabiam. As respostas foram as seguintes: 12% consideram o lote de terras grande, 55% consideram pequeno, 21% consideram ideal e 12% consideram bom, como se observa no Quadro 16 a seguir.

Quadro 16 – Tamanho do lote de terras

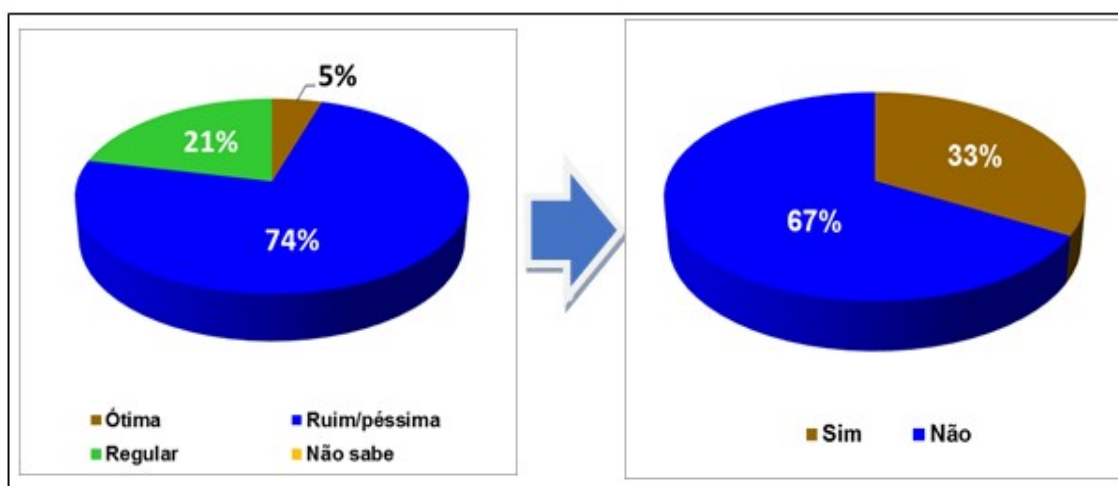
| Tamanho do lote de terras | Valores Percentuais |
|---------------------------|---------------------|
| Pequeno | 55% |
| Ideal | 21% |
| Grande | 12% |
| Bom | 12% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

De acordo com os reassentados, a maioria considerou que a qualidade da terra no local é ruim ou péssima (74%), outra parcela considera-a regular (21%) e uma minoria, que é boa (5%), conforme Gráfico 7. Eles chamaram a atenção para as condições do solo. Segundo os entrevistados o solo atual é muito diferente do solo no qual eram acostumados a plantar na antiga vila.

Outro destaque feito pelos reassentados foi que, além das condições do solo ser muito ruim, não possuem assistência técnica rural adequada. 67% deles afirmaram que não há assistência e apenas 33% declararam que possuem assistência da própria empresa Santo Antônio Energia, entretanto não é uma assistência regular, ou seja, acontece de forma insuficiente.

Gráfico 7 – Qualidade da terra no reassentamento x assistência Técnica



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Diante de tais dados, é possível observar que, em termos de local, eles ficaram prejudicados devido à qualidade das terras. No entanto, esse fator não é tão impactante nas questões econômicas das famílias, em razão de que a atividade que a grande maioria dos reassentados desenvolvia na antiga Vila estava relacionada à piscicultura.

Em relação ao imóvel que foi entregue aos moradores, foi perguntado sobre as condições do imóvel no reassentamento. O Quadro 17 demonstra que 24% dos entre-

vistados responderam ser boa, 6% que é maior que a anterior, 14% menor que a anterior, 10% ruim, 17% quente, 3% fria, 12% que o material é ruim e 14% que gostariam que a casa fosse de madeira. Demonstrando neste último item o desejo de que a casa tivesse as mesmas características dos imóveis na antiga vila, imóveis com os quais já eram habituados a residir.

Quadro 17 - Condições do imóvel no reassentamento

| Condições do Imóvel | Valores Percentuais |
|-------------------------------|---------------------|
| Boa | 24% |
| Quente | 17% |
| Menor que a anterior | 15% |
| Gostaria que fosse de madeira | 14% |
| Material ruim | 12% |
| Ruim | 10% |
| Maior que a anterior | 6% |
| Fria | 3% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Nas figuras 12 e 13, é possível observar a estrutura das casas na antiga vila às margens do rio Madeira, assim como a estrutura das casas na Vila Nova de Teotônio.

Figura 12 - Estrutura das casas na antiga vila



Fonte: arquivo pessoal, Família Damasceno 1992.

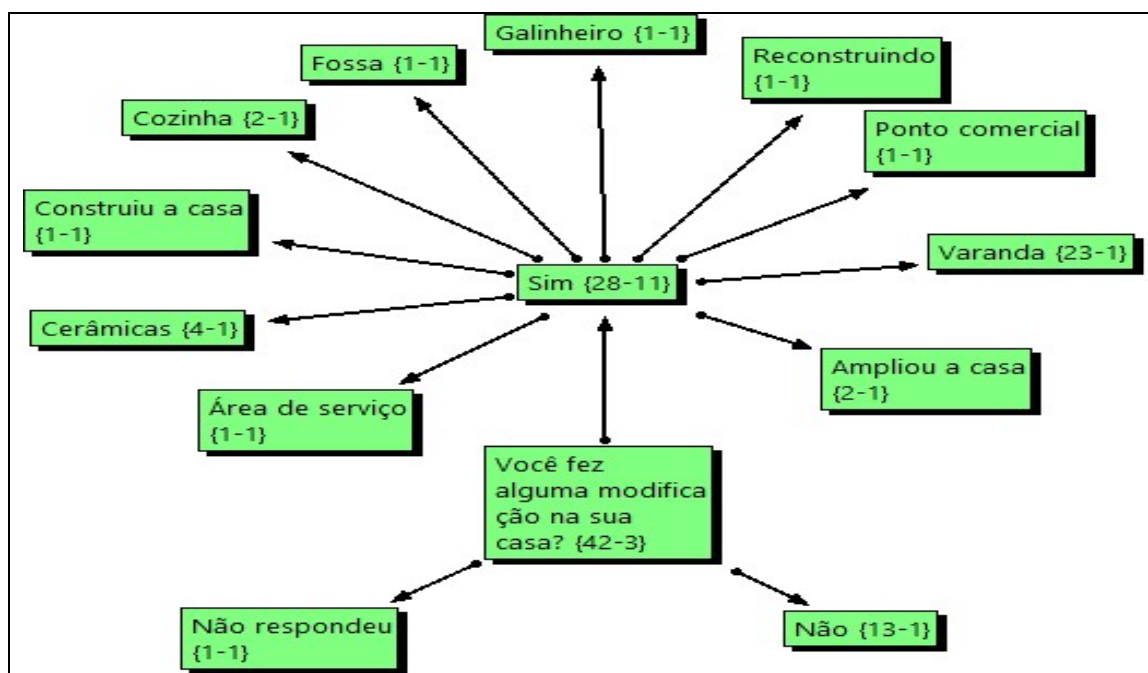
Figura 13 - Estrutura das casas na vila nova



Fonte: arquivo pessoal, Família Damasceno 2016.

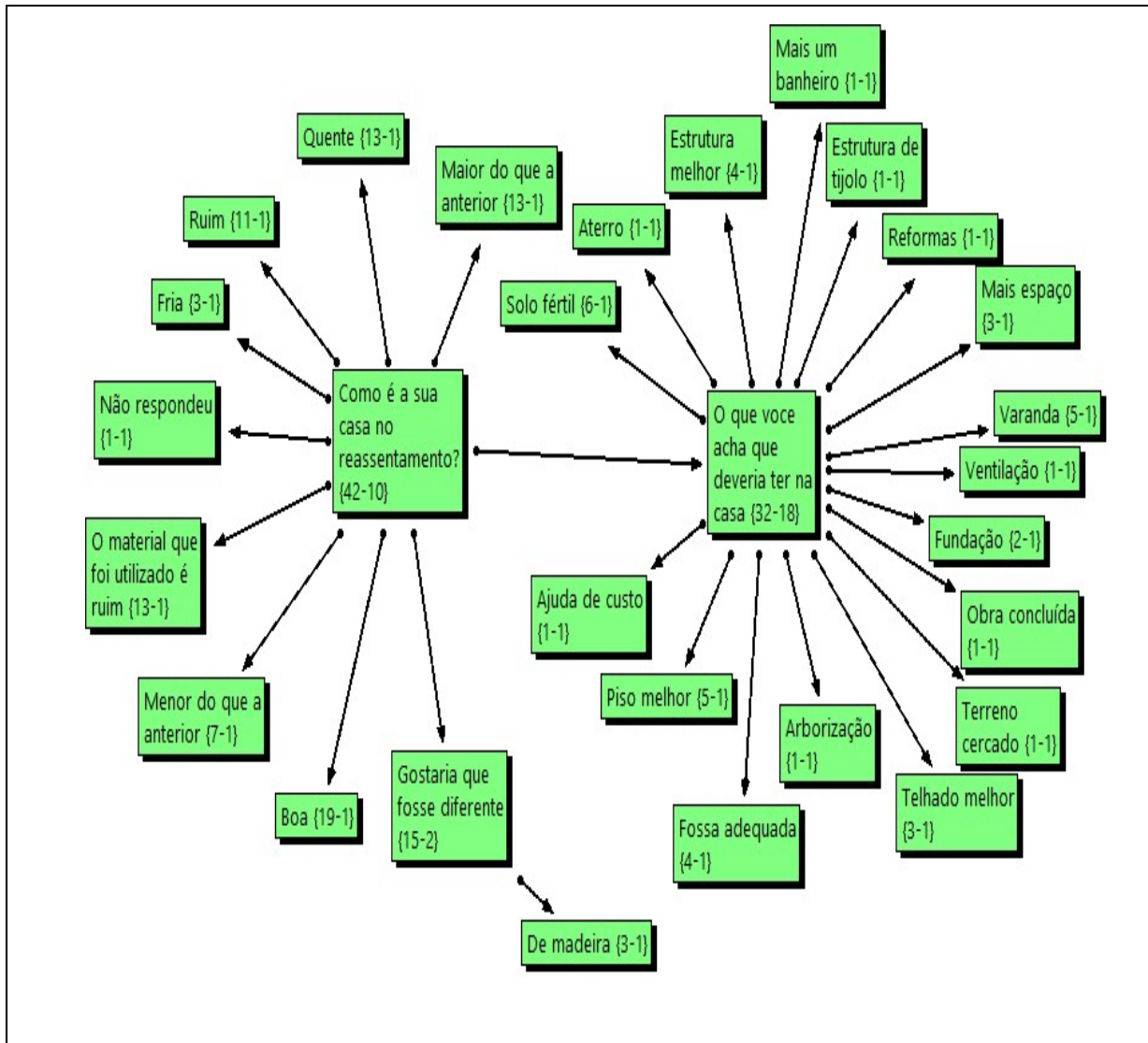
Quando perguntado sobre as mudanças que os entrevistados acham que deveriam ter na casa, 14% responderam que deveria possuir solo fértil, 2% aterro, 10% uma estrutura melhor, 2% um banheiro a mais, 2% que fosse toda de tijolo, 2% reformas, 7% mais espaço, 12% varanda, 2% ventilação, 5% fundação, 2% que a obra deveria ter sido concluída, 2% que o terreno deveria ser cercado, 7% que o telhado deveria ser melhor, 2% arborização, 10% que a fossa deveria ser adequada, 12% que o piso deveria ser melhor e 2% que deveriam receber ajuda de custo para manter a casa. O Quadro 18 mostra a relação entre as respostas dos entrevistados.

Quadro 18 - Modificações realizadas na casa



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quadro 19 - Mudanças que deveriam ocorrer na casa



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Sobre modificações no imóvel, 80% dos entrevistados já realizaram modificações no imóvel e que, segundo os mesmos, as mudanças ocorreram principalmente para a ampliação da área/varanda e cozinha, de forma a proporcionar mais conforto às famílias reassentadas.

Quando perguntado quais foram as mudanças realizadas na casa, 2% realizaram mudanças na área de serviço, 10% fizeram mudanças nas cerâmicas, 2% construíram a casa, 5% fizeram mudanças na cozinha, 2% na fossa, 2% construíram um galinheiro, 2% estão reconstruindo a casa, 2% construíram um ponto comercial, 55% fizeram mudanças na varanda e 5% ampliaram a casa. O Quadro 19 mostra a relação das mudanças efetuadas na casa pelos entrevistados.

A todos os entrevistados foi perguntado se optariam por retornar, caso houvesse a possibilidade de voltarem a viver nas margens do rio Madeira, no mesmo local, nas mesmas condições em que viviam. A resposta foi unânime em dizer que voltariam, e destacaram que, na atual vila apesar, da melhor infraestrutura em saneamento básico e água tratada, as condições econômicas e sociais pioraram demasiadamente.

De acordo com os moradores, os compromissos firmados pela Santo Antônio Energia, em grande parte não foram cumpridos, principalmente os que dizem respeito à assistência aos moradores, aos projetos para criação de peixes e granjas, desenvolvimento da atividade econômica para melhoria da renda dos moradores, incentivo ao turismo local, asfaltamento da estrada de acesso à comunidade, disponibilização de telefonia com acesso à internet, posto policial, capacitação empreendedora para os moradores, casa própria para os filhos dos pescadores e escritura definitiva das casas.

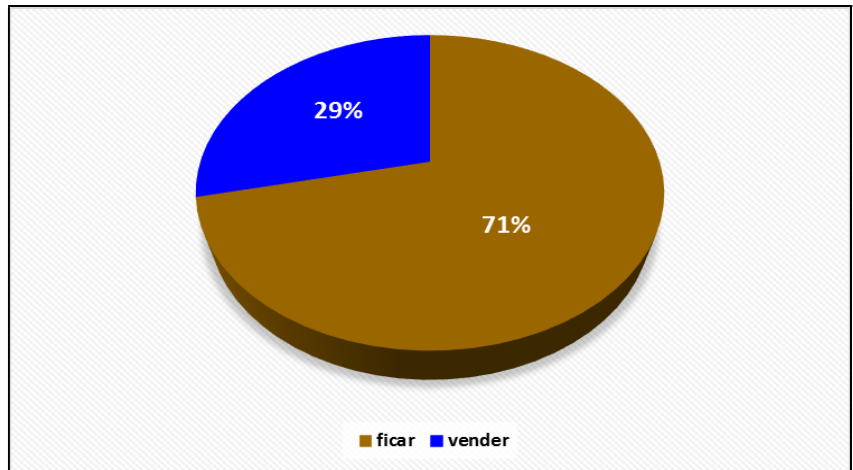
Com as promessas que foram feitas, 7% concordam que a Santo Antônio Energia teve promessas cumpridas, e 93% concordam que ainda há várias promessas que não foram cumpridas. Entre as promessas cumpridas, citaram como exemplo a construção de igreja, quiosques, posto de saúde e a construção da escola.

Dentre as citações sobre o que não foi cumprido, o principal, além das assistências, foram as más condições nas estradas, citado por 24% dos respondentes. O Quadro 20 demonstra a relação entre as respostas dos entrevistados.

A falta de apoio e cumprimento das promessas à comunidade, bem como a redução da atividade pesqueira e do turismo na região têm levado alguns moradores a abandonarem suas residências no reassentamento, obrigando-os a buscar novas oportunidades na capital Porto Velho.

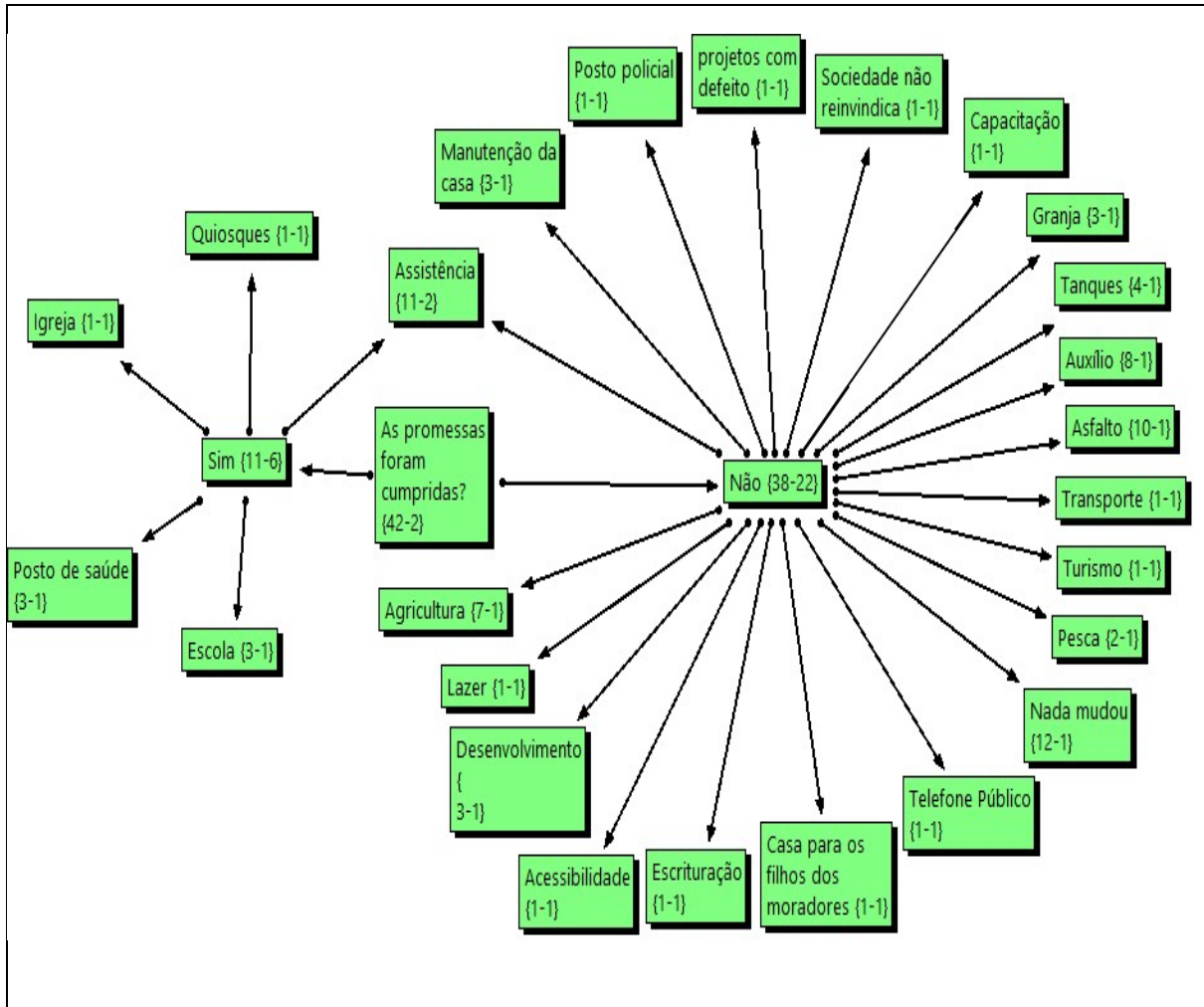
Quando a pergunta aos moradores foi sobre os planos com relação ao seu lote no reassentamento, chamou atenção a quantidade de entrevistados que pretendem vender o imóvel, como se constata no Gráfico 8, onde é possível verificar que 29% dos entrevistados declararam ter a intenção de venda do imóvel. 71% afirmaram que apesar das situações que se apresentam, ainda acreditam ser possível o desenvolvimento da localidade e pretendem permanecer no reassentamento.

Gráfico 8 – Planos com relação ao imóvel



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quadro 20 – Promessas da Santo Antônio Energia



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Na perspectiva de medir o Capital Social da comunidade, visando atender o terceiro objetivo específico do presente estudo, organizaram-se as informações nos se-

guintes tópicos: Grupos e Redes; Confiança e Solidariedade; Ação Coletiva e Cooperação; Informação e Comunicação; Coesão e Inclusão Social; Autoridade ou Capacitação (Empowerment) e Ação Política.

4.1 GRUPOS E REDES

Na relação do Capital Social com as redes sociais, é possível evidenciar que na comunidade não se desenvolvem ações que despertem os moradores a atuar em grupos ou redes sociais, ações estas que busquem melhor organização local, motivação e atitudes de confiança com condutas de reciprocidade e cooperação para resolver ou amenizar circunstâncias relativas às necessidades dos reassentados.

É importante notar que os interesses que todos os tipos de organizações supostamente devem promover são em sua maioria interesses comuns [...]. As organizações podem, portanto desempenhar uma função importante quando há interesses comuns ou grupais a serem defendidos e, embora elas freqüentemente também sirvam a interesses puramente pessoais e individuais, sua função e característica básica é sua faculdade de promover interesses comuns de grupos de indivíduos [...]. Mesmo quando grupos não constituídos em organização são discutidos, ao menos em tratados sobre “grupos de pressão” e “teoria dos grupos sociais”, a palavra “grupo” é usada de uma maneira que denota “um grupo de indivíduos com interesses comuns” [...]. É claro que qualquer grupo ou organização estará usualmente dividido em subgrupos ou facções antagônicas. Esse fato não debilita a pressuposição feita aqui de que as organizações existem para servir aos interesses comuns de seus membros (OLSON, 1999, p. 19-20).

Sobre a participação em grupos ou organizações, redes, associações a que os respondentes pertencem ou sobre qualquer outro membro da sua comunidade, o Quadro 21 demonstra que 17% declararam não participar de qualquer grupo social, 52% participam de um grupo apenas, 24% de dois grupos, 5% de três grupos e 2% até quatro grupos sociais.

Quadro 21 – Participação em grupos sociais

| Participação em Grupos Sociais | |
|--------------------------------|---------------------|
| Quantidade de Grupos | Valores Percentuais |
| Até 1 | 52% |
| Até 2 | 24% |
| Nenhum | 17% |
| Até 3 | 5% |
| Até 4 | 2% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Ainda sobre grupos e redes na comunidade ficou evidente a disponibilidade de ajuda financeira uns aos outros. Isso se observa, quando foi perguntado aos entrevistados se, de repente, precisassem de uma pequena quantia em dinheiro, se existiriam

peças dos grupos da comunidade que estariam dispostas a fornecer este dinheiro, caso fosse solicitado.

A resposta foi a seguinte: 17% definitivamente não, 9% provavelmente não, 14% não tenho certeza; 36% provavelmente sim e 24% definitivamente sim, como se observa no Quadro 22.

Quadro 22 – Disponibilidade de ajuda financeira

| Disponibilidade de ajuda financeira | Valores Percentuais |
|-------------------------------------|---------------------|
| Provavelmente sim | 36% |
| Definitivamente sim | 24% |
| Definitivamente não | 17% |
| Não tenho certeza | 14% |
| Provavelmente não | 9% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

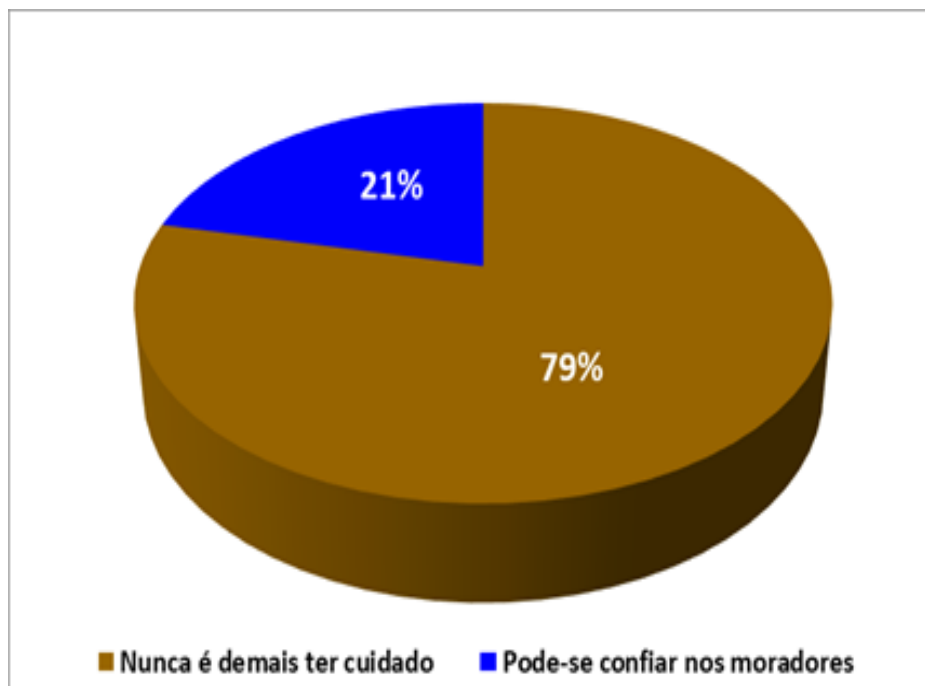
Com o reassentamento, os grupos sociais não são os mesmos da antiga Vila de Teotônio, pois no momento da mudança geográfica, alguns dos moradores receberam indenização de suas moradias e não foram reassentados. Desta forma, os relacionamentos em rede foram reconfigurados apenas com os reassentados.

Tais redes se mostraram sólidas haja vista terem sofrido diversas mudanças com o reassentamento, valendo ressaltar que apenas 17% não participam de grupos sociais, enquanto 31% fazem parte de pelo menos dois grupos. Uma questão que fortalece as redes sobressai-se nos momentos de dificuldade econômica, porquanto a pesquisa registra que 60% dos entrevistados apresentam disponibilidade de ajuda financeira a membros da comunidade.

4.4 CONFIANÇA E SOLIDARIEDADE

A respeito de confiança e solidariedade na comunidade, a despeito do resultado demonstrado, constatou-se, como se observa no Gráfico 9, um elevado grau de desconfiança entre os membros da comunidade o que pode explicar a baixa eficiência nas organizações e desenvolvimento de ações locais, ou seja, 79% dos entrevistados declararam que nunca é demais ter cuidado e 21% afirmaram poder confiar nos moradores.

Gráfico 9 – Confiança



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Objetivando identificar o nível de concordância em relação à confiança da comunidade reassentada, foi feito uso da escala Likert, sendo apresentado como alternativas as seguintes afirmações: 1. Discordo totalmente; 2. Discordo em parte; 3. Nem concordo, nem discordo; 4. Concordo em parte; 5. Concordo totalmente, com resultado apresentado no Quadro 23.

Ainda buscando responder o nível de concordância, foram feitas duas perguntas aos pesquisados. A primeira pergunta apresentou o seguinte questionamento: A. A maioria dos moradores nesta comunidade está disposta a ajudar, caso você precise e B. Nesta comunidade é desnecessário estar atento, pois ninguém vai tirar vantagem de ninguém.

O resultado obtido na primeira pergunta foi: 19% dos entrevistados discordam totalmente, 12% discordam em parte, 7% nem concordam nem discordam, 43% concordam em parte e 19% concordam totalmente.

Para a segunda pergunta, o resultado verificado foi o seguinte: 36% dos entrevistados discordam totalmente, 14% discordam em parte, 12% nem concordam, nem discordam, 14% concordam em parte e 24% concordam totalmente.

Quadro 23 – Solidariedade

| Confiança e Solidariedade | Valores Percentuais | |
|----------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
| | A maioria dos moradores nesta comunidade estão dispostos a ajudar caso você precise? | Nesta comunidade é desnecessário estar atento, pois ninguém vai tirar vantagem de você? |
| Discordo totalmente | 19% | 36% |
| Discordo em parte | 12% | 14% |
| Nem concordo, nem discordo | 7% | 12% |
| Concordo em parte | 43% | 14% |
| Concordo totalmente | 19% | 24% |
| Total | 100% | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quando perguntados sobre confiança em membros do governo local e estadual verificamos no quadro 24 que o nível de confiança é muito baixo, com um elevado nível de desconfiança aos governos, possivelmente pela pouca ou nenhuma atenção dos gestores públicos à comunidade, seja do governo estadual e/ou municipal.

Quadro 24 – Confiança em membros do governo

| Confiança em membros do governo | Valores Percentuais | |
|---------------------------------|-----------------------------|--------------------------|
| | Membros do governo estadual | Membros do governo local |
| Não Confio | 67% | 69% |
| Confio pouco | 14% | 17% |
| Nem muito, nem pouco | 12% | 10% |
| Confio muito | 2% | 2% |
| Confio totalmente | 5% | 2% |
| Total | 100% | 100% |

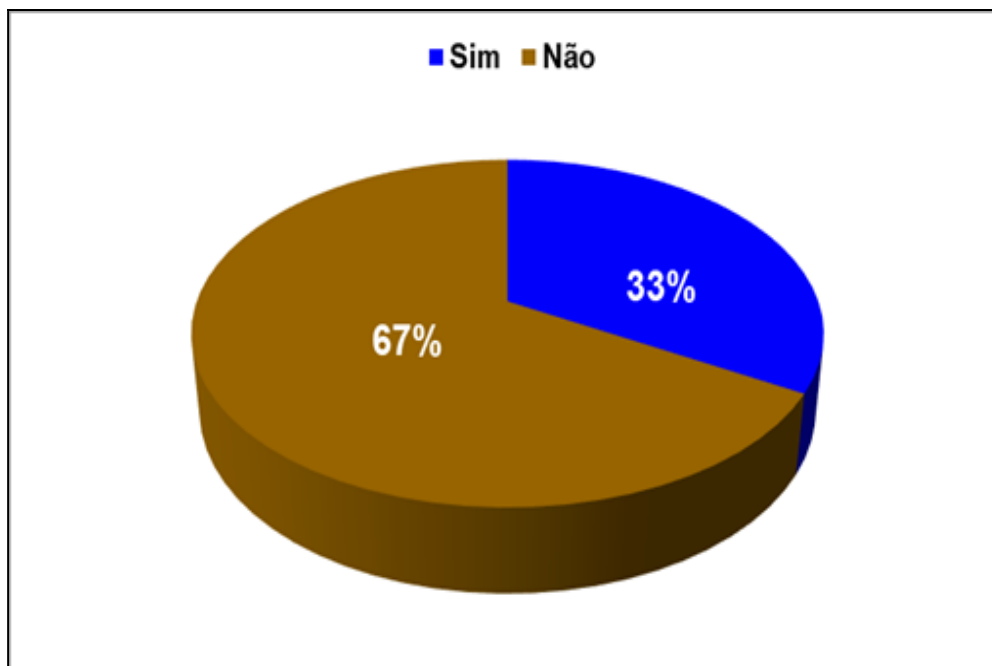
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A pesquisa demonstrou que o reassentamento trouxe diversos problemas para comunidade local, pois não receberam apoio público, sua estrutura social foi desfeita, e com isso o grau de confiança ficou prejudicado, de modo que os moradores da Nova Vila de Teotônio não confiam nem no Governo Local, nem no Estadual.

4.5 AÇÃO COLETIVA E COOPERAÇÃO

Sobre as ações coletivas na comunidade, observamos haver pouca ação, de acordo com o Gráfico 10; somente 33% da comunidade afirmaram que já foi desenvolvida alguma ação coletiva e 67% disseram que não foram desenvolvidas ações coletivas e de cooperação.

Gráfico 10 – Ação coletiva e Cooperação



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Com o reassentamento, os grupos sociais foram refeitos e embora muitos dos moradores participem de mais de um grupo, eles se mostraram frágeis, pois, existem, mas não desenvolvem ações coletivas ou de cooperação.

4.6 INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A comunicação entre os moradores da comunidade no reassentamento ocorre preponderantemente por intermédio de telefonia móvel, uma vez que não há na vila a oferta de serviço de telefonia fixa. Com isso, a oferta de serviço de internet torna-se limitado.

A informação se dá por vários meios, destaca-se, principalmente, a televisão e os noticiários de TV. No Quadro 25, é possível observar que, em relação a televisão 12% afirmaram que nenhuma vez utilizam essa fonte, 5% afirmaram que utilizam poucas vezes, 5% afirmaram que nem muitas, nem poucas vezes, 45% afirmaram utilizar muitas vezes e 33% afirmaram utilizar muitíssimas vezes.

Através de noticiário de TV, os 12% dos respondentes afirmaram que nenhuma vez utilizam essa fonte, 7% afirmaram que a utilizam poucas vezes, 7% afirmaram que nem muitas, nem poucas vezes, 41% afirmaram utilizar muitas vezes e 33% afirmaram utilizar muitíssimas vezes.

Quadro 25 – Informação no reassentamento

| Informações no reassentamento | Valores Percentuais | |
|-------------------------------|---------------------|---------------|
| | Televisão | Notícia de TV |
| Nenhuma vez | 12% | 12% |
| Poucas vezes | 5% | 7% |
| Nem muitas, nem poucas vezes | 5% | 7% |
| Muitas vezes | 45% | 41% |
| Muitíssimas vezes | 33% | 33% |
| Total | 100% | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Os moradores têm acesso aos meios de comunicação em massa, tanto o rádio quanto a televisão, e os que deles se beneficiam, demonstraram fazê-lo com grande frequência e que, através desses meios, dar-se a integração dos grupos sociais por meio da informação.

4.7 COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

A respeito da coesão social no reassentamento, observou-se que a grande maioria dos entrevistados considera a população pouco ou muito pouco diferente.

O Quadro 26 apresenta, para o questionamento sobre a coesão social, o seguinte resultado: 23% dos entrevistados declararam ser muito pouco diferentes, 41% ser pouco diferentes, 14% ser relativamente diferentes, 19% muito diferentes e 5% extremamente diferentes.

Quadro 26 – Coesão social

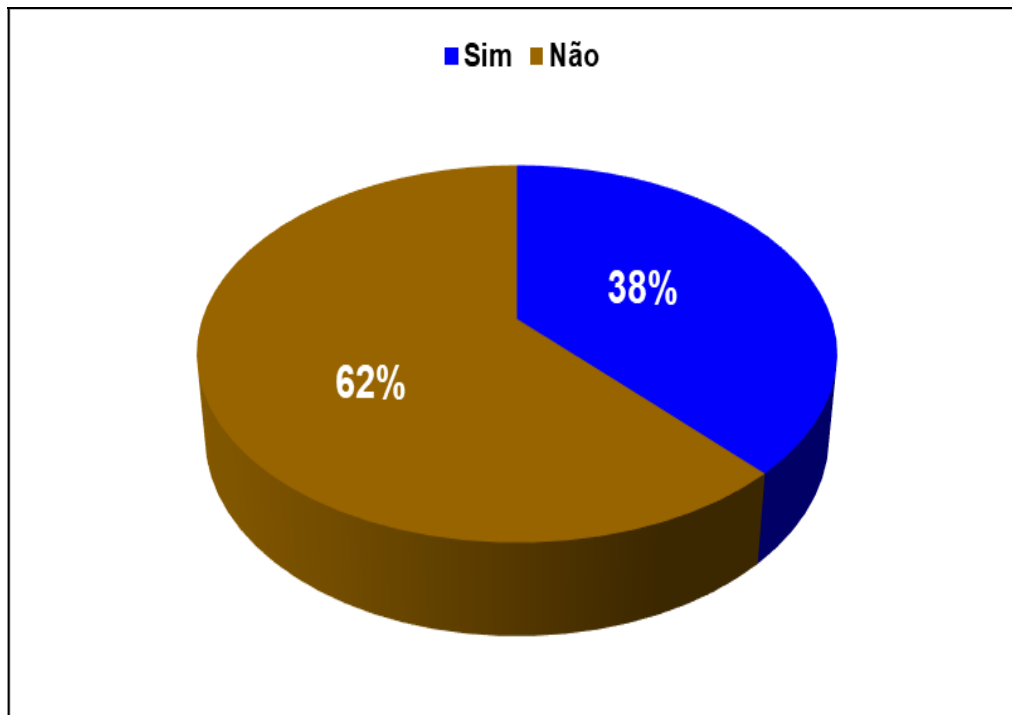
| Coesão social | Valores Percentuais |
|--------------------------|---------------------|
| Pouco diferentes | 41% |
| Muito pouco diferentes | 23% |
| Muito diferentes | 19% |
| Relativamente diferentes | 14% |
| Extremamente diferentes | 5% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quando a pergunta foi “se algumas das diferenças causavam problemas”, o resultado apresentado no Gráfico 11 foi o seguinte: 38% dos entrevistados declararam que sim, as diferenças causam problemas e 62% responderam que as diferenças não causam problemas, demonstrando que na comunidade existe um percentual signifi-

cativo de indivíduos que enxergam as diferenças sociais como um fator causador de problemas.

Gráfico 11 – Problemas causados por diferenças sociais



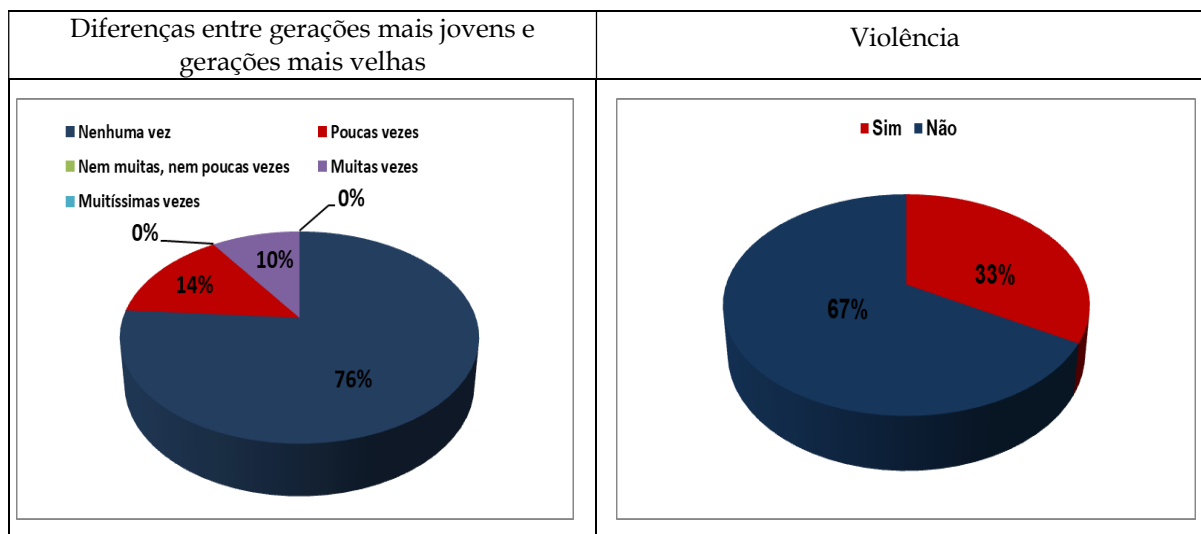
Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Diante desse cenário apresentado, avaliou-se com que frequência as diferenças poderiam causar problemas e se esses problemas poderiam levar à violência na comunidade.

De acordo com o Gráfico 12, é possível observar que para a grande maioria dos entrevistados as diferenças existentes em educação, riquezas/posses materiais, posição social, homens e mulheres, gerações mais jovens e gerações mais velhas, moradores antigos e moradores novos, filiação política, crenças religiosas, origem étnica, raça, casta/tribo, causam pouco ou nenhum problema na comunidade, bem assim a diferença entre gerações mais jovens e gerações mais velhas.

Entretanto, mesmo causando pouca diferença, os respondentes deixaram claro seu entendimento de que essa situação na comunidade, causa violência; como também se observa no mesmo gráfico que 33% dos entrevistados declararam que as diferenças sociais já levaram à violência, e, 67% declararam que as diferenças não levaram à violência.

Gráfico 12 – diferenças, problemas e violência



Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

No que se refere à violência na comunidade, o Quadro 27 mostra que os moradores em geral se sentem inseguros quando estão em suas residências, 33% dos entrevistados declararam sentirem-se muito inseguros, 7% declararam sentir-se moderadamente inseguros, 12% declararam sentir-se nem seguros nem inseguros, 22% declararam sentir-se moderadamente seguros e 26% declararam sentir-se muito seguros.

Quadro 27 – Insegurança dos moradores quando estão nas residências

| Insegurança quando estão em suas residências | Valores Percentuais |
|----------------------------------------------|---------------------|
| Muito inseguro(a) | 33% |
| Muito seguro(a) | 26% |
| Moderadamente seguro(a) | 22% |
| Nem seguro(a), nem inseguro(a) | 12% |
| Moderadamente inseguro(a) | 7% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

4.8 AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO (EMPOWERMENT) E AÇÃO POLÍTICA

Quando a pergunta foi se os entrevistados consideravam-se profissionalmente muito infelizes, moderadamente infelizes, nem felizes, nem infelizes, moderadamente felizes e muito felizes o resultado foi o seguinte:

Quadro 28 – Felicidade profissional

| Felicidade profissional | Valores Percentuais |
|-------------------------|---------------------|
| Muito feliz | 43% |
| Moderadamente feliz | 29% |
| Nem feliz, nem infeliz | 17% |
| Muito infeliz | 9% |
| Moderadamente infeliz | 2% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

A felicidade profissional deles se manteve, pois, os mesmos permaneceram com as mesmas atividades laborativas que tinham antes do reassentamento. Dentre as diversas mudanças sociais, o item felicidade profissional permaneceu inalterado como demonstrado no Quadro 28.

Sobre o poder para tomar decisões que podem mudar o curso da sua comunidade, foi solicitado que o respondente fizesse uma avaliação em uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “totalmente incapaz de mudar minha comunidade”, e 5 quer dizer “totalmente capaz de mudar minha comunidade”. O Quadro 29 demonstra o resultado, onde 38% dos entrevistados declararam ser totalmente incapazes de mudar a comunidade, 9% geralmente se sentem incapazes de mudar a comunidade, 5% não se sentem nem capazes, nem incapazes, 17% geralmente se sente capazes de mudar a comunidade e 31% totalmente capazes de mudar a comunidade.

Quadro 29 – Tomada de decisão capaz de mudar a comunidade

| Tomada de decisão capaz de mudar a comunidade | Valores Percentuais |
|-----------------------------------------------|---------------------|
| Totalmente incapaz de mudar minha comunidade | 38% |
| Totalmente capaz de mudar minha comunidade | 31% |
| Geralmente capaz de mudar minha comunidade | 17% |
| Geralmente incapaz de mudar minha comunidade | 9% |
| Nem capaz, nem incapaz | 5% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

Quando foi perguntado sobre a capacidade de articulação política da comunidade, observou-se que a comunidade tem pouca ação política, situação esta que contribui para que a administração pública se mantenha distante da comunidade. No Quadro 30, os respondentes declaram que a comunidade nunca se encontra para entregar conjuntamente uma petição a membros do governo ou líderes políticos, pedindo algo em benefício local, 12% declararam que isso ocorreu uma única vez, 55% declararam que

ocorreu algumas vezes (3 a 5 vezes), 5% declararam que ocorreu muitas vezes (6 a 10 vezes) e 12% declararam que isso ocorreu muitíssimas vezes (acima de 10 vezes).

Quadro 30 – Encontro da comunidade para entrega de petição

| Encontro da comunidade para entrega de petição | |
|-------------------------------------------------------|----------------------------|
| Articulação política | Valores Percentuais |
| Algumas vezes (3 a 5 vezes) | 55% |
| Nunca | 16% |
| Uma vez | 12% |
| Muitíssimas vezes (Acima de 10 vezes) | 12% |
| Muitas vezes (6 a 10 vezes) | 5% |
| Total | 100% |

Fonte: Dados da Pesquisa (2018)

O empoderamento dessa região é importante, uma vez que a mesma vem sofrendo com as mudanças decorrentes da hidrelétrica Santo Antônio. A pesquisa demonstrou que ocorreram poucas ações sociais como por exemplo o incentivo ao empreendedorismo local, no entanto, aconteceram alguns encontros para reivindicarem melhorias para comunidade, demonstrando que a principal ação social é a busca pelo desenvolvimento da Nova Vila de Teotônio.



CAPÍTULO 5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa tinha como objetivo analisar o impacto do deslocamento territorial das famílias ribeirinhas nos seus aspectos social e econômico, em razão da implantação da Hidrelétrica de Santo Antônio na comunidade ribeirinha de Vila Nova de Teotônio em Porto Velho/RO, e sob a perspectiva do Capital Social. Pode-se constatar que houve um impacto negativo, uma vez que o empreendimento não trouxe benefícios para esta comunidade, apenas os grandes centros urbanos que se beneficiaram desta matriz energética, evidenciando um conflito de interesses.

Essa dualidade de desenvolvimento regional e desenvolvimento nacional não é algo recente. Becker (2001) apontava que as políticas públicas para a região amazônica brasileira refletem o interesse nacional quando o desenvolvimento e as intervenções do Estado interferem na economia, no território e nas demandas sociais. Nessa perspectiva aduz o autor que em contrapartida, há um processo de resistência das populações locais quanto à expropriação da terra, deixando assim evidente os interesses opostos aos nacionais. Situação nitidamente comprovada nesta pesquisa.

Da mesma forma, é importante destacar que a comunidade reassentada sofreu uma forte fragmentação, uma ruptura social, tendo alterada sua dinâmica de vida, o que levou parte de seus integrantes a buscar outras formas de sobrevivência, deixando para trás seus lotes, suas culturas (baseadas principalmente na pesca, agricultura e criação de animais), seus costumes e as atividades com as quais mantinham estreita relação. Esta situação ocorreu, principalmente, em razão de que as atividades no reassentamento não reproduzem seus modos de vida anterior, sendo os atuais inadequados e geradores de graves problemas na vida das famílias.

A análise dos dados foi fundamental para entender a mudança de cenário e propor melhorias de condições de vida para os reassentados.

Com o desenvolvimento da pesquisa, foi possível observar que os compromissos firmados pela Santo Antônio Energia, em grande parte, não foram cumpridos, principalmente os que dizem respeito à assistência aos moradores, aos projetos para criação de peixes e granjas, desenvolvimento da atividade econômica, para melhoria da renda dos moradores, incentivo ao turismo local, asfaltamento da estrada de acesso à comunidade, disponibilização de telefonia com acesso à internet, posto policial, capacitação empreendedora para os moradores, casa própria para os filhos dos pescadores e escritura definitiva das casas.

A falta de apoio e o descumprimento dos compromissos assumidos para à comunidade, bem como a redução da atividade pesqueira causada pela grande diminuição do peixe no rio, aliada à falta de incentivo ao turismo na região, têm levado alguns moradores a abandonar suas residências no reassentamento, obrigando-os a buscar

novas oportunidades na capital, Porto Velho. Com isso, é comum perceber no reassentamento a existência de diversas casas abandonadas e tomadas pelo mato.

Observa-se que na implementação do projeto, a racionalidade econômica se sobrepôs a necessidade de proporcionar bem-estar social, econômico e cultural aos remanejados. Os compromissos e as medidas mitigadoras e compensatórias apresentam falhas graves. Na mudança da comunidade de seu território foi considerado, prioritariamente, as condições físicas e materiais, deixando de lado os valores simbólicos da comunidade.

Diversas tecnologias, como por exemplo, energias solar e eólica, têm sido desenvolvidas nos últimos anos, entretanto, o planejamento do governo brasileiro tem se voltado principalmente para a geração de energia por meio de usinas hidrelétricas. Esses empreendimentos vêm sendo construídos principalmente na Amazônia brasileira, mesmo com a certeza de que estes causam impactos diretamente a natureza e as comunidades atingidas por essas obras.

Neste aspecto, o presente estudo poderá também contribuir, a partir das informações geradas localmente, para uma política macro de planejamento elétrico e conseqüentemente de desenvolvimento regional sustentável que considere uma melhor forma de deslocamento de comunidades atendendo de forma plena os direitos e suas necessidades.

Espera-se que a discussão com a teoria, aqui apresentada, possa subsidiar políticas públicas viáveis para a melhoria das condições sociais e econômicas das famílias reassentadas.

A pesquisa teve três hipóteses levantadas. A primeira, que a mudança territorial em razão da construção da hidrelétrica, trouxe dificuldades de adaptação social, territorial e cultural na nova comunidade, sendo que esta hipótese foi comprovada com a pesquisa, ou seja, um simples deslocamento geográfico pode mudar toda a estrutura social e cultural de uma comunidade.

A segunda hipótese é que ocorreu alteração no aspecto econômico decorrente da mudança, outra constatação desta pesquisa, que identificou uma redução no fator econômico e conseqüente empobrecimento da comunidade.

A última hipótese foi na questão social, que poderiam haver alterações decorrentes do reassentamento, e tal situação foi comprovada com a pesquisa, porque parte dos moradores ao receberem a indenização de suas moradias, optaram por não serem reassentados, desta forma, os relacionamentos em rede sociais foram reconfigurados dentro daqueles que foram reassentados.

Sabe-se, ainda, que a discussão com a teoria, aqui apresentada, poderá subsidiar políticas públicas, pois trata-se de uma questão complexa, não se trata apenas da simples remoção de pessoas. Quando se desenvolvem políticas públicas deve-se analisar e respeitar as demandas sociais regionais, não devendo apenas agir em favor das demandas nacionais.

Com a transferência, reafirmaram-se os preceitos teóricos do Capital Social, considerando que este é estabelecido na forma de redes ou normas, mesclando componentes culturais e de estrutura, fazendo assim parte da essência das relações sociais propriamente ditas.

Nesta perspectiva, pelos resultados verificados no estudo, torna-se evidente que na comunidade não se desenvolvem ações que despertem os moradores a atuar em grupos ou redes sociais, ou seja, o Capital Social existente na comunidade é extremamente baixo se levarmos em consideração a concepção de que o Capital Social abrange os aspectos do desenvolvimento socioeconômico e deve ser observado como elemento influenciador para as políticas de desenvolvimento local, e destas como estratégias para promoção de desenvolvimento econômico (MARTELETO; SILVA, 2004; SILVA; CÂNDIDO, 2009).

Embora este trabalho tenha analisado a condição de vida dos moradores da Vila Nova de Teotônio, diante do deslocamento compulsório de seu território e os passivos sociais e econômicos decorrentes, ele não se esgota em si mesmo.

Recomenda-se que, a partir das evidências nele demonstradas, novas pesquisas possam ser realizadas, a fim de que o campo do conhecimento humano vinculado a temática do desenvolvimento regional seja fortalecida.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada** – volume 4, nº 2, abril/junho, 2000.
- AGUIAR, C. D. **Sobreposições entre Políticas Públicas: obras do PAC e unidades de conservação no corredor de biodiversidade da Serra do Mar**. 2011.110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília, 2011.
- ALBAGLI, Sarita. Território e Territorialidades. In LAGES Vinícios; BRAGA, Cristiano; MORELLI, Gustavo (Org.). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Sebrae, 2004.
- ASSIS, W. F. T.; ZHOURI, A. Representar territórios e des-figurar conflitos ambientais: o discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade brasileira. **Novos Cadernos**, v. 14, n. 2, p. 117-140, dez/2011.
- Atlas de pressões e ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira – Instituto Sócioambiental – ISA, 2009. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Atlas - 2009.pdf>.
- BADOCHA, E.M.E.; Filho, I.F.; Albuquerque, J.F. 2001. **Teotônio: história e organização espacial. Subsídios para reestruturação com vistas ao lazer a e ao turismo**. 2001. Monografia (especialização). Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho (RO), 2001.
- BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial, 1999/2000 : no limiar do século XXI. In: **BIRD. Luta contra a pobreza: relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001**. Washington : Banco Mundial, 2000. p. 31.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (Texto para discussão, n. 630). Brasília. ISSN 1415-4765. Fevereiro 1999.
- BARAUNA, G. M. Q. **Atingidos por Barragens: Conflitos Socioambientais no Rio Madeira**. 2014. 366f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Amazonas, Manaus.2014
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 1977.
- BARROS, Lânderson Antória; LIHTNOV, Dione Dutra. Reflexões sobre a educação rural e do campo: as leis, diretrizes e bases do ensino no e do campo no Brasil. 2016.
- BRASIL. **Relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Poder Executivo. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/c459e7bfc39c3f57794d61e42e24851b.pdf> - Acesso em: 04 mar. 2018
- BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional da Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012, disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html
-

CAVALCANTE, F. R. C.; SILVA, F. Formação econômica e desigualdade intrarregional no Estado de Rondônia. In: **Seminário Internacional - Amazônia e Fronteiras do Conhecimento**. Belém: UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA, 9 a 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ufpa.br/naea/siteNaea35/anais/>> Acesso em: 27 de mai. 2018.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. Barragens e desenvolvimento: um novo modelo para tomada de decisão - Um sumário. Comissão Mundial de Barragens. 2000.

GREEMPEACE BRASIL. Relatório de Hidrelétricas na Amazônia, um mau negócio para o Brasil. Greenpeace Brasil. 2016. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/publicacoes/hidreletricas-na-amazonia-um-mau-negocio-para-o-brasil-e-para-o-mundo/>> Acesso em: 08 de mai. 2019.

COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTO DE RONDÔNIA (CAERD). CAERD assume redes de tratamento de água e esgotos em reassentamentos. Disponível em: <<http://www.caerd-ro.com.br/noticias.php?id=394#.W85Z4HtKjIU>> Acesso em: 22 de out. 2018.

COUTO, Rosa Carmina de Sena. **Saúde e Projetos de Desenvolvimento na Amazônia**. Novos Cadernos NAEA, vol. 02, n. 02 - dezembro de 1999.

CRESWELL, J. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed e Bookman, 2007.

DALABRIDA, Valdir Roque. **O Desenvolvimento Regional: A necessidade de Novos Paradigmas**. Ijuí: UNIJUI; Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2000.

FERRAÇO, Carlos Eduardo (Orgs.). Aprendizagens cotidianas com a pesquisa: novas reflexões em pesquisa nos/dos/com os cotidianos das escolas. Petrópolis: DP et Alii, 2008.

HAESBAERT, R. (2007). Concepções de território para entender a desterritorialização. In M. Santos & B. K. Becker. (Orgs.), **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial** (pp. 43-71). Rio de Janeiro: Lamparina

HAGE, Salomão AM; CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. EDUCAÇÃO POPULAR E EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA. **RTPS-REVISTA TRABALHO, POLÍTICA E SOCIEDADE**, v. 4, n. 7, p. 123-142, 2019.

LAGES,V.; BRAGA, C.; MORELLI,G. **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília, DF: SEBRAE, 2004.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Educação e Sociedade na Amazônia em mais de meio Século. **Revista Cocar**, v. 1, n. 1, p. 17-46, 2007.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARTELETO, R.M.; SILVA, A. B. O. **Redes e capital social: o enfoque da informação para o desenvolvimento local**. Ci. Inf., Brasília: v. 33, n. 3, 2004.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise, 2a. ed. São Paulo: Atlas, 2v., v.2. 1994

_____. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MACHADO, Débora Teixeira . Educação no campo em Rondônia: a prática educativa na Escola Família Agrícola Vale do Guaporé. **Em Extensao**, v. 16, n. 2, 2017.

MELLO, Geison Jader et al. A educação do campo na Amazônia legal, caminhos que se cruzam entre agrotóxicos, agroecologia e ensino de ciências. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 10, n. 2, p. 89-101, 2015.

MILANI, C. **Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local**: lições a partir da experiência de Pintadas. FAPESB; Escola de Administração da UFBA, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em Perspectiva**, v. 6, n. 2, 2015.

MOLINA, Mônica Castagna; HAGE, Salomão Mufarrej. Riscos e potencialidades na expansão dos cursos de licenciatura em Educação do Campo. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE**, v. 32, n. 3, p. 805-828, 2016.

MORET, A. S. Biomassa Florestal, Petróleo e Processo de Eletrificação em Rondônia: análise das possibilidades de geração descentralizada de eletricidade. 2000. 218f. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos). Faculdade de Engenharia Mecânica - UNICAMP. Campinas. 2000.

_____. Campanha Popular Viva o Rio Madeira Vivo. Rondônia, 2005.

_____. UHEs do Madeira: O planejamento para Atendimento da Demanda Elétrica, celeridade nos estudos e as consequências sócio-Ambientais. In: **Anais do XII congresso Brasileiro de energia**. Rio de Janeiro/ RJ, 2008.

Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), **sobre a complexo Madeira**, disponível em: < http://www.mabnacional.org.br/amazonia/santo_antonio_e_jirau/sobre_a_barragem_santo-antonio> Acesso em: 25 de outubro de 2017

_____, Atingidos por barragens fazem jornada nacional de lutas, disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-por-barragens-fazem-jornada-nacional-lutas>> acesso em: 03 de dezembro de 2017.

NASCIMENTO, Karla Janys Lima; GALVÃO JUNIOR, Lourival da Cruz; OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araujo Querido. EDUCAÇÃO CAMPESINA: CURRÍCULO, IDENTIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL DA ESCOLA MUNICIPAL OZIEL ALVES DE AÇAILÂNDIA/MA. **Latin American Journal of Business Management**, v. 10, n. 2, 2019.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 5.ed. Rio de Janeiro: FGV. 1993.

_____. Bowling Alone: America's Declining Social Capital. **Journal of Democracy**, 6(1):65-78. 1995.

_____. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 260p. 2007.

PINHEIRO, Maria do Socorro Dias. A concepção de educação do campo no cenário das políticas públicas da sociedade brasileira. **Cadernos ANPAE. Rio Grande do Sul-UFRGS. Disponível em: Acesso em**, v. 15, n. 05, p. 2019, 2007.

Projeto Básico Ambiental – **PBA do Consórcio Santo Antônio Energia**. 2008. Disponível em: http://philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Documentos%20Oficiais/PBA/pba%204.pdf.

RIBEIRO, A. M. MORET, A. S. **Os Atingidos por barragens na Amazônia**. In: 2º Simpósio Internacional de História Ambiental e Migrações. Florianópolis: UFSC, 2012.

RIBEIRO, Aurení Moraes. **Os Atingidos pela UHE Santo Antônio em Porto Velho, RO: Análise da Comunidade São Domingos**. 2013. 134 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia. 2013.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, Rosenilma Branco; COUTO, Hergos Ritor Fróes de. Corporeidade e prática docente na educação do campo na Amazônia paraense. **Educação & Formação**, v. 5, n. 13jan/abr, p. 113-131, 2020.

ROVERE, Emílio Lèbre La.; MARGULIS, Sérgio, et. al. **Meio Ambiente: Aspectos Técnicos e econômicos**. Rio de Janeiro, IPEA: Brasília, IPEA/PNUD, 1990.

SACHS, Ignacy. **Le développement em tant qu'appropriation des droits de l'homme**. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 1998.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade: Contribuições de Ignacy Sachs**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SANTOS, Glauber Eduardo de Oliveira. *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: < <http://www.calculoamostral.vai.la> >. Acesso em: 02 de junho de 2018.

SANTOS, Marilene. Educação do Campo no Plano Nacional de Educação: tensões entre a garantia e a negação do direito à educação. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 26, n. 98, p. 185-212, 2018.

SANTOS, M. J. dos; PONTES, A. E. Desenvolvimento local, reforma agrária ocupação territorial: o caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água. Campo – Território: **Revista de Geografia Agrária**. v. 11, n. 22. Abr. (2016).

SANTOS, M. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SERRA, N. E. M. **O caminho para o desenvolvimento sustentável em populações tradicionais ribeirinhas**. 2005. 178 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente). Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia. 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo. Cortez, 2007.

SIGAUD, L. Efeitos de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: **Impactos de grandes Projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais**. São Paulo. Marco Zero, 1988.

SILVA, Amizael Gomes da. **Amazônia**. Porto Velho. Palmares. Porto Velho, 1991.

SILVA, Josué da Costa, SOUZA, Mariluce Paes de, FIGUEIREDO, Expedita Fátima Gomes de, SOUZA, Lucileyde Feitosa & PEREIRA, Wilma Suely Batista (orgs). **Nos Banzeiros do Rio: Sustentabilidade e Desenvolvimento em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia**. Porto Velho, EDUFRO, 2000.

SILVA, J. da C.; Souza Filho, T. A. de. O Viver Ribeirinho. In: **Nos Banzeiros do Rio: Ação Interdisciplinar em busca da sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas da Amazônia**. Porto Velho/ RO: EDUFRO, 2002.

SILVA, E. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; ARAUJO, E. A. S. O conceito de desenvolvimento econômico regional: Uma Revisão Teórica. **The 4th International Congress on University-Industry Cooperation** – Taubaté, SP – Brasil – December 5th through 7th, 2012.

SILVA, O. A. C.; CÂNDIDO, G. A. A Influência do Capital Social em Projetos de Desenvolvimento Local: Um estudo exploratório em duas comunidades rurais no município de Bananeiras – PB. **Qualitas Revista Eletrônica**, Vol.8. No 1, 2009.

SILVA, G. V. L. da. **Hidrelétrica de Santo Antônio no rio Madeira/Rondônia e a (des) territorialização da comunidade de Teotônio**: é possível uma (re)territorialização?. 2016. 106f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho, Rondônia: 2016.

SOARES, A. P. A; ABREU, E. A. P.; NOVAES, A. M. A Relação entre o Capital Social e o Desenvolvimento Local: o caso das comunidades rurais de baixo rendimento em Pernambuco. In: **Anais do 48º Congresso da SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento Econômico**, 5. ed. São Paulo. Atlas, 2007.

SOUZA, J.C. UM ENSAIO SOBRE A PROBLEMÁTICA DOS DESLOCADOS AMBIENTAIS: a perspectiva legal, social e econômica. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.7.

n.13/14. p.57-73. Janeiro/Dezembro de 2010. Disponível em <http://domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/viewFile/131/147>. Acesso em 04 mar 2018.

STOLERMAN, P. **Nova Mutum: a recriação do lugar-discursos na implantação de UHE Jirau**. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia. Porto Velho/RO. 2014.

TORREÃO, M. N. **Capital Social. Aprendizagem organizacional e capacidades tecnológicas como fatores de sucesso para programas descentralizados de apoio a inovação: o caso Tecnova Goiás**. 2015. 225f Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense Escola de Engenharia, Niterói. 2015.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F.G.B. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. Recursos hidráulicos: questões sociais e ambientais. **Estudos Avançados**. 2007.

_____. Conceito de “atingido”: uma revisão do debate. In: **Vidas Alagadas – conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa, MG. Ed. UFG, 2008.

WERNER, Debora. **Desenvolvimento Regional e Grandes Projetos Hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira**. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v. 6 n. 1, p.157-174, jul./dez. 2012

SOBRE O AUTOR

EDNEY COSTA SOUZA

Doutorando em Educação pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Mestre em Planejamento e Desenvolvimento Regional pela Universidade de Taubaté - UNITAU. Especialização em Auditoria e Sistema de Saúde - pela União das Escolas Superiores - UNINTES (2014). Especialização em Metodologia do Ensino Superior pela União das Escolas Superiores - UNINTES (2006). Especialização em Gestão de Pessoas pelo Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA. Possui graduação em Administração de Empresas pela Faculdade Interamericana de Porto Velho (2005). Atualmente é professor no Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA onde coordena os cursos de graduação em Administração, Ciências Contábeis, Gestão Comercial e Gestão Hospitalar e pós-graduação MBA em Gestão de Pessoas. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP e da Comissão Própria de Avaliação - CPA do Centro Universitário Aparício Carvalho - FIMCA. Conselheiro Fiscal da Fundação Viva Previdência e Conselheiro do Conselho Regional de Administração de Rondônia, onde exerce o cargo de Diretor de Fiscalização e Registros. Tem experiência na área de Administração, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento regional, clima organizacional, motivação, governança corporativa, gestão de pessoas, desenvolvimento econômico e qualidade, atendimento e pós-venda.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Amazônia 3, 104

B

Brasil 17, 19, 27, 28, 29, 30, 40, 42, 43, 103, 104, 107

C

Comunidade 13, 14, 18, 20, 21, 22, 32, 33, 37, 50,
51, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 65, 68, 69,
73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 89, 90, 91,
92, 93, 94, 95, 96, 97, 100, 101, 102, 107

Construção 13, 17, 18, 21, 22, 27, 28, 29, 30, 40, 45,
47, 50, 57, 63, 73, 74, 76, 86, 101, 105

D

Desenvolvimento 7, 13, 14, 16, 18, 19, 20, 21, 22,
26, 27, 28, 29, 32, 33, 36, 37, 40, 41, 42, 47, 52,
69, 72, 79, 80, 86, 89, 97, 100, 101, 102, 103,
104, 106, 107, 108, 109

E

Econômico 3

Educação 11, 39, 40, 79, 81, 104, 105, 106, 109

F

Famílias 13, 16, 17, 20, 21, 29, 50, 51, 52, 56, 57, 60,
62, 64, 65, 68, 70, 72, 73, 76, 81, 82, 85, 100,
101

Fins 5

M

Meio ambiente 17, 27, 32, 68

P

Populações 13, 16, 17, 21, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 43,
50, 73, 100, 107

Produção 14, 18, 21, 26, 27, 28, 30, 38, 67, 68, 70

Projetos 16, 17, 22, 26, 27, 28, 30, 32, 51, 86, 100,
107, 108

R

Reassentamento 16, 17, 18, 20, 21, 50, 52, 55, 56,
57, 60, 63, 64, 66, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76,
79, 80, 82, 83, 86, 89, 91, 92, 93, 96, 100, 101

Recursos 16, 17, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 36, 38, 40,
42, 43, 79

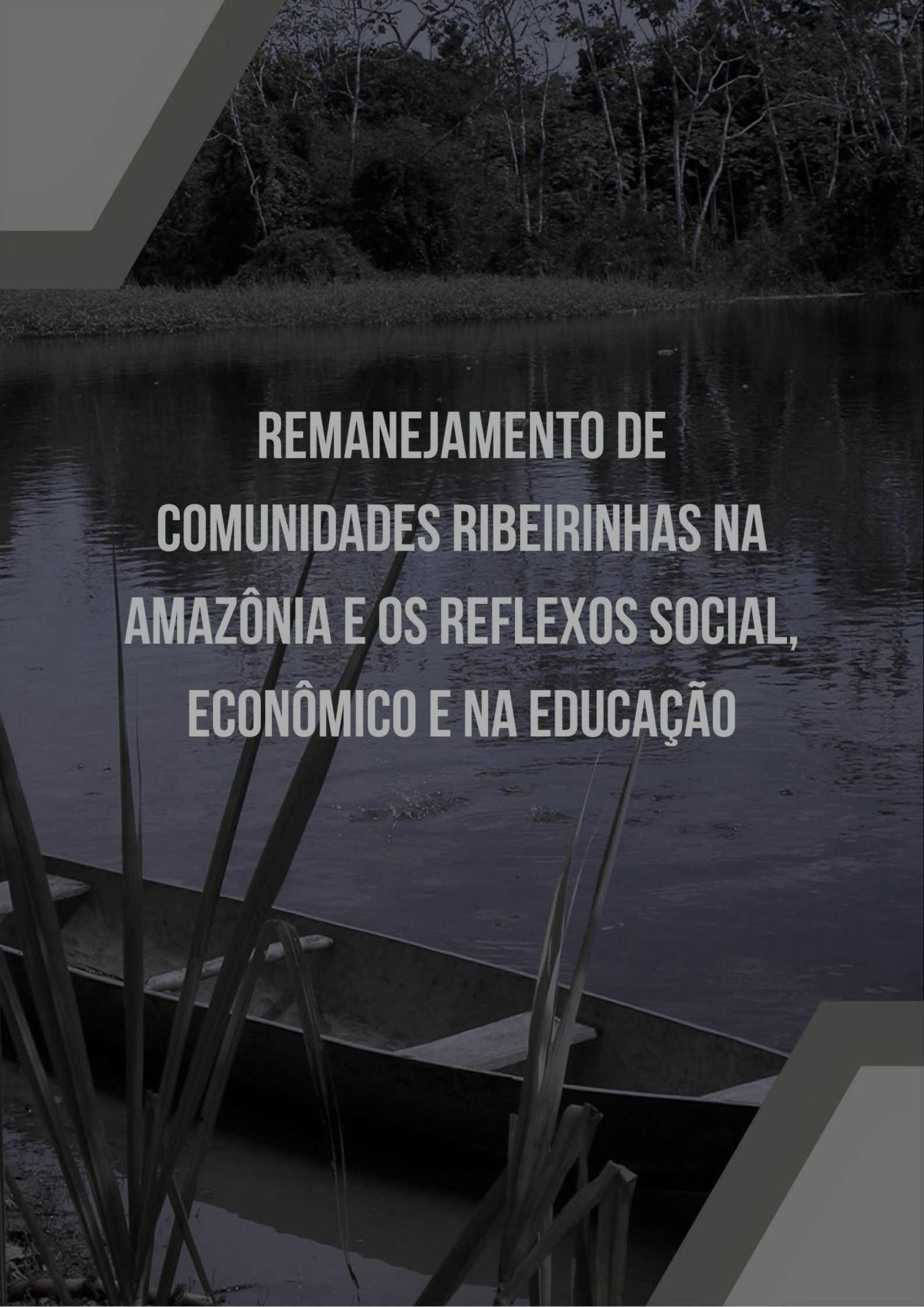
Relação 18, 33, 36, 38, 39, 42, 51, 58, 66, 68, 70, 71,
72, 75, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 100

Remanejamento 3

Ribeirinhas 3

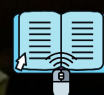
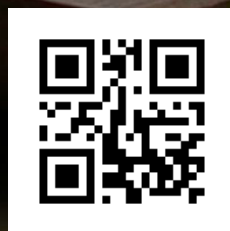
S

Social 3



**REMANEJAMENTO DE
COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA
AMAZÔNIA E OS REFLEXOS SOCIAL,
ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO**

REMANEJAMENTO DE COMUNIDADES RIBEIRINHAS NA AMAZÔNIA E OS REFLEXOS SOCIAL, ECONÔMICO E NA EDUCAÇÃO



Rfb
Editora